

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM PSICOLOGIA

KATHLEEN DOS SANTOS SILVA

**CIÊNCIA E SENSO COMUM: A PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA SOBRE A
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.**

CAMPO GRANDE - MS

2022

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM PSICOLOGIA

KATHLEEN DOS SANTOS SILVA

**CIÊNCIA E SENSO COMUM: A PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA SOBRE A
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Zaira de Andrade Lopes.

CAMPO GRANDE - MS

2022

**CIÊNCIA E SENSO COMUM: A PRODUÇÃO DA PSICOLOGIA SOBRE A
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.**

Kathleen dos Santos Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia.

Banca Examinadora

Campo Grande - MS, 12 de dezembro de 2022.

Profa. Dra. Zaira de Andrade Lopes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientadora)

Profa. Dra. Jacy Correa Curado
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro titular da banca)

Prof. Dr. Alberto Mesaque Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro titular da banca)

Profa. Dra. Alexandra Ayach Anache
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro suplente da banca)

AGRADECIMENTOS

Essa foi uma caminhada difícil, cansativa e cheia de incertezas. Entretanto, se você está lendo este texto, significa que consegui concluir mais uma etapa no meu processo de formação, como profissional e como ser humano. Chegar aqui também significa que não tracei esse caminho sozinha, então, quero deixar registrados os meus agradecimentos.

Primeiramente, quero agradecer a Deus. Esses anos longe da família, em tempos de pandemia, só me fez crer mais nele e foi essa fé que me sustentou nos momentos em que acreditei que a melhor opção seria deixar tudo o que já havia percorrido e retornar para o conforto do meu lar. Nesse tempo sozinha, em muitos momentos fomos só eu e Deus, por isso, fica aqui o meu muitíssimo obrigada, por me ensinar a dar um passo de cada vez.

Quero agradecer à minha família, por me apoiar sempre. Meu pai e minha mãe por serem minha referência e porto seguro, por me ajudarem e investirem no meu crescimento. Meu irmão, que inclusive morou comigo boa parte do tempo em que estive cursando. Foi muito importante tê-lo por perto, poder compartilhar, desabafar, aprender a respeitar e compreender que existem diferentes formas de dizer “eu te amo”. Gracias por tudo família, amo vocês.

Agradeço à minha orientadora, profa. Zaira, que esteve me acompanhando. Obrigada por se reinventar diante dos obstáculos que nos foram impostos, por respeitar e compreender nossas dificuldades, medos e angústias, assim como partilhar alegrias e conhecimentos que nos permitem novos olhares, novas formas de ver o mundo, o nosso mundo e de nos ver.

Agradeço aos meus colegas de orientação, que também encararam esse turbilhão, mas sempre buscando formas de nos conectar e reconectar, de dividir e somar. Vou levar a cada um/a comigo, grata a todos/as.

Aproveitando o espaço, também agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa: Aspectos psicossociais, históricos e culturais na constituição da subjetividade - GEPAPHCS, por me permitir estabelecer outra relação com o conhecimento, aprender de forma leve, coletiva e sem prazos e correrias.

Quero agradecer aos membros das bancas de qualificação e de defesa, profa. Jacy Correa Curado, prof. Alberto Mesaque Martins, profa. Alexandra Ayach

Anache e profa. Maria de Fátima Souza Santos. Agradeço por me auxiliarem na escrita, pelas dicas e contribuições, por apontarem novos caminhos e possibilidades na construção deste estudo.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas de mestrado, não foi possível conviver pessoalmente, trocar figurinhas pelos corredores, mas sempre que possível estávamos conversando, compartilhando dores e conquistas, ou apenas trocando dicas e assuntos aleatórios, o que já ajuda muito.

Meu agradecimento se estende à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, ao Programa de Pós-graduação em Psicologia – FACH/UFMS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), que me permitiram estar aqui e que fizeram o possível para amenizar os impactos que a pandemia gerou. Obrigada pela compreensão, suporte e auxílio.

Não poderia deixar de agradecer aos/às professores/as da graduação, foram eles/as que me motivaram a estar aqui. Meu agradecimento especial ao prof. ^o Ilídio, meu orientador na graduação, que sempre me incentivou a ingressar na pós-graduação, e à profa. Jolise, que sempre que podia, sentava comigo para conversar sobre o mestrado, inclusive foi quem me indicou o PPG Psico/UFMS.

De todo o processo, esta escrita parece ser a mais fácil. Sentar-me para agradecer é, mais do que lembrar das lágrimas, ver o quanto sou abençoada pela oportunidade chegar até aqui. A todas/os que me ajudaram nessa caminhada, o meu muito abrigada.

RESUMO

Com a passagem do feudalismo ao capitalismo, novas demandas surgiram para a compreensão sobre o desenvolvimento e do processo de formação humana. No contexto das mudanças, surge também a concepção burguesa ocidental de adolescência, nessa perspectiva a psicologia, enquanto ciência moderna e nascida no âmbito do capitalismo, teve significativa contribuição para compreender as etapas do desenvolvimento humano. Nessas mudanças encontram-se os novos e múltiplos saberes, bem como as representações sociais e expectativas sobre os/as adolescentes e os processos reprodutivos, que também envolvem a gravidez na adolescência. Este estudo teve como objetivo analisar conceitos e representações sociais sobre a gravidez na adolescência, presentes em teses e dissertações na área da Psicologia. Fundamentada na Teoria das Representações Sociais (TRS) e nos estudos de gênero, trata -se de uma pesquisa bibliográfica, de análise qualitativa. Para a coleta de dados buscou-se, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação em psicologia, no período de 2010 a 2020. A busca foi realizada a partir da combinação das palavras-chave “adolescência”, “gravidez” e “psicologia” e o descritor “gravidez na adolescência”. A amostra reuniu 19 estudos, que foram organizados por meio da técnica da Análise de Conteúdo Temática, com o auxílio do software *Iramuteq*, com a análise estatística e análise de similitude. A partir da organização por meio do software, foi elaborado o núcleo temático “Leituras sobre adolecer”, e deste, configurou-se seis categorias de análise: 1) Adolescência, com as subcategorias fenômeno natural e fenômeno social; 2) Gravidez e adolescência com as subcategorias problema e múltiplos contextos; 3) Projetos de vida; 4) Direitos sexuais e reprodutivos; 5) Temas transversais; e 6) Redes de apoio. A análise dos estudos sobre a gravidez na adolescência, desde a árvore de similitude, partiu das concepções que os textos apresentavam sobre o fenômeno da adolescência, com foco na escrita dos/as pesquisadores/as. Percebeu-se, então, que para estudar a gravidez na adolescência, seja como conceito ou representação, é necessário compreender a que adolescência se refere e, desta compreensão, partem as ancoragens e objetivações elaboradas na tentativa de tornar familiar o não familiar. Nesse jogo dialético, envolto pelas contradições, é um complexo esforço teórico traçar uma divisória onde começa o conceito e onde surgem as representações, pois o/a pesquisador/a e os sujeitos de pesquisa estão inseridos num mesmo contexto. Há uma relação de mútua influência entre os saberes científicos e os saberes de senso comum. Uma das conclusões centrais é de que o compromisso da Psicologia com o estudo sobre a gravidez na adolescência, deve estar sobre o entendimento e o respeito às diferentes realidades e aos múltiplos fatores envolvidos, considerando fatores sociais, psicológicos, sociais, econômicos, de gênero, e outros, compreendendo os sujeitos como integrantes da triangulação Sujeito-Cultura-Objeto, lócus da origem das RS e organização das formas de ser, estar e viver no mundo.

Palavras-chave: Gravidez; Adolescência; Representações Sociais; Gênero; Psicologia.

ABSTRACT

With the transition from feudalism to capitalism, new demands arose for understanding about the development and process of human formation. In the context of the changes, there is also the Western bourgeois conception of adolescence, in this perspective psychology, as a modern science born in the context of capitalism, had a significant contribution to understand the stages of human development. In these changes are new and multiple knowledge, as well as social representations and expectations about adolescents and reproductive processes, which also involve teenage pregnancy. This study aimed to analyze concepts and social representations about teenage pregnancy, present in theses and dissertations in Psychology. It's based on Social Representations Theory (SRT) and gender studies, and it's a bibliographic research, of qualitative analysis. For data collection, was sought the researches developed in graduate programs in psychology from 2010 to 2020 in the *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES* and in the *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*. The search was performed using the combination of the keywords "adolescence", "pregnancy" and "psychology" and the descriptor "teenage pregnancy". The sample gathered 19 studies, which were organized using the Thematic Content Analysis technique, with the help of Iramuteq software, with statistical analysis and like-blood analysis. From the organization through the software, the thematic nucleus "Readings about adolescence" was elaborated, and from this, six categories of analysis were configured: 1) Adolescence, with the subcategories natural phenomenon and social phenomenon; 2) Pregnancy and adolescence with the problem subcategories and multiple contexts; 3) Life projects; 4) Sexual and reproductive rights; 5) Cross-cutting themes; and 6) Support networks. The analysis of studies on teenage pregnancy, from the tree of similarity, started from the conceptions that the texts presented about the phenomenon of adolescence, focusing on the writing of researchers. It was noticed, then, that to study teenage pregnancy, either as a concept or representation, it is necessary to understand what adolescence refers to and, from this understanding, the anchors and objectives elaborated to make family and the unfamiliar are departing. In this dialectical game, surrounded by contradictions, it is a complex theoretical effort to trace a partition where the concept begins and where representations arise, because the researcher and the research subjects are inserted in the same context. There is a relationship of mutual influence between scientific knowledge and common-sense knowledge. One of the central conclusions is that psychology's commitment to the study of teenage pregnancy should be about understanding and respecting the different realities and multiple factors involved, considering social, psychological, social, economic, gender, and other factors, understanding the subjects as members of subject-culture-object triangulation, locus of the origin of SR and organization of ways of being, to be and live in the world.

Keywords: Pregnancy; Adolescence; Social Representations; Gender; Psychology.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1- Descrição do processo de levantamento das teses e dissertações..... | 48 |
| Figura 2- Descrição das etapas de exclusão de trabalhos..... | 49 |
| Figura 3- Árvore de similitude, com “escore na borda”, “comunidades” e “halo”..... | 55 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A RELAÇÃO CIÊNCIA E SENSO COMUM NOS ESTUDOS SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA | 15 |
| 2.1 | Representações Sociais e Gravidez na Adolescência | 15 |
| 2.1.1 | Teoria das Representações Sociais e Estudos de Gênero | 20 |
| 2.2 | A Teoria das Representações Sociais e a relação Ciência e Senso Comum nos estudos sobre a gravidez na adolescência | 25 |
| 3 | GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES | 29 |
| 3.1 | Conceitos e Representações Sociais sobre a adolescência | 29 |
| 3.2 | Gravidez na adolescência nos documentos legais nacionais e internacionais | 34 |
| 4 | METODOLOGIA: APRESENTANDO PERCURSOS DA PESQUISA | 43 |
| 4.1 | Objetivos | 44 |
| 4.1.1 | Objetivo geral: | 44 |
| 4.1.2 | Objetivos específicos: | 44 |
| 4.2 | A produção científica da Psicologia sobre a gravidez na adolescência: levantamento de dados | 44 |
| 4.2.1 | Descrição do levantamento das teses e dissertações | 45 |
| 5 | ANÁLISE DE CONTEÚDO: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS | 50 |
| 5.1 | Pré-análise: primeira fase da Análise de conteúdo | 51 |
| 5.2 | Exploração do material: segunda fase da Análise de Conteúdo | 54 |
| 5.3 | Tratamento dos resultados: terceira fase da Análise de Conteúdo | 56 |
| 5.3.1 | Núcleo temático: Leituras sobre adolescer | 57 |
| 5.3.1.1 | Categoria: Adolescência | 57 |
| 5.3.1.2 | Categoria: Gravidez e adolescência | 62 |
| 5.3.1.3 | Categoria: Projetos de Vida | 67 |
| 5.3.1.4 | Categoria: Direitos sexuais e reprodutivos | 74 |
| 5.3.1.5 | Categoria: Temas transversais | 81 |
| 5.3.1.6 | Categoria: Redes de Apoio | 92 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 99 |
| | REFERÊNCIAS | 103 |
| | APÊNDICE A - Nascimento por ocorrência segundo Idade da mãe, com base nos dados do DataSUS | 112 |
| | APÊNDICE B - Descritor “Gravidez na adolescência” | 113 |
| | APÊNDICE C- Palavras-chave "adolescência" AND "gravidez" AND "psicologia" | 113 |
| | APÊNDICE D - Organização inicial dos trabalhos pelos dados diretos, disponibilizados pela plataforma | 113 |
| | APÊNDICE E - Nova organização dos trabalhos, manual, sobre os dados disponibilizados pela plataforma | 113 |
| | APÊNDICE F - Primeira exclusão de títulos: trabalhos que não se referem à “gravidez na adolescência” (ou similar) | 114 |
| | APÊNDICE G- Segunda exclusão de títulos: trabalhos referentes à maternidade, paternidade e aborto na adolescência | 115 |

| | |
|---|-----|
| APÊNDICE H - Terceira exclusão de títulos: trabalhos que ainda se distanciam da proposta desta pesquisa, não estão disponíveis ou não correspondem aos critérios de inclusão | 115 |
| APÊNDICE I - Título dos 19 trabalhos selecionados para a Análise de Conteúdo | 116 |
| APÊNDICE J - Os 19 trabalhos organizados conforme os dados referentes aos programas, segundo a Plataforma Sucupira – CAPES | 117 |
| APÊNDICE K - Dados referentes ao número de nascimentos por ocorrência, considerando Regiões do país e Idade da mãe (>20 anos) no período de 2010-2020 | 117 |
| APÊNDICE L - Os 19 trabalhos organizados conforme a orientação/ enfoque teórico | 118 |
| APÊNDICE M - Local de pesquisa, sujeitos da pesquisa/população e objetivo geral dos 19 textos selecionados neste estudo | 119 |
| APÊNDICE N - Métodos de coleta de dados e métodos de análise de dados dos 19 textos selecionados neste estudo | 123 |
| APÊNDICE O - Comunidade e ramificações presentes no resultado da Análise de Similitude, após a submissão do material de análise no software IRAMUTEQ | 125 |
| APÊNDICE P - Núcleo temático Leituras sobre adolescer | 125 |
| APÊNDICE Q - Categoria Adolescência e Subcategorias Fenômeno Natural e Fenômeno Social | 125 |
| APÊNDICE R - Categoria Gravidez e adolescência e Subcategorias Problema e Múltiplos contextos | 126 |
| APÊNDICE S - Categoria Projeto de vida | 127 |
| APÊNDICE T - Categoria Direitos Sexuais e Reprodutivos | 127 |
| APÊNDICE U - Categoria Temas transversais | 127 |
| APÊNDICE V - Categoria Redes Sociais | 128 |
| APÊNDICE W - Dados referentes ao número de nascimentos por ocorrência, considerando Cor/raça e Idade da mãe (>20 anos) no período de 2010-2020 | 128 |

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema “gravidez na adolescência” surgiu em 2017 na disciplina de Psicologia e Saúde, ainda na graduação, quando profissionais da saúde o apresentaram dentre as principais demandas de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Me apropriei do tema no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e me dediquei por dois anos.

Após a graduação, surgiu a possibilidade de ingresso no mestrado, com a expectativa de que este proporcionaria instrumentos para aprofundar os estudos na temática. Assim, esta pesquisa apresentou como proposta inicial a realização de entrevistas com adolescentes gestantes em uma UBS, semelhante à proposta que utilizei no TCC.

O que não estava previsto, era que, em março de 2020, emergiria a pandemia da Coronavírus Disease-19 (COVID-19) e, frente às incertezas geradas pela nova realidade, os planos passariam por mudanças, visando a segurança das adolescentes grávidas que viriam a participar da pesquisa.

A reformulação direcionou esta pesquisa aos estudos da psicologia sobre a gravidez na adolescência. Os estudos eleitos foram teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados acadêmicos), considerando a quantidade de dados já produzidos pelos programas de pós-graduação no Brasil e o compromisso com a formação docente e continuada da profissão.

Como marcador temporal, neste estudo, foi selecionado o período que se inicia com a comemoração dos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990a), até 2020, considerando que a etapa de levantamento dos materiais desta pesquisa se deu em maio de 2021.

No intervalo de tempo de 2010 a 2020, o número de nascimentos segundo a idade da mãe, conforme os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DataSUS (apêndice A), apresentou aumento na faixa dos 20 aos 44 anos, representando 82,32% do total, e decréscimo dos 10 aos 19 anos, com 18,5% do total, sendo esta última faixa correspondente à adolescência, conforme a definição adotada pelo Ministério da Saúde -MS.

Apesar da redução nos dados, os números ainda são considerados altos e a gravidez na adolescência permanece lida como um problema social e de saúde coletiva. O que nem sempre é possível observar nos números, é que existe o contexto social, econômico e histórico dessas adolescentes, e considerá-lo nos estudos científicos, é assumir um compromisso ético frente à contribuição que seu trabalho poderá gerar à sociedade.

Sobre a relação entre a ciência e o senso comum, Ariès (1989), por exemplo, em seu estudo na França sobre a história da infância e da família, vai dizer que a sistematização dos estudos sobre a periodização da vida, refletiam na forma como a sociedade concebia esses períodos.

Assim, a forma como a ciência, incluindo a Psicologia, produz conhecimentos e atua sobre o mundo, reflete, direta e indiretamente, na forma como os demais setores da sociedade compreendem os fenômenos estudados e atuam sobre o mundo. Como apresenta Aguiar, Bock e Ozella (2015), sobre o fenômeno da adolescência:

Os modelos estarão sendo transmitidos nas relações sociais, mediante os meios de comunicação, na literatura e através das lições dadas pela Psicologia. Nós, psicólogos, somos também construtores privilegiados dos modelos de adolescência, pois nossas teorias vão definindo e divulgando como é “ser jovem” (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015, p. 211).

O compromisso ético precisa estar presente nos estudos e nas práticas da Psicologia, considerando neste fazer que não existe ciência neutra (GUARESCHI, 2008). Isso porque “toda teoria científica é uma construção humana em sua busca de explicação para os fenômenos que nos cercam. Portanto, nenhuma teoria traz em si a ‘verdade’ ou a explicação ‘mais correta’” (SANTOS; MORAIS; NETO, p. 201).

Sobre esse compromisso ético, Guareschi (2008) vai destacar que a própria ética, que seria o que se deve ou aquilo que não se deve fazer, pode estar fundamentada no paradigma da lei natural - que tem como referencial a natureza - ou da lei positiva - que tem como referencial a lei escrita e promulgada-, ou ainda num terceiro fundamento que seria a ética tomada como crítica. Nas palavras do autor:

Cada paradigma científico, velada ou explicitamente, possui determinada dimensão ética e, conseqüentemente, há um fundamento para essa ética.

Depende de cada professor ou pesquisador identificar qual seja essa ética e qual seja o fundamento dessa ética (GUARESCHI, 2008, p. 27).

Nesse sentido é necessário o compromisso ético na produção científica e na práxis da Psicologia, visando a garantia de direitos do outro, daquele/a que pode ser afetado/a pela ciência psicológica. Para Guareschi (2008) “ética é justiça” e ser justo, só é possível nas relações, a “justiça tem a ver, pois, com o respeito aos direitos das pessoas. Há justiça quando os direitos das pessoas são respeitados” (p. 25).

Há uma relação de mútua influência entre as Representações Sociais (RS) e a ciência, já que a primeira está presente na sociedade onde a ciência é elaborada e a segunda pode ser o “não familiar” a tornar-se familiar, na elaboração das representações sociais. Como apresenta Farr em sua reflexão sobre a história da Teoria das Representações Sociais (TRS):

Moscovici modernizou esse [o] panteão de objetos sagrados, substituindo a magia pela ciência. A ciência é uma das forças que distinguem o mundo moderno do mundo medieval. Ela é, como afirma Moscovici, uma fonte fecunda de novas representações (FARR, 2013p. 39).

A respeito da elaboração dessas representações sociais, Moscovici (1978) compreende que “os traços, tanto sociais quanto intelectuais, de representações formadas em sociedades onde a ciência, a técnica e a filosofia estão presentes sofram sua influência e se constituam em seu prolongamento, e em oposição a elas” (p. 44).

Considerando a contribuição dessa ciência sobre a elaboração das RS, exercendo influência sobre a constituição dos sujeitos e o modo de vida de seus grupos, foi formulada a pergunta que estrutura esta pesquisa: Quais são os conceitos e as representações sociais de gravidez na adolescência presentes nas teses e dissertações, da psicologia, sobre gravidez nesse período da vida?

Seguindo a proposta da pergunta de pesquisa, o objetivo deste trabalho consiste em: analisar conceitos e representações sociais sobre a gravidez na adolescência, presentes em teses e dissertações na área da Psicologia brasileira e publicadas no período de 2010 a 2020.

Para atender ao objetivo apresentado acima, o presente relatório de pesquisa está organizado em três capítulos: **Capítulo II** tem como objetivo apresentar a Teoria das Representações Sociais, a partir Psicologia Social, destacando sua contribuição

para a leitura acerca da gravidez na adolescência, na relação ciência e senso comum.

Capítulo III é dedicado à leitura sobre a gravidez na adolescência, apresentando reflexões sobre conceitos e representações sociais sobre a adolescência e documentos legais nacionais e internacionais que tratam da gravidez na adolescência. **Capítulo IV** onde serão apresentados os percursos metodológicos, que incluem os objetivos e descrição dos procedimentos de levantamento bibliográfico.

Capítulo V, apresenta os resultados das três fases de desenvolvimento de uma análise, conforme a Análise de Conteúdo apresentada por Bardin (2016), que são: pré-análise; exploração do material, neste estudo, com o auxílio do *Software Iramuteq*; e tratamento dos resultados, momento da inferência e interpretação dos dados, onde estes se articulam com a fundamentação teórica. Nas **Considerações finais**, retoma-se o problema e os objetivos da pesquisa para refletir sobre os resultados da análise e as principais conclusões.

2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A RELAÇÃO CIÊNCIA E SENSO COMUM NOS ESTUDOS SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

As profundas reflexões de Moscovici perpassam uma tão próxima e ao mesmo tempo misteriosa realidade: somos seres singulares, sim; mas não estamos sós. E mais: sou assim porque há outra realidade comigo, antes de mim, além de mim, que é o social, ou a sociedade.

Pedrinho Guareschi

Este capítulo tem como propósito apresentar a Teoria das Representações Sociais (TRS), abordagem que fundamenta este estudo. O presente capítulo busca também articular o entendimento sobre o saber científico e o saber constituído na realidade social e cotidiana e, assim, identificar como os pressupostos da TRS permitem analisar a relação entre a ciência e o senso comum presentes nas teses e dissertações em psicologia sobre a Gravidez na adolescência.

A TRS é uma teoria que se propõe a estudar o fenômeno das representações sociais e que foi inicialmente elaborada por Serge Moscovici, mas posteriormente desenvolvida por múltiplos grupos de investigação, e em especial, pela pesquisadora Denise Jodelet.

Jodelet (2015), em seu texto no qual aborda o encontro dos saberes, nos chama a atenção sobre a evolução dos múltiplos modelos na transmissão e produção de conhecimentos, sendo o estudo das representações sociais como forma de saber com objetivo prático de interpretação do mundo e orientar o comportamento e a comunicação, que ela nomeia como o saber experiencial.

2.1 Representações Sociais e Gravidez na Adolescência

Para facilitar a compreensão sobre a proposta da TRS, neste primeiro momento será apresentada a definição do fenômeno que esta teoria se dedica a estudar, para depois articular como ela pode ajudar na compreensão sobre a relação entre a Ciência e Senso Comum, presentes nas teses e dissertações sobre a Gravidez na adolescência.

A TRS, teoria própria da Psicologia Social, foi apresentada por Serge Moscovici em 1961 e tem como proposta o estudo das Representações Sociais

(RS). Ao pensar o fenômeno das representações produzidas pelos grupos sociais, Moscovici optou pela substituição do termo “coletiva”, presente nos estudos de Durkheim, por “sociais”. A troca foi uma estratégia do primeiro para demarcar a especificação do fenômeno que se propôs a estudar. Nas palavras do autor:

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto da realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo ‘social’ em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

De acordo com Moscovici (2007), Representações Sociais são conhecimentos do tipo senso comum, elaborados nas tentativas dos grupos sociais de “[...] tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (p. 54). A “representação social é sempre uma representação de alguém, tanto quanto de alguma coisa” (MOSCOVICI, 1978, p. 27).

A proposta apresentada por Moscovici também questiona o poder coercitivo dessas representações sobre os sujeitos, pois Durkheim (2004) dividiu os fenômenos ou fatos sociais como objeto da sociologia e os fenômenos psíquicos como objeto da psicologia.

Com relação a influência dos fatos sociais sobre o comportamento humano, Durkheim (2004, p. 38) escreveu que “estes tipos de comportamento ou de pensamento não são só exteriores ao indivíduo, como dotados de um poder imperativo e coercivo em virtude da qual se lhe impõem, quer queira, quer não”.

Na perspectiva de Moscovici (1978, p. 58) “[...], representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é reconstruí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto”. Não se trata, portanto, de uma simples reprodução de conhecimentos, é mais que um receber passivo, como sintetiza Martins, Trindade e Almeida (2003, p. 557) representar é re-construir, “[...], é participar ativamente do processo de construção da sociedade e de si”.

Nesse reconstruir, os sujeitos atuam diretamente na construção da própria realidade, pois, de acordo com Moscovici (1978), as “representações individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que ele é ou deve ser” (p. 59). E por essa

atuação, as representações são definidas como “entidades quase tangíveis” (p. 41), pois:

Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro lado, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos, correspondem a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

As representações sociais são “[...] traços, tanto sociais quanto intelectuais, de representações formadas em sociedades onde a ciência, a técnica e a filosofia estão presentes sofram sua influência e se constituam em seu prolongamento, e em oposição a elas” (MOSCOVICI, 1978, p. 44).

Existe, portanto, mais especificamente na sociedade ocidental hodierna, uma diferenciação entre as formas de produção do conhecimento, e para abordar essa diferença, Moscovici (2007) classificou os conhecimentos por universos, reificado e consensual.

Quando surge um conceito científico novo (pertencente ao universo reificado), para ser aceito e compartilhado socialmente, ele precisa se unir a representações já existentes nos grupos sociais, e assim torna-se representação social (que pertence ao universo consensual). Mesmo que os dois universos sejam constituintes da cultura, foi construída uma hierarquia entre eles:

[...] as ciências sagradas não teriam nada em comum com as ciências profanas. Sem dúvida, era possível passar de uma esfera a outra, mas isso somente ocorria quando os conteúdos fossem obscuros [confusos]. Essa distinção foi agora abandonada. Foi substituída por outra distinção, mais básica, entre universos consensuais e reificados (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

O contraste entre os dois possui um impacto psicológico. Os limites entre eles dividem a realidade coletiva, e, de fato, a realidade física em duas. É facilmente constatável que as ciências são meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual (MOSCOVICI, 2007, p. 52).

Sobre essa relação entre os universos, Marcová (2017), no artigo que faz um tributo à Moscovici, ressalta a originalidade de sua obra, ao destacar que ele buscou romper com a ideia de hierarquia entre a ciência e o senso comum, apresentando-as como constituintes uma da outra.

Aproveitando o texto de Marcov (2017), destaca-se outra superação que Moscovici traz com o estudo das representações sociais, e identificada pela autora, refere-se  importância da comunicação e da linguagem na interação Ego (sujeito)-Alter(cultura) e Objeto, como constitutiva dos sujeitos e da sociedade, e presentes na elaboração das RS.

Esse esquema de triangulação Sujeito-Outro-Objeto, ou Ego-Alter-Objeto, é objeto da Psicologia Social, disciplina da Psicologia, sendo “[...] crucial para essa discussão [quanto  definição do que seria ‘o social’], pois é o único esquema capaz de explicar e sistematizar processos de interação” (MOSCOVICI, 2007, p. 152).  a triangulação que está na base das representações sociais, pois:

[...] as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas e não uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (MOSCOVICI, 1978, p. 50).

Essas interações visam tornar familiar o não familiar, e esse movimento se d em dois processos basilares, que explicam como as representações sociais são construídas e o que elas constituem. Nas palavras de Martins, Trindade e Almeida (2003) esses são os “[...] processos formadores das representações sociais [que] foram descritos como processos de objetivação e de ancoragem” (p. 577).

Sobre o primeiro, nas palavras de Moscovici (2007, p. 71), “para começar, objetivar  descobrir a qualidade icnica de uma ideia, ou ser impreciso;  reproduzir um conceito em uma imagem”. A **objetivação** participa do processo de transformação de um conhecimento em representação ao “torna concreto aquilo que é abstrato. Ela transforma um conceito em imagem de uma coisa, retirando-o de seu quadro conceitual científico” (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2014, p. 146).

O segundo, como definiu Moscovici (2007, p. 61) “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa”. **Ancoragem**, é a forma pela qual essa representação transforma o social, na medida em que assimila ou incorpora os elementos novos a um sistema de categorias que são familiares (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2014).

Essa divisão  didática e apresenta como essa forma de conhecimento do senso comum – as representações sociais - é produzida, assim como a relevância de sua descrição para a compreensão e transformação da sociedade. Considerando

que, como alerta Moscovici (2007) a respeito das representações sociais, “quanto mais a sua origem é esquecida e sua natureza convencional ignorada, mais fossilizada ela se torna” (p. 41).

É essa compreensão sobre a construção das representações sociais, que vai auxiliar a compreensão sobre o fenômeno gravidez nos estudos produzidos e levantados para esta investigação. A seguir, para ilustrar esse ponto, apresenta-se dois estudos fundamentados na TRS, encontrados no levantamento das produções desta investigação e que possuem como objeto de estudo as Representações Sociais sobre a Gravidez na Adolescência.

O primeiro é a dissertação de Sena Filha (2013), na qual a autora realiza seu estudo com profissionais da saúde. Nessa produção, a representação social sobre gravidez na adolescência está ancorada nas representações sobre adolescência que os grupos possuem. De acordo com a percepção da autora sobre os resultados da pesquisa:

No que diz respeito à **gravidez na adolescência**, especificamente, os dados apreendidos nas entrevistas e nos questionários de associação livre apontam para uma representação de gravidez ancorada num estigma negativo acerca da ideia do que é “**ser adolescente**”, a qual se mostra imbuída no senso comum, nos discursos científicos e práticas profissionais (SENA FILHA, 2013, p. 115, grifos da autora).

Essa observação gera um primeiro alerta para que, nos estudos sobre as RS sobre a Gravidez na adolescência, considere-se qual compreensão de adolescência está sendo referência. Os resultados desse primeiro estudo estão relacionados ao segundo, a dissertação de Amorim (2013), na qual analisa o levantamento das dimensões atitudinais (objetivadas de acordo com a ancoragem realizada) que emergiram das entrevistas realizadas com mães adolescentes:

Como **elementos positivos** apontaram a realização de um sonho, e o status obtido dentro de casa, seja com o companheiro seja com a família, podendo destacar o prazer e a importância da maternidade na vida dessas jovens. Entre os **elementos negativos**, destacaram-se a perda de etapas de vida, o amadurecimento precoce, a falta de apoio do parceiro ou da família, a instabilidade financeira, e as implicações na vida escolar, que pode ir desde dificuldades para dar seguimento aos estudos até o abandono dos mesmos (AMORIM, 2013, p. 104, grifos da autora).

Esse segundo exemplo, acrescenta um segundo alerta para estudos sobre a gravidez na adolescência, pois lembra que existem diferentes fatores a serem

considerados, como heterogeneidade da população adolescente e as múltiplas motivações para a gravidez, e que é preciso compreender os sujeitos como seres históricos, em suas diferentes realidades, com direitos a serem garantidos.

Para alcançar o propósito dessa investigação que pretende compreender a adolescente grávida/ gravidez na adolescência como sujeito e objeto de pesquisa, presente nos textos levantados, a TRS defende que “os sujeitos devem ser concebidos não como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição” (JODELET, 2009, p. 696), na relação triádica Sujeito-Outro-Objeto.

Se a representação social “constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas consequências” (MOSCOVICI, 1978, p. 44), estudar as RS sobre a gravidez na adolescência, é compreender como diferentes grupos constroem a própria realidade e como atribuem significado à mesma.

Pela descrição e análise dessas representações, pode-se compreender como o tema tem sido divulgado/significado entre os diferentes grupos e a influência que o contexto (social, econômico, cultural e histórico) exerce sobre essa construção.

Para a TRS existe uma troca de conhecimentos entre a ciência e o senso comum, elas se interinfluenciam, contribuindo com a reflexão sobre as diferentes realidades e o compromisso social.

Como descreve Rey (2011, p. 123) o compromisso social “está na sua capacidade integradora dos processos sociais, históricos e atuais, nos processos vivos da subjetividade humana nas diversas esferas e problemas da vida”, no movimento oposto à fragmentação dos sujeitos, das suas relações sociais e dos saberes produzidos.

2.1.1 Teoria das Representações Sociais e Estudos de Gênero

Uma proposta que também surgiu nas Ciências Sociais e que pode ser combinada à TRS, nos estudos sobre a gravidez na adolescência, é a Teoria Feminista com os estudos de gênero. Apesar de haver desdobramentos em ambos, de acordo com Arruda (2019), em síntese:

A **teoria feminista** vai viabilizar facetas desconhecidas até então ao descortinar a situação das mulheres, tanto em relação a problemas já identificados quanto a outros, que estavam por abordar. A **teoria das representações sociais** vai viabilizar facetas omitidas do conhecimento humano, valorizando o saber do senso comum, o universo consensual das conversações cotidianas e a criatividade das pessoas comuns ao traduzir a realidade (ARRUDA, 2019, p. 340, grifos da autora).

Os estudos de gênero apresentam o conceito de gênero e, de acordo com Amâncio (2003), este surgiu nos debates do feminismo da segunda onda¹, citando autoras como Ann Oakley em 1972, Rhoda Unger em 1979 e Joan Scott em 1988. Scott (2019, p. 67) defini gênero como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Na perspectiva de Scott, gênero se constitui como uma categoria de análise teórica que, enquanto método para a compreensão da/s história/s, possibilita o surgimento de novas perspectivas nas representações atravessadas por gênero, já que este é “[...] um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 2019, p. 70).

Por meio da categoria de análise, proposta por Scott (2019), é possível apreender as relações sociais e a sua interação com diferentes elementos da sociedade, como a política, o que poderá resultar em novas perspectivas sobre questões pré-estabelecidas, na redefinição de novas questões e na visibilização do feminino, assim como na elaboração de políticas feministas, que considerem uma visão igualitária, política e social.

Em outra obra, Scott (2012) apresenta gênero como uma prática cultural e social, cujos estudos visam responder uma questão coletiva referente à diferença sexual, no jogo entre o biológico e o cultural, mas que não será definitivamente respondida, demandando um constante movimento de reflexão.

Gênero, como nosso objeto de estudo, é, de fato, as respostas (contingentes, normativas e mutáveis) oferecidas para a irrespondível questão. De fato, as regulações normativas que estabelecem papéis de gênero são tentativas de tornar a questão impossível de ser questionada. Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a constatação política,

¹ A respeito da segunda onda, em sua tese de doutorado, Lopes (2009) diz que o movimento feminista “Trata-se de um movimento e não de um partido” (p. 73) e, por isso, pode ser descrito em ondas ou movimentos. Para saber mais, ver as páginas 76 e 77 da tese citada.

um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder (SCOTT, 2012, p. 346).

O uso de gênero como categoria histórica de análise na Psicologia, a partir do questionamento, permitiria compreender, em determinados momentos, como são percebidas diferenças de gênero e como estas atuam na construção das relações sociais. “Gênero, assim, poderia ser analisado em todo e qualquer fenômeno e relação, não sendo exclusivo de nenhum domínio ou área específica” (CURADO; JACÓ-VILELA, 2021, p. 3). Em outras palavras:

A importância de usar gênero como uma categoria de análise histórica para pensar a psicologia decorre da possibilidade de problematizar, de forma mais complexa e múltipla, as relações entre gêneros na contemporaneidade, inspirar desafios críticos ao nosso campo disciplinar e se tornar um modo de compreender criticamente como a psicologia opera enquanto lugar da produção do saber de gênero (CURADO; JACÓ-VILELA, 2021, p. 4).

Ao procurar estabelecer pontes entre a TRS, teoria própria da Psicologia Social, e os estudos de gênero, Arruda (2002b, p. 144) conclui que ambas “oferecem um bom instrumento para a compreensão do ser humano na sua complexidade e abrem portas para avançarmos na caminhada para futuras angulações”.

E assim, explicar que “[...] controle ou domínio da mulher pode ser apontado pela ausência ou escassez da presença feminina nos estudos históricos da sociedade, seja no papel de produtora ou como objeto de estudo” (LOPES 2009, p. 67), perpassando por elementos políticos/ poder, econômicos, sociais e culturais.

Um exemplo sobre a necessidade do uso de gênero como categoria nesses estudos, pode ser observada no texto abaixo sobre as diferentes representações e papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, desde a adolescência, em revistas/mídia²:

É interessante observar as diferenças de problemas em função do gênero, caracterizando os **problemas femininos** como aqueles referentes ao uso de métodos anticoncepcionais, o cuidado nas formas de relacionamento, mas nunca fazendo referência ao uso de bebidas ou outras drogas, que aparecem como **problemas masculinos**. Para os adolescentes do sexo **masculino**, os problemas remetem ao consumo de álcool, de drogas ou ao tabagismo. A gravidez ou os problemas de doenças sexualmente transmissíveis são responsabilidades **femininas**. Nessa perspectiva, essa classe se caracteriza também por um discurso de distinção entre os comportamentos de homens e mulheres, legitimando diferentes preocupações sociais com os jovens. **À mulher** cabe o controle da

² Sobre a relação mídia, ciência e representações sociais, ver a páginas 30 e 31.

sexualidade, ao homem, o controle da “razão” (SANTOS; NETO; SOUZA, 2011, p. 108, grifos da autora).

Essa desigualdade de gênero, no Brasil, ainda é atravessada pelo histórico de país colonizado. Na leitura da filósofa argentina Lugones (2019, p. 362), “diferentemente da colonização, a colonialidade dos gêneros ainda está conosco; ela está na intersecção gênero/classe/raça como constructo central do sistema mundial capitalista de poder”.

No entanto, ainda de acordo com a autora, a ideia não é pensar esses sujeitos apenas como oprimidos, “uma vez que não existem mulheres colonizadas, sugiro que nosso foco incida sobre os seres que resistem à colonialidade dos gêneros pelas ‘diferenças coloniais’” (LUGONES, 2019, p. 362).

No movimento das resistências, Carneiro (2019, p. 320) alerta que “alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero”, ou mesmo idade, e lutar “pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”.

Apesar dos avanços do movimento no país, o caminho para a manutenção dos direitos conquistados e a luta por novas superações permanece. Sueli Carneiro ainda destaca a ausência de superações quanto a importação de teorias que negam a existência das diferentes identidades e realidades.

[...], em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, continuam em silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2019, p. 273).

Assim, quando se propõe a estudar as representações sobre a gravidez na adolescência, é necessário que se considere que este fenômeno “como um ponto de inflexão que resulta de uma pluralidade de experiências de vida, com diferentes significados, abordado de várias maneiras e que adota diversos desfechos” (BRASIL, 2018, p. 162).

Considerar as intersecções de gênero, raça e classe na formação das representações sociais nos estudos sobre a gravidez na adolescência, pode

contribuir com a análise sobre as leituras presentes nas produções brasileiras em psicologia, acerca desse fenômeno.

2.2 A Teoria das Representações Sociais e a relação Ciência e Senso Comum nos estudos sobre a gravidez na adolescência

Com o conceito de Representações Sociais aqui apresentado, passa-se à contextualização da TRS no presente estudo. Esta sessão terá o objetivo de discutir a interrelação entre ciência e senso comum para auxiliar na análise sobre os estudos sobre a gravidez na adolescência.

Como apresentado anteriormente, a TRS foi inicialmente elaborada por Serge Moscovici, e o que marcou esse início foi a sua obra seminal *La psychalyse – Son image et son public* publicada em 1961, na França, para apresentar os resultados de um estudo sistemático sobre as representações sociais da psicanálise e seus conceitos, que constituiu a sua tese de doutorado e permitiu desenvolver as bases da Teoria das Representações Sociais (TRS).

Contudo, a respeito da recepção da TRS, Arruda (2002b) vai salientar que esta só foi amplamente reconhecida 20 anos após a primeira publicação de Moscovici, como uma consequência do paradigma dominante que regia (e ainda rege) a ciência, incluindo a psicologia. Nas palavras da autora:

A teoria aparentemente não vingou de imediato, fazendo sua reaparição com força total no início dos anos 80. Como outras contribuições importantes, ela surge antes do seu tempo, contrariando o paradigma dominante na época, na Psicologia e nas Ciências Sociais. Na Psicologia, o enfoque sintetizado no behaviorismo, com o imperativo experimental a estabelecer os limites do que era considerado científico, ainda prevalecia, embora seu longo ocaso já houvesse iniciado. A pesquisa de Moscovici, voltada para fenômenos marcados pelo subjetivo, captados indiretamente, cujo estudo se baseava em metodologias inabituais na psicologia da época e dependia da interpretação do pesquisador, fugia aos cânones da ciência psicológica normal de então. Seria preciso esperar quase vinte anos para que o degelo do paradigma permitisse o despontar de possibilidades divergentes (ARRUDA, 2002b, p. 129).

Como escreveu o próprio Moscovici (2011) “assim como para o artista, as qualidades da obra importam muito mais do que o respeito às regras da arte” (p. 13), neste caso, às regras rígidas das ciências, que dividem as “ciências do homem” (seres humanos) em causas psíquicas e sociais, concluindo que “em todo caso, a imperfeição das ciências é mais preocupante do que sua rigidez [...]” (p.14). Sobre a TRS, Oliveira e Amâncio (2006) fez a seguinte síntese:

[...], esse projecto de reposicionamento da produção e reprodução do conhecimento como um processo generalizado e socialmente partilhado coloca uma questão de fundo, que a nosso ver é fundamental: a emancipação da psicologia social como disciplina autónoma das lógicas individualistas da psicologia e das lógicas estruturais da sociologia clássica. Ao reclamar a produção colectiva de conhecimento como objecto da psicologia social, Moscovici atribui um objecto (a sociedade pensante) à disciplina, obrigando-a, em última instância, a adoptar o papel de Janus das ciências sociais, articulando níveis de análise em uma tentativa de encetar uma antropologia da cultura moderna (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p. 604).

O projeto apresentado por Moscovici contrariou os paradigmas da ciência moderna e denunciou que “[...] o objetivo da ciência é tornar o familiar não familiar em suas equações matemáticas, como em laboratórios” (MOSCOVICI, 2007, p. 59), tornando-se o caminho inverso ao das representações sociais, que é “[...] tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (MOSCOVICI, 2007, p. 54).

Moscovici (2007) ainda explica que “a ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum” (p. 60) e mesmo assim “o pensamento social deve mais à convenção e à memória do que à razão; deve mais às estruturas tradicionais do que às estruturas intelectuais ou perceptivas correntes” (p. 57).

Contudo, no mundo moderno ocidental, o movimento de mudança no modo econômico de produção e constituição dos sujeitos, contribuiu para o surgimento da ciência moderna e gerou alterações em outros fenômenos, como a elaboração de representações sociais.

A ciência moderna surgiu para atender às demandas da nova sociedade e acabaram por interferir na forma como o conhecimento é produzido por esta. Sobre o impacto dessa uma ciência, Moscovici (1978) vai dizer que:

Com efeito, se o cientista experimenta, o fez em virtude da descoberta de um mecanismo, de uma substância, de uma lei ou de um fenômeno desconhecido. O indivíduo comum interessa-se pelas descobertas, seja porque é para tal solicitado pelos próprios cientistas, seja porque o seu meio, os seus hábitos foram por elas afetados, seja, enfim, porque julga necessário estar a par disso, caso se veja obrigado a recorrer às novas descobertas (MOSCOVICI, 1978, p. 22).

Assim, a opção pela TRS se deu por compreender que os modos de conhecer e se apropriar da realidade estão intrinsecamente ligados às relações sociais. Eles ocorrem em um processo coletivo, seja no contexto dos conhecimentos produzidos sem sistematicidade, no cotidiano, seja no campo do conhecimento científico. Esse é um dos objetivos/desafios da Psicologia Social, como expressou Moscovici:

Nós não sabemos quase nada dessa alquimia que transforma a base metálica de nossas ideias no ouro de nossa realidade. Como transformar conceitos em objetos ou em pessoas é o enigma que nos pré-ocupou por séculos e que é o verdadeiro objetivo de nossa ciência, como distinto de outras ciências que, na realidade, investiga o processo inverso. Eu estou bastante consciente que uma distância quase insuperável separa o problema de sua solução, uma distância que bem poucos estão preparados para transpor. Mas eu não deixarei de repetir que se a psicologia social não tentar transpor esse valor, ela fracassará em sua tarefa e com isso não somente não conseguirá progredir, mas cessará mesmo de existir (MOSCOVICI, 2007, p. 48-49).

Para Serge Moscovici, a Psicologia estaria à cargo de compreender, explicar e intervir sobre o comportamento humano, já a Psicologia Social, estaria a cargo do comportamento simbólico:

“[...] recordar à **Psicologia Social** que, se ela quer verdadeiramente compreender os processos por que supomos que se interessa, teria vantagem em incluir no seu campo de estudo, a par dos comportamentos, os conhecimentos que os indivíduos e os grupos possuem e utilizam a respeito da sociedade, dos outros, do mundo e também a organização específica desse conhecimento. Mas não apenas isso. Os comportamentos e os conhecimentos somente são apreendidos, quando o são, sob o limitado ângulo instrumental. [...]. Ora, as **representações sociais incitam-nos a preocupar-nos mais com as condutas imaginárias e simbólicas na existência ordinária das coletividades**. Reatar, neste ponto, o fio perdido da tradição pode ter consequências muito felizes para a nossa ciência” (MOSCOVICI, 1978, p. 80-81, grifos da autora).

Existe, portanto, a preocupação com o fazer da ciência, tanto no que se refere à sua influência sobre as representações sociais, levando em conta que “a conversão dos elementos de uma concepção científica dada, em relação aos valores específicos que se prendem à imagem da sua representação, constitui um método da amarração dessa representação na realidade social” (MOSCOVICI, 1978, p. 232).

Quanto com relação à influência que recebe das representações sociais, como explicou Arruda (2002b), “se considerarmos que a ciência não acontece dentro de uma bolha, isolada da sociedade, podemos perceber como o quadro que a cerca incidirá também sobre a sua produção, [...]” (p. 129).

Ciência e senso comum são tipos de conhecimento, produzidos de formas diferentes e que se influenciam mutuamente. Porém, com a necessidade da ciência positivista ter como objetivo a busca pela verdade, por leis naturais e universais, gerou uma necessidade cada vez maior de distanciar-se do saber popular, tornando-

se um saber “estranho porque distante, distante porque estranho” (MOSCOVICI, 1978, p. 59).

Como uma das consequências, Moscovici apresenta as representações sociais como a busca por tornar familiar o não-familiar, que pode ser o saber produzido pela ciência moderna, que procurou “superar” o senso comum, distanciando-se dele, tornando-se o objeto ausente/ estranho. Assim, para Moscovici (1978):

Se a ciência, a natureza ou a política faltam em nosso universo ou nos parecem isotéricas é porque, como se sabe, elas desenvolvem grandes esforços para nos excluir, para apagar o menor vestígio que nos permita reconhecer-nos nelas. Um povo, uma instituição, uma descoberta, etc. parecem-nos distantes, bizarros, porque não estamos neles, porque se formaram e evoluíram “como se não existíssemos”, sem relação alguma conosco. Representá-los conduz a repensá-los, a reexperimentá-los, a refazê-los à nossa maneira, em nosso contexto, [...]. É profunda a propensão para dar uma existência àquilo que existia sem nós, para nos fazer presentes onde estamos ausentes, familiares em face do que nos é estranho (MOSCOVICI, 1978, p. 64, grifo da autora).

Esse percurso traçado até aqui, buscou ressaltar a necessidade de um compromisso ético no fazer da ciência e em especial, neste estudo, da Psicologia. Pois, como defendeu o próprio Moscovici (2007) “As representações individuais ou sociais **fazem** com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser” (p. 59, grifos da autora).

Essas representações dizem da relação que as pessoas estabelecem com o mundo, como significam (coletivo) e/ou atribuem sentido (pessoal) à própria realidade, e as produções científicas - incluindo os estudos da psicologia sobre a gravidez na adolescência - possuem uma cota de contribuição e, conseqüentemente, responsabilidade nesse **fazer**.

3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

Nestas entrevistas, percebi um conflito vivido enquanto pesquisadora que, há alguns anos, subjetivada por um discurso de dominação, tentava encontrar o que ele afirmava, a saber: a gravidez na adolescência é uma experiência que gera danos.

Kayse Luiza Oliveira de Carvalho Alcântara

Neste capítulo, a proposta é apresentar discussões sobre a Gravidez na adolescência, considerando conceitos e representações sobre a adolescência e sobre a gravidez na adolescência, assim como, sob o ponto de vista jurídico, conhecer os documentos nacionais e internacionais relacionados ao tema.

3.1 Conceitos e Representações Sociais sobre a adolescência

O estudo sobre a Gravidez na adolescência precisa levar em consideração os conceitos e representações que o atravessam. Como foi apresentado por Santos *et. al.* (2017, p. 20), “a gestação adolescente [...], começa a mudar quando novas concepções de adolescência são definidas, gerando outras expectativas quanto às suas trajetórias de vida e prescrevendo a maternagem para a fase adulta, já mulher”.

Uma demonstração das mudanças na compressão do fenômeno pode ser percebida na escrita de Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010) ao relatarem que na Grécia Antiga as mulheres casavam-se aos 15 ou 16 anos, sendo preparadas para serem “mães de família” e os homens atingiam a maioridade civil aos 18 anos para participar de virtudes cívicas e militares.

Ainda apresentam o Império Romano e a Idade Média, quando era aconselhado às mulheres, entre 12 e 15 anos, o casamento e a reprodução, e aos “jovens” homens, o trabalho e o preparo para a guerra (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

Segundo o pesquisador francês Ariès (1986), no continente Europeu, já na Idade Média, existiam tentativas científicas de nomear e classificar os “períodos da vida”, porém, “até o século VXIII, a adolescência foi confundida com a infância” (p.

41), e entre a burguesia³ do século XVI, a infância não estava limitada às mudanças biológicas, mas à conquista da independência.

Para Ariès (1986), apesar dos estudos medievais na Europa sobre a periodização da vida, foi somente no século XVIII, que iniciou a construção de uma nova concepção para o termo “adolescência”, como nova posição dentre as categorias ou períodos da vida, marcado entre a burguesia pela conquista da independência.

No século XX, a primeira obra que se tem conhecimento a usar o termo “adolescência” no ambiente acadêmico, como afirmam Aguiar, Bock e Ozella (2015), data 1904, quando foi citado nos Estados Unidos da América pelo psicanalista Stanley Hall em sua obra “Adolescência: sua psicologia e relação com fisiologia, antropologia, sociologia, sexo, crime, religião e educação”. Sobre a influência da obra, como escreveu Ozella (2002):

A concepção vigente na psicologia sobre a adolescência está fortemente ligada a estereótipos e estigmas, desde que Stanley Hall a identificou como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. Essa concepção foi reforçada por algumas abordagens psicanalíticas que a caracterizaram como uma etapa de confusões, estresse e luto também causados pelos impulsos sexuais que emergem nessa fase do desenvolvimento (OZELLA, 2002, p. 16).

De acordo com Grossman (2010), a adolescência apresentada por Stanley Hall, seria uma etapa da vida marcada por conturbações e pela passagem para a vida adulta, com características naturais e universais. Nas palavras da autora:

O autor propunha que o ser humano em desenvolvimento passaria por estágios correspondentes aos que ocorreram na evolução da espécie humana, desde o primitivismo animal até a vida civilizada, que caracterizaria a maturidade. As etapas de desenvolvimento descritas em sua teoria obedeceriam a um padrão universal, inevitável e imutável, de forma independente do ambiente, controladas exclusivamente pela hereditariedade (GROSSMAN, 2010, p. 48).

Conforme a descrição de Grossmann (2010), na obra citada, Hall vai apresentar o termo, descrevendo-o como uma etapa universal e imutável do desenvolvimento humano, que atravessa tempos e sociedades. Para a autora, Hall também:

³ Classe social que surge na Idade Média Ocidental Europeia e que conquista novo status social e econômico no capitalismo, Idade Moderna.

Apresentava a adolescência como um período de *sturm und drang* (tempestade e tensão), de turbulência e transição ao status adulto final, em que os indivíduos oscilavam entre vigor e letargia. Assumiu que essa fase perigosa e trabalhosa demandava proteção (GROSMANN, 2010, p. 48-49).

Essa concepção de adolescência natural e universal foi apropriada pelos estudos da ciência moderna, incluindo a Psicologia, porém, como o próprio Àries (1986) apresenta, a adolescência na concepção moderna só surgiu após o século XVIII. A adolescência seria, portanto, um fenômeno social.

A adolescência se refere, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico. Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento do trabalho e o preparo para a vida adulta. As marcas do corpo, as possibilidades na relação com os adultos vão sendo pinçadas para a construção das significações (BOCK, 2007, p. 68).

Apesar das teorias que defendem que o conceito de adolescência como social e historicamente construído, não sendo natural e universal, nem obrigatoriamente marcado por turbulências e instabilidades. A concepção apresentada por Hall aparece no estudo realizado por Menandro, Trindade e Almeida (2003), sobre as representações sociais sobre a adolescência/juventude presentes nos textos jornalísticos:

Pensamos que o conjunto de representações sociais de adolescência/juventude ou de adolescente/jovem apóia-se em sistema de crenças e valores presentes na sociedade, ancorados em conhecimento científico produzido há muito tempo atrás. Identificamos como âncoras destas representações sociais, parte das proposições da teoria de Hall sobre a adolescência (MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2003, p. 51).

Essa observação feita no estudo citado, permite pensar os reflexos que as produções científicas, em especial as da psicologia, sobre a elaboração das representações sociais, um movimento que se dá tanto pela atuação dos/as graduados/as e pesquisadores/as, quanto pela divulgação do conhecimento pela mídia.

Outro estudo, é o realizado Santos, Neto e Souza (2011) sobre as representações sociais acerca da adolescência presente em revistas voltadas à adolescentes ou pais, e neste, o conceito de adolescência é apresentado sem considerar os diferentes contextos e a própria construção da adolescência:

Os canais midiáticos têm veiculado, com muita frequência, informações sobre a adolescência, associando-a a fenômenos sociais “problemáticos”, como quadros de violência, envolvimento com substâncias psicoativas, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Esses discursos possuem uma característica em comum: associam o jovem a um conjunto de problemas, que se configura por meio de “rótulos” e atribuições de comportamentos supostamente típicos de uma faixa etária (SANTOS; NETO; SOUZA, 2011, p. 104).

Como alertou Santos, Aléssio e Silva (2008), a “imprensa desempenha um papel importante na organização e construção das informações que permitem a emergência de teorias do senso comum a respeito dos diferentes objetos sociais (p. 447). Esse papel é desempenhado com contribuição das demandas sociais e dos estudos científicos.

Assim, a **comunicação em massa** atua não só como construtora de novas representações, mas também reproduz, em parte, ideias advindas do **meio social**, participando na construção de novas representações e difundindo no espaço público conhecimentos muitas vezes produzidos no âmbito da **ciência** (SANTOS; NETO; SOUZA, 2011, p. 104, grifos da autora).

Nessa perspectiva, Ozella (2003), destaca a necessidade da Psicologia abandonar a visão romântica de adolescência presente nos seus estudos, descrevendo-a como uma fase marcada por comportamentos estereotipados e que, apesar de descontextualizados, podem se tornar “profecias autorrealizadoras”.

Isso, na medida em que “[...] leva os jovens a se comportar de determinadas maneiras para se adaptar às expectativas colocadas pela sociedade, expectativas muitas vezes produzidas e incentivadas pelos profissionais da própria da Psicologia” (OZELLA, 2003, p. 39).

Percebe-se que o conceito produzido por mudanças na sociedade, estabelecendo referência ao modo de produção econômica e material da realidade, o mesmo que deu origem à ciência moderna, gera alterações na sociedade, na constituição e representação dos grupos sociais e dos sujeitos, sobre a própria realidade.

Como defende Ozella (2003), surge um conceito naturalizado, portanto universal, que é divulgado pelos meios de comunicação em massa e pelas teorias, refletindo nas sociedades, nos adolescentes e na atuação dos profissionais das Ciências Humanas. Para a superação desse conceito, é necessário o abandono da visão romântica que universaliza e caracteriza a adolescência por comportamentos estereotipados.

O abandono, dessa concepção de adolescência, se dá por meio de críticas sobre as concepções que consideram a adolescência como natural (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015), refletindo sobre a sua construção histórica, contextualizando-a, já que não existe uma concepção válida para todos os tempos, sociedades e sujeitos.

No estudo apresentado por Martins, Trindade e Almeida (2003), sobre Representações Sociais sobre a adolescência entre adolescentes das regiões urbana e rural de Vitória -ES, apontam que “as diferenças entre os espaços sociais são de fundamental importância para compreendermos as diferentes formas de viver a adolescência” (p. 566). Ainda com base nas análises dos resultados dos questionários aplicados, concluem:

Pudemos verificar que a forma como o adolescente vive a sua adolescência está ancorada na apreensão das concepções mais tradicionais de adolescência, o que não impede que assuma diferentes configurações, corroborando assim a tendência mais recente que propõe a adolescência como uma condição historicamente construída e, por isso, múltipla (MARTINS; TRINDADE; ALMEIDA, 2003, p. 568).

Compreender a diversidade de adolescências, é compreender a inserção desses sujeitos na sociedade e as multideterminações das condições de existência dos mesmos (OZELLA, 2003). Em concordância com essa preposição, a psicóloga Bock (2007) referenda que “não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas” (p. 70).

Kahhale (2003; 2015) afirma que, para superar a visão individualista da sociedade moderna, é preciso pensar o sujeito em sua totalidade. Quando aborda a questão da sexualidade e da gravidez na adolescência, a autora afirma que são fenômenos significados por seus grupos sociais e culturais, e que no Brasil, citando Paiva (1994, *apud* KAHHALE, 2003), a sexualidade na adolescência é vista com diferenças entre os gêneros, hétero e não reprodutiva, seguindo uma visão liberal que surgiu na década de 1990.

No Brasil, espera-se que a sexualidade apareça naturalmente na adolescência e é amplamente aceitável que os jovens sejam sexuados. Mas essa sexualidade deve ser diferenciada por gêneros e se estabelecer na adolescência como uma sexualidade heterossexual e não reprodutiva (PAIVA, 1996, p. 214 *apud* KAHHALE, 2003, p 94).

Essa nova visão pode ter contribuído para o surgimento da gravidez na adolescência, como um problema de saúde pública, após uma “epidemia” em 1996, que teve como base, de acordo com Kahhale (2015), a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 1996 (BEMFAM, 1997).

Os dados apresentados pela pesquisa nacional citada, também podem estar relacionados ao fato de terem sido publicados após a sanção da Lei Orgânica de Saúde nº 8080/1990 (BRASIL, 1990b), que instituiu Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurou o acesso dessa população -adolescentes gestantes/mães - aos serviços públicos de atendimento à saúde.

Segundo Kahhale (2015), a pesquisa considerava o crescimento demográfico da população e a qualidade de vida da mãe e do filho. Porém, para melhor compreensão desse fenômeno faz-se necessária a sua correlação com as condições na qual se dá e os significados atribuídos pela sociedade e pelas adolescentes gestantes.

De acordo com o dossiê apresentado pela Rede Feminista de Saúde (2004), além de uma proposta de sociedade que impõe aos jovens projetos que visem como prioridade a qualificação para o mercado de trabalho, “há a intenção de conter a pobreza por meio da diminuição de nascimentos, sobretudo de adolescentes pobres, já que a pobreza cobra do Estado políticas públicas de saúde, de educação e de habitação” (p. 17).

Até aqui foi apresentada a percepção de que a Gravidez na adolescência, além dos múltiplos contextos e motivações, também é atravessada pelo conceito e pelas representações que se assume sobre a adolescência. A seguir serão apresentados alguns documentos legais, nacionais e internacionais, que abordam a Gravidez na adolescência.

3.2 Gravidez na adolescência nos documentos legais nacionais e internacionais

Dentre os documentos legais internacionais que permitem pensar a gravidez na adolescência, em 1965, Organização Mundial da Saúde – OMS, apresentou o documento “*Problemas de salud de la adolescência*”, destacando a necessidade de

investimento em estudos sobre a gravidez na adolescência, entre 10 e 14 anos, “Embarazo al comienzo de la adolescência”, como um problema de saúde:

Al parecer, el número de embarazos en los primeros años de la adolescencia va en aumento. Los datos de que se dispone permiten afirmar que los niños nascidos de esos embarazos padecen con frecuencia insuficiencia ponderal y están con frecuencia mal cuidados, en un ambiente afectivo desfavorable por madres que carecen de madurez. Esos embarazos plantean numerosos y graves problemas fisiológicos, psicológicos y sociales, por lo cual se recomienda que sean objeto de mayor atención y estudio (OMS, 1965, p. 23).

O destaque para essa faixa etária dos 10 aos 14 anos, se dá pela definição de adolescência que o documento (OMS, 1965) assume, apresentando-a como um período de transição entre a infância e a vida adulta que compreende a faixa etária entre os 10 e 20 anos, dividida entre os 10 e 14 anos como primeiro momento de transição para tornar-se adulto e o segundo dos 16 aos 20, quando o ritmo da transição se torna mais lento.

Outro documento legal internacional que aborda a gravidez na adolescência é a *Declaração de Genebra de 89 sobre “Saúde reprodutiva de adolescentes: uma estratégia para ação”* (OMS; UNICEF; FNUAP, 1989), que vai apresentar a necessidade de investimento em educação, principalmente para mulheres jovens.

Esse investimento é defendido como uma possibilidade de melhorar o status dos/as adolescentes e tem dentre seus objetivos “maior disponibilidade e acesso a serviços que promovam a saúde reprodutiva de adolescentes e a saúde materno-infantil, e que previnam gestações precoces e doenças sexualmente transmissíveis” (OMS; UNICEF; FNUAP, 1989).

Sobre as gestações “precoces” ou “prematuras”, o *Relatório da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento: Plataforma do Cairo de 1994* (ONU, 1994) apresenta a gravidez “prematuro” como obstáculo à melhora no status social, educacional e econômico. Sugerindo a abstinência voluntária, o documento vai apresentar como objetivo:

a) Tratar os problemas de saúde sexual e reprodutiva do adolescente, inclusive a gravidez indesejada, o aborto inseguro e doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o HIV/AIDS, com a promoção de comportamento sexual e reprodutivo responsável e sadio, inclusive a abstinência voluntária e com a prestação de serviços apropriados e de orientação especificamente conveniente a esse grupo etário; b) reduzir substancialmente as gravidezes de adolescentes (ONU, 1994, p. 70).

A *Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim 1995* (ONU, 1995), que visa eliminar a desigualdade entre gêneros e garantir a saúde sexual e reprodutiva como direito. Apesar de destacar a necessidade de acesso a serviços de educação e saúde, apresenta a gravidez na adolescência como não planejada ou indesejada, um problema à saúde que sozinho gera dificuldades no acesso a direitos básicos, pois, de acordo com o parágrafo 268:

Mais de 15 milhões de meninas nas idades de 15 a 19 anos dão à luz a cada ano. A maternidade em idade muito jovem acarreta complicações durante a gravidez e o parto e constitui um risco de óbito materno muito superior à média. Os níveis de morbidez e mortalidade entre os filhos de mães jovens são muito elevados. A maternidade precoce continua sendo um impedimento para a melhoria da condição educativa, econômica e social das mulheres em todas as partes do mundo. Em geral, o casamento e a maternidade precoces podem reduzir severamente as oportunidades de educação e trabalho da mulher, bem como sua qualidade de vida e a dos seus filhos (ONU, 1995, p. 242).

Esses documentos ainda consideram a gravidez na adolescência sozinha, sem contextualizá-la, como um problema, mas seus avanços vão refletir na elaboração de leis e diretrizes dos países signatários. Por exemplo, retornando ao Brasil, “surgem” algumas legislações e documentos referentes à estudante gestante e mãe.

A Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975 (BRASIL, 1975), que atribui como direito o estado de regime domiciliar às estudantes gestantes entre o 8º mês de gestação e o 3º mês após o parto, podendo ser alterado de acordo com o atestado médico e assegura a prestação de exames finais.

Essa lei foi sancionada em de forma complementar ao Decreto nº 1.044 de 1968, que “dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica”, incluindo infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas.

Outra complementação ao Decreto, foi a Lei nº 7.692 de 20 de dezembro de 1988, que teve a primeira versão publicada em 1977, torna facultativa a prática de Educação Física “à aluna que tenha prole”. Essas leis e decreto fazem avanços e contribuem para a permanência da “adolescente” mãe e gestante na escola.

Outro avanço, foi a sanção da Lei nº 9.263 de 1996, considerando o parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição, que dispõe sobre o planejamento familiar, fundado

nos princípios da paternidade responsável e da dignidade humana, cabendo ao Estado promover as condições necessária à sua garantia (BRASIL, 1988).

No artigo 2º, essa lei apresenta o Planejamento familiar como “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (BRASIL, 1996), sendo proibida a utilização dessas ações como instrumento de controle demográfico.

Aproveitando esse espaço sobre a Constituição Federal (BRASIL, 1988), outro artigo que visa assegurar o direito das “adolescentes gestantes/mães” é o de número 203, pertencente à seção da assistência social. O artigo mencionado afirma que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; [...]” (BRASIL, 1988, p. 23).

Também fruto da Constituição Federal de 88, no âmbito da saúde, com o Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 1990b), diferente do regime do “falecido” Inamps⁴, a saúde é assegurada como um direito de todos, sendo reforçada como um direito social.

Conforme o artigo 6º da Constituição (BRASIL, 1988, p. 3), “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Apresentando documentos no âmbito da saúde, em 2004, o documento referente à *Política Nacional Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM* (BRASIL, 2004), chama a atenção para a necessidade de análises referentes à gravidez na adolescência, visando o aprimoramento das políticas voltadas a esse público:

A análise mais aprofundada da questão da gravidez na adolescência é uma tarefa urgente a ser realizada pela Área Técnica de Saúde da Mulher e pela Área Técnica de Saúde do Adolescente e outras áreas afins, para que se possa dispor de políticas mais adequadas para essa faixa etária (BRASIL, 2004, p. 34).

⁴ Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - Inamps, instituído pela lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977 e extinto oficialmente pela Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993.

Em 2016, a Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016 passou a substituir a redação do artigo 8 do ECA. O texto do artigo trata sobre o planejamento reprodutivo e o atendimento a gestantes:

Art. 19. O art. 8º da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde”. [...] (BRASIL, 2016, p. 2).

A respeito desse artigo Amaral (2020), vai dizer que todas as mulheres, possuem o direito de acesso a políticas e programas de saúde da mulher, independente da situação ou condição. Considerando essa perspectiva, as adolescentes gestantes, por exemplo, seriam atendidas duas vezes pelo estatuto. Nas palavras do autor, o artigo assegura que:

As mulheres em geral, sejam mães ou não, gestantes ou não, estejam amamentando ou não, tendo ou não os filhos consigo – enfim, em qualquer situação ou condição -, têm assegurado em seu favor o acesso a todos os programas e políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo (AMARAL, 2020, p. 166).

Em 2007, o Ministério da Saúde publicou o *Marco Teórico Referencial* (BRASIL, 2007), para abordar sobre saúde, sexualidade e reprodução na adolescência e juventude, incluindo temáticas como exploração e violência sexual, gênero e gravidez na adolescência. Sobre essa, vai dizer que se torna um risco à vida quando não se tem condições “adequadas para”, independentemente de ser ou não na adolescência.

A gravidez na adolescência tem sido um tema polêmico e controverso nos debates sobre saúde sexual e saúde reprodutiva deste segmento. Em geral, a gravidez na adolescência tem sido considerada uma situação de risco e um elemento desestruturador da vida de adolescentes e, em última instância, como elemento determinante na reprodução do ciclo de pobreza das populações, ao colocar impedimentos na continuidade de estudos e no acesso ao mercado de trabalho, sobretudo entre adolescentes (BRASIL, 2007, p. 17).

Outro documento publicado pelo Ministério da Saúde, é o *Caderno de Atenção Básica: Saúde Sexual e Reprodutiva* (BRASIL, 2010), que a respeito da gravidez na adolescência, vai considerar que está associada a diferentes fatores,

peçoais, sociais e familiares, fazendo diferenciação entre planejamento familiar e reprodutivo.

O caderno destaca que não existe relação direta entre pobreza e controle de natalidade, afirmando que “[...], garantir os direitos reprodutivos a adolescentes e jovens, homens e mulheres, significa assegurar, em todos os casos, as condições de escolha por uma gravidez” (BRASIL, 2010, p. 67).

Esse caderno (BRASIL, 2010) também faz distinção entre as gestações ocorridas entre 10 e 14 anos das entre 15 e 19 anos, considerando a definição de adolescência proposta pela OMS (1965).

Sobre gravidez em caso de violência sexual, o documento ressalta que “é direito dessas mulheres e adolescentes serem informadas da possibilidade de interrupção da gravidez, conforme Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, art. 128, inciso II, do Código Penal” (BRASIL, 2010, p. 274).

Em 2017, o Ministério de Saúde publicou o documento “*Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica*” primeira edição e em 2018 a segunda edição, seguindo uma proposta da Coordenação-Geral da Saúde de Adolescentes e Jovens, com o objetivo de auxiliar as Equipes de Atenção Básica, que atuam no primeiro nível de complexidade do SUS tendo como base a Estratégia de Saúde da Família (ESF).

As propostas apresentadas possuem como eixos “cuidado da saúde, hábitos saudáveis e a atenção aos principais aspectos clínicos” (BRASIL, 2018, p. 11), abordando temas como protagonismo juvenil, violência, sexualidade, planejamento reprodutivo, anticoncepção de emergência, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), gravidez na adolescência e sexualidade e paternidade.

O documento (BRASIL, 2018) ainda apresenta algumas normas orientadoras, como a Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009, que entre outras atribuições, revoga a Lei nº 2.252 de 1954 que dispõe sobre a corrupção de menores, em 2009 torna-se “estupro de vulnerável”.

De acordo com a atualização, no art. 217-A fica especificado que é crime, sob pena de reclusão de 8 a 15 anos, “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos” (BRASIL, 2009, p. 2) ou com pessoas que, por alguma causa, não possam oferecer resistência. Relacionada a esta lei, o

documento apresenta a Súmula 539 de 2017, aprovada pela seção do 3º Tribunal Superior de Justiça, cujo enunciado dispõe:

O crime de estupro de vulnerável configura-se com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o agente (BRASIL, 2017).

Retornando ao ECA, uma das modificações realizadas no documento, foi a inclusão do artigo 8º-A, pela Lei nº 13.798 de 3 de janeiro de 2019, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, que tem por objetivo “[...] disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência” (BRASIL, 2019, p. 3).

Este artigo referente à gestação na adolescência, em específico, foi acrescentado em 2019 e com função preventiva, o parágrafo único que o segue, complementa: “[...] As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente” (BRASIL, 2019, p. 3).

A partir da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, surgiram outros eventos que dão margem para a defesa da “abstinência sexual voluntária” na adolescência.

Um desses eventos é a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo” (BRASIL, 2020a, 2021) lançada em 2020, pelo Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH), em conjunto com o Ministério da Saúde (MS). Essa campanha ficou conhecida como Campanha de Abstinência Sexual, por defender a iniciação sexual em idade tardia (BRASIL, 2020b).

Outro exemplo de evento que teve como referência Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, mas em nível municipal, foi a apresentação do Projeto de Lei nº 813/2019 (SÃO PAULO, 2019), na Câmara Municipal de São Paulo. Esse projeto tem por objetivo alterar a Lei nº 14.485 de 2007, que inclui no calendário municipal o “Dia de Prevenção à Gravidez Adolescente não Planejada”, alterando-o para “Semana Escolhi Esperar”.

Defender a abstinência sexual voluntária como método de prevenção da gravidez na adolescência, não é novidade, considerando que foi apresentada na

Plataforma do Cairo (ONU, 1994), por exemplo. Entretanto, nesses dois últimos eventos, percebe-se o retorno à proposta de controle por meio da orientação à “abstinência voluntária” como solução para a ausência de direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado, com ou sem a gestação.

Esses documentos legais, nacionais e internacionais, ajudam a pensar as adolescentes grávidas como sujeitos de direitos, atravessadas por questões históricas, sociais, econômicas, culturais e de gênero.

A construção da realidade social, com base nos significados atribuídos ao gênero, vale para as discussões a respeito da gravidez na adolescência, que incluem a divisão desigual de papéis performáticos, dando foco à adolescente mãe e/ou gestante com relação aos cuidados preventivos e preservativos nas relações sexuais, assim como o cuidado com os/as filhos/as.

Por performático, tomando emprestada a leitura de Butler (2019), entende-se que “[...] os atributos e os atos de gênero – as diferentes formas que um corpo apresenta ou pelas quais produz sua significação cultural – são performáticos, não existe uma identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido [...]” (p. 225).

Essa performance é que constitui a materialização dos gêneros, já que “a realidade dos gêneros é performativa, o que significa dizer que ela só é real enquanto estiver sendo performada” (BUTLER, 2019, p. 224). Assim, outra reflexão seria referente ao “ser mulher”, por exemplo, os papéis gênero que são social e historicamente atribuídos às mulheres e quais as condições materiais na qual estão inseridas, pois:

[...] as verdadeiras razões pelas quais a gravidez adolescente constitui um problema social não são, como se supõe, a sua suposta colaboração para o crescimento desacelerado do número de gravidezes, as péssimas condições de saúde e de pobreza da população, mas para o aumento e a maior visibilidade da população adolescente, para a persistência das condições de pobreza da população e para a falta de oportunidade para as mulheres [e para a rede de apoio] (BARKER; CASTRO, 2002, p. 80).

Sobre as implicações da gravidez e da maternidade na adolescência, atreladas ao “ser adolescente” e/ou ao “ser mãe”, as autoras Sena Filha e Castanha (2014) ao apresentarem resultados de pesquisa, com base em entrevistas realizadas com profissionais da saúde e sob a leitura da TRS, concluem que:

[...], as implicações da maternidade na adolescência aparecem vinculadas à experiência de “**ser adolescente**” construída ao longo dos séculos em meios às interações do contexto histórico-social, como também se vinculam à vivência de “**ser mãe**” em meio às construções sociais que a estabeleceram com o passar do tempo, papéis e lugares atribuídos à mulher na sociedade (SENA FILHA; CASTANHA, 2014, p. 87, grifos da autora).

Os estudos científicos e as representações sociais sobre a gravidez na adolescência, assim como a forma como esta é divulgada pela mídia, são atravessados por questões de gênero, refletindo mais especificamente sobre o que se espera de cada sujeito.

4 METODOLOGIA: APRESENTANDO PERCURSOS DA PESQUISA

Para ajudar a responder à pergunta de pesquisa apresentada na introdução, foi traçado um percurso, que será apresentado neste capítulo. O passo a passo inclui: objetivos (geral e específicos), procedimentos de levantamento bibliográfico, descrição dos trabalhos encontrados e apresentação da Análise de Conteúdo.

Esse percurso faz parte do desafio que é pesquisar, onde foi possível compreender que a diferença entre montar uma pesquisa ou um jogo quebra-cabeça, é que o primeiro não vem numa caixa, com peças prontas. O desafio é elaborar uma forma de compreender a realidade, sem que as peças, necessariamente, se encaixem com perfeição, mas se aproximem da realidade dinâmica que se propõe a estudar. Considerando que:

A realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inscrição social. Assim, Moscovici propõe uma psicossociologia do conhecimento, com forte apoio sociológico, mas sem desprezar os processos subjetivos e cognitivos (ARRUDA, 2002b, p. 131).

A busca, por superar esse desafio, é também um compromisso ético nos estudos e nas práxis da psicologia, já que a relação entre o indivíduo e a sociedade são “foco de tensões e contradições e elas representam o ponto de encontro das necessidades de liberdade do ser humano e de suas tendências para a alienação; elas são, também campo de batalha preferido de muitos movimentos políticos” (MOSCOVICI, 2007, p. 155).

Como disse Angela Arruda (2002a, p. 9), “pesquisar também é muito perigoso”, o desafio consiste, portanto, em encontrar uma forma de fazer pesquisa que considere “o protagonismo da cultura na renovação da psicologia”, que considere o sujeito - sensível, pensante e criativo - e sua relação com o mundo, mediada pela comunicação e por significados produzidos pela cultura e na interação.

Para concluir, outra citação de Arruda (2002a, p. 19), “os dados são matéria viva que continua a pulsando e podem reviver sob uma ou outra interpretação, do próprio autor ou de outros”, desde que os considere na visão dinâmica das RS, da sociedade a qual pertence e do seu tempo. É com essa reflexão que iniciamos a apresentação do percurso realizado nesta pesquisa.

4.1 Objetivos

Considerando o problema de pesquisa “Quais são os conceitos e as representações de gravidez na adolescência presentes nos estudos da psicologia sobre gravidez nesse período da vida?”, e na intenção de respondê-lo, foram formulados alguns objetivos, os quais serão apresentados a seguir:

4.1.1 Objetivo geral:

A pesquisa teve como objetivo geral: Analisar conceitos e representações sociais sobre a gravidez na adolescência, presentes em teses e dissertações na área da Psicologia brasileira e publicadas no período de 2010 a 2020.

4.1.2 Objetivos específicos:

- a) Realizar o levantamento de teses e dissertações sobre a gravidez na adolescência, produzidas em Programas brasileiros de Pós-Graduação em Psicologia;
- b) Identificar elementos que compõem as representações sobre a gravidez na adolescência, presentes nesses estudos;
- c) Identificar RS que permeiam concepções teóricas sobre gravidez na adolescência nos estudos produzidos em Programas de Pós-Graduação (PPG), na área da Psicologia;
- d) Identificar a relação entre conceitos científicos e as representações sociais sobre a gravidez na adolescência.

4.2 A produção científica da Psicologia sobre a gravidez na adolescência: levantamento de dados

Para alcançar os objetivos propostos, esta investigação se desenvolveu a partir dos estudos das produções científicas (teses e dissertações) já realizadas sobre a gravidez na adolescência. Assim, nesta seção serão descritos os

procedimentos realizados para o levantamento dessas produções e o tratamento realizado, tendo como pano de fundo o próprio percurso teórico construído até aqui.

Neste estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica, a qual, como descreve Severino (2007), “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impresso, como livros, artigos, teses etc.” (p. 122). Como já foi mencionado anteriormente, os registros aqui selecionados foram teses e dissertações de PPG em Psicologia.

A escolha pelas teses e dissertações (mestrados e doutorados acadêmicos) se deu por considerar o momento de formação dos/das pesquisadores/as (já graduados/as e em estudo continuado); a possibilidade destes se tornarem docentes em cursos de formação em psicologia; e pela extensão dos materiais produzidos, por se tratar do produto (final) das pesquisas realizadas, aumentando o campo de análise sobre os conceitos e representações sociais nas pesquisas sobre gravidez na adolescência.

4.2.1 Descrição do levantamento das teses e dissertações

O levantamento foi realizado por intermédio do Portal de Periódicos da CAPES – Ministério da Educação (MEC), onde, utilizando o acesso da UFMS para a realização da busca por “Teses e Dissertações” na opção “Buscar Base”, foram selecionadas as duas primeiras opções, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), já que estas contemplam produções de diferentes instituições brasileiras de pós-graduação.

Nas plataformas ou bases de dados, foram realizadas duas buscas, pensando na possibilidade de haver trabalhos sobre a gravidez na adolescência, que escapassem às palavras-chaves ou descritores utilizados. Assim, na primeira busca optou-se pelas palavras-chave “Adolescência”, “Gravidez” e “Psicologia” (entre aspas) e o operador booleano “AND” entre os termos. Os termos escolhidos estão presentes no objetivo geral desta pesquisa.

Na segunda busca, utilizou-se o descritor de saúde “Gravidez na adolescência”, conforme a consulta aos Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings* disponível na Biblioteca Virtual em Saúde - BVS (DeCS/MeSH). A

primeira busca foi realizada em ambas as plataformas no dia 01 de maio de 2021 e a segunda no dia 02 de maio de 2021.

Uma observação a ser feita, é que neste trabalho optou por considerar os termos “gravidez” e “gestação” como sinônimos, seguindo a apresentação da BVS do segundo termo como alternativo ao primeiro⁵, mesmo entendendo que exista o debate acerca da diferenciação, onde “gravidez” estaria relacionada a questões mais biológicas e “gestação” a questões voltadas ao contexto em que ocorre.

Considerando o objetivo da pesquisa, “Analisar conceitos e representações sociais sobre a gravidez na adolescência presentes nas produções científicas brasileiras na área da Psicologia, publicadas no período de 2010-2020”, para a seleção do material a ser analisado, utilizou-se como critérios de inclusão: serem produções científicas - teses e dissertações - de programas brasileiros de pós-graduação em Psicologia, publicadas entre 2010 e 2020.

O primeiro filtro se refere à seleção dos Programas de Pós-graduação (PPG) por meio da seleção de filtro na área de conhecimento. Na BDTD foi selecionada a opção “Ciências Humanas: Psicologia” e no banco da CAPES as opções “Ciências Humanas” e “Psicologia (incluindo as variações: psicologia, psicologia cognitiva, psicologia do desenvolvimento humano, psicologia do ensino e da aprendizagem, psicologia do trabalho e organizacional, psicologia experimental, psicologia social)”.

O segundo filtro corresponde ao período de publicação, de 2010 a 2020, tendo como marco histórico os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sancionado em 1990 (BRASIL, 1990a). Foram selecionados 10 anos de publicações, iniciando em 2010, ano de comemoração dos 20 anos do ECA, e finalizando em 2020, ano anterior ao levantamento (que foi realizado nos dias 01 e 02/05/2021).

Como critério de exclusão: foram eliminados os trabalhos que não atendiam aos critérios de inclusão, os que não apresentaram texto completo disponível, e os que estavam duplicados, por aparecerem em mais de uma plataforma e/ou busca.

Na plataforma BDTD, utilizando as palavras-chave, foram encontrados 120 trabalhos, 81 publicados de 2010 a 2020 e 17 como área de conhecimento Ciências Humanas (CH) e Psicologia. Na segunda busca, usando o descritor “gravidez na adolescência”, os resultados apresentados foram 348 trabalhos, 220 trabalhos

⁵ Ver mais sobre os descritores

https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=22261&filter=ths_termall&q=gesta%C3%A7%C3%A3o

publicados entre 2010 e 2020 e, destes, 11 trabalhos produzidos na área de conhecimento Ciências Humanas (CH) e Psicologia.

No banco de teses e dissertações da CAPES, usando as palavras-chave “adolescência, gravidez e psicologia”, foram encontrados 134 trabalhos, 65 publicados entre 2010-2020 e 48 na área de conhecimento Ciências Humanas e Psicologia. Na segunda busca com o descritor “Gravidez na adolescência”, os resultados apresentados foram 681 trabalhos, 407 publicados de 2010 - 2020, sendo 43 na área de conhecimento Ciências Humanas e Psicologia. (apêndices B e C).

Os resultados do levantamento foram salvos em planilhas, pelo programa LibreOffice Calc do software livre LibreOffice, organizados por título, data de publicação, autoria, programa, instituição, resumo, palavras-chave e links de acesso.

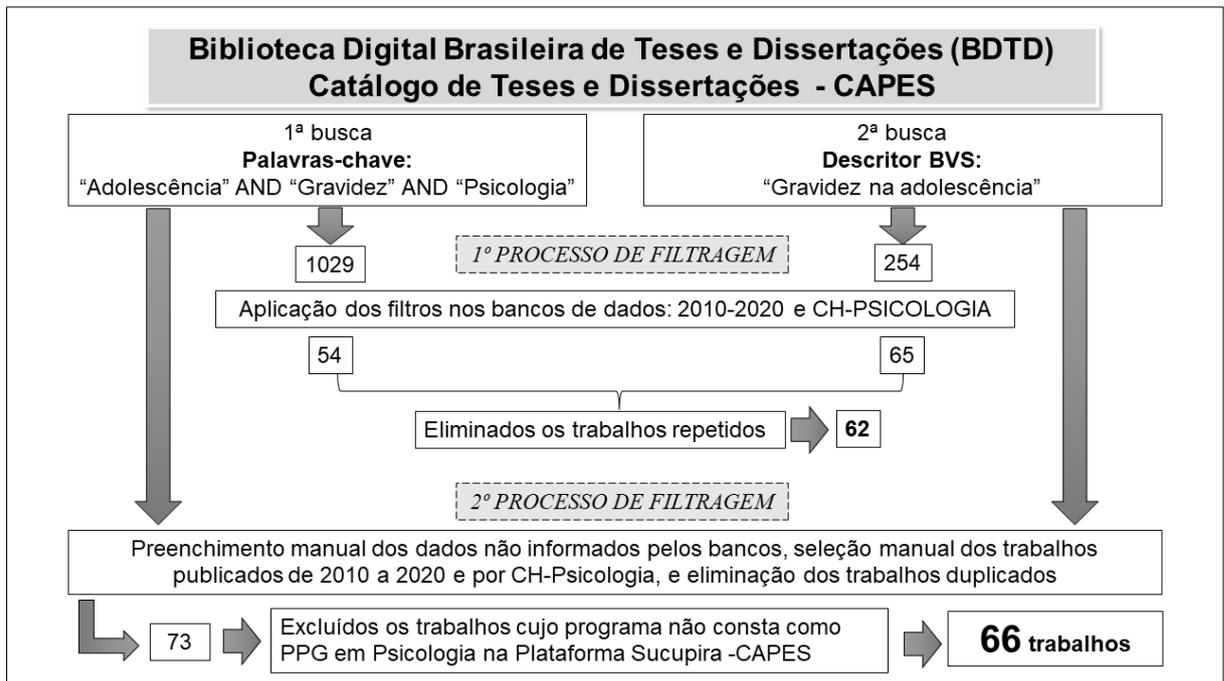
Como houve dificuldade na aplicação do filtro “área de conhecimento” na plataforma BDTD (que não permitia visualizar e/ou selecionar todas as opções disponíveis) e ausência de informações nos dados de alguns dos trabalhos disponibilizados pelas plataformas (como programas, instituições, resumos, palavras-chave e links de acesso), a organização das planilhas permitiu a realização manual da checagem dos resultados dos filtros e a busca por dados ausentes.

No procedimento de busca manual nas planilhas com trabalhos publicados no período de 2010 a 2020, utilizando o termo “Psicologia” na coluna referente aos programas de pós-graduação, foram encontrados 37 e 29 trabalhos no BDTD, e na CAPES, 56 e 51 trabalhos. (apêndices D e E).

Após a comparação dos resultados e eliminação de trabalhos repetidos, foram selecionados 73 trabalhos (apêndice E), dos quais foram excluídos os trabalhos cujo programa não consta como PPG em Psicologia na Plataforma Sucupira -CAPES, resultando em 66 trabalhos.

Para simplificar a descrição do processo de levantamento das teses e dissertações até chegar aos 66 trabalhos, foi elaborada a Figura 1, que está logo abaixo, destacando o 1º processo de filtragem que foi realizado diretamente nos bancos de dados, e o 2º processo que consistiu no processo manual de preenchimentos das informações ausentes nos dados disponibilizados pelos bancos e posterior reaplicação manual dos filtros.

FIGURA 1 - Descrição do processo de levantamento das teses e dissertações



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo BDTD (2021) e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021)

Nesses 66 trabalhos, foram realizadas três etapas de exclusão de trabalhos (figura 2). No primeiro foram eliminados 30 (apêndice F), por não abordarem como temática principal a gravidez na adolescência. Na segunda etapa, 17 (apêndice G) foram eliminados por se referirem especificamente a temas voltados à maternidade, paternidade e aborto na adolescência.

Na terceira etapa (apêndice H), foram excluídos trabalhos que abordam a gravidez ou gestação na adolescência, porém o primeiro a apresenta como item na avaliação de comportamentos de risco à saúde em adolescentes, o segundo e o terceiro não possuem os arquivos (PDFs - *Portable Document Format*) disponíveis, e o quarto e o quinto apresentam nos arquivos (PDFs) data anterior a 2010, apesar de constarem como publicados em 2010 nos bancos de dados. Foram selecionados 19 trabalhos para serem analisados (apêndice I).

FIGURA 2 - Descrição das etapas de exclusão de trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo BDTD (2021) e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021)

Após a obtenção dos 19 trabalhos (apêndice I), o segundo momento da pesquisa bibliográfica, corresponde à análise, que nesta pesquisa foram conciliadas às etapas da Análise de Conteúdo, conforme a descrição apresentada por Bardin (2016), sobre o material presente nos trabalhos selecionados.

Esses procedimentos, realizados com os trabalhos selecionados, caracterizam esta pesquisa como uma investigação de abordagem qualitativa, no que diz respeito ao tratamento e análise dos dados da pesquisa, visando identificar e analisar as concepções e representações sobre a gravidez na adolescência, presentes nos textos acadêmicos. Na sequência deste estudo, na próxima seção, apresenta-se as análises realizadas.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDO: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS

A Análise de Conteúdo (AC) é uma metodologia de pesquisa que conta com um conjunto de técnicas que visam compreender o conteúdo, latente ou manifesto, presente nas mensagens analisadas a partir da comunicação. A comunicação é composta por cinco elementos básicos: fonte, processo codificador, mensagem, receptor e processo decodificador (FRANCO, 2003).

Sendo a produção de inferência, sobre esses elementos, uma das funções da análise de conteúdo. A inferência, é um dos procedimentos da AC (entre a descrição e a interpretação) que se refere a comparações dos dados com pressupostos teóricos, permitindo a passagem a outras etapas da análise (FRANCO, 2003).

Essas mensagens apresentam significado (coletivo) e sentido (pessoal), e este último deve ser analisado nas condições contextuais em que foi apresentado. Então, para compreendê-lo, a partir dos dados obtidos, o analista precisa definir as **Unidades de Análise** (FRANCO, 2003).

Estas unidades se dividem em unidades de registro (a menor parte do conteúdo, que pode ser palavra, **tema**, personagem, item) e unidades de contexto (unidade básica que permite a compreensão do significado presente nas unidades de registro e a posterior análise e interpretação dos textos, assim como a diferenciação entre sentido e significado) (FRANCO, 2003).

Após a definição das unidades de análise, é a vez da **categorização**, uma operação que permite a classificação de elementos através do reagrupamento sob critérios definidos, como a semântica - por categorias temáticas (FRANCO, 2003).

Análise Categorical, uma das técnicas da Análise de Conteúdo, tem o tema como unidade de significação e segue as seguintes etapas na sua operacionalização e organização dos materiais: pré-análise, exploração do material e elaboração da síntese interpretativa (BARDIN, 2016).

Considerando o passo-a-passo proposto por Bardin (2016), no primeiro momento, foi realizada a pré-análise, a primeira fase da organização dos materiais e envolve a leitura compreensiva, escolha dos documentos, formulação dos objetivos (finalidade proposta aos resultados obtidos), referenciação dos índices (temas) e elaboração dos indicadores (para verificar a frequência dos temas), e preparação do material (obtenção de cópias e enumeração dos documentos a serem analisados).

No segundo momento, a exploração do material, que envolve operação de codificação, decomposição/ categorização (diferenciação e reagrupamento, tendo a semântica como critério/ categoria temática) e enumeração (estabelecer a regra de contagem das unidades de registro) (BARDIN, 2016).

No terceiro momento, o tratamento dos resultados, que inclui a inferência (comparação dos dados com pressupostos teóricos) e a interpretação dos dados, para a posterior redação do relatório a ser apresentado (BARDIN, 2016).

A respeito da Análise de Conteúdo Temática ou Categorical, análise por categorias, segundo Bardin (2016), além de ser a mais antiga, o seu funcionamento ocorre por meio de:

[...] operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de aplicar a discursos diretos ... e simples (BARDIN, 2016, p. 200).

Nos próximos itens serão apresentados e discutidos os processos e seus resultados, ao longo da aplicação da Análise de Conteúdo Categorical. O processo será apresentado respeitando as três etapas propostas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

5.1 Pré-análise: primeira fase da Análise de conteúdo

Na pré-análise, após a busca, seleção e organização dos 19 trabalhos selecionados, foi realizada a leitura integral dos trabalhos e a organização dos dados de cada um dos trabalhos em planilhas no Excell Microsoft.

Dados esses referentes à publicação (como autoria, instituição e ano de publicação), sumário (estrutura dos trabalhos), resumo (objetivos, população, local, referencial teórico, coleta e análise de dados) e resultados e discussões (esquematização das análises apresentadas nos trabalhos).

A partir desses dados, é possível afirmar que dos 19 trabalhos, 13 (68,42%) foram encontrados em ambas as plataformas (BDTD e CAPES), 1 (5,26%) apenas na BDTD e 5 (26,32%) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Do total, 13 (68,42%) foram publicados de 2010-2015 e 6 (31,58%) de 2016-2020, e quanto ao tipo de documento, 18 (94,74%) dissertações e 1 teses (5,26%).

Esses dados, referentes ao ano de publicação e tipo de documento, evidenciam possível diminuição no número de publicações sobre o tema.

Sobre a autoria (apêndice I), considerando a leitura dos nomes, são 18 (94,74%) autoras e 1 (5,26%) autor. Porém, a respeito dessa forma de identificação, Curado e Jacó-Vilela (2021) problematizam o:

[...] uso da categoria 'sexo' com base nos atributos biológicos sugeridos pelo nome dos autores(as), o que invisibiliza outras possibilidades de identificação engendradas [...]. Esses dados apontam a forma restrita de identificação do sistema sexo/gênero disponível nas bases de dados dos periódicos (CURADO; JACÓ-VILELA, 2021, p. 9).

Os 19 trabalhos foram produzidos em 15 programas de pós-graduação em psicologia, que correspondem a mestrados e doutorados acadêmicos (apêndice J), com conceitos CAPES: 3 (3 programas, apenas cursos de mestrado), 4 (6 programas, com um dos cursos sendo apenas mestrado), 5 (5 programas) e 7 (1 programa).

Dos 15 programas apresentados, 10 são programas de "Psicologia"⁶, 3 programas são de "Psicologia Clínica", 1 de "Psicologia Forense"⁷ e 1 de "Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano", este último referente à única tese selecionada.

A distribuição dos 19 trabalhos por regiões do país, ficou 7 (36,84%) no Nordeste, 6 (31,58%) no Sudeste, 5 (26,32%) no Sul, 1 (5,26%) no Centro-oeste e 0 (0%) no Norte; sendo 15 (78,95%) publicados por instituições públicas de ensino e 4 (21,05%) por instituições particulares/ sistema privado de ensino.

Um destaque com relação às regiões Nordeste e Sudeste com maior número de trabalhos, é que essas regiões também apresentam maior número de nascimentos por mulheres com até 19 anos, no período de 2010-2020, segundo o Sistema Nacional de Nascidos Vivos - SINASC (apêndice K).

Para a organização das abordagens ou enfoques teóricos foi elaborado um quadro (apêndice L). As abordagens descritas nos trabalhos foram: Psicologia Sócio-Histórica, Construcionismo Social, Teoria de Michel Foucault, Psicanálise, Perspectiva Construtivista, Teoria das Representações Sociais, Teoria do Ciclo Vital

⁶ O texto 8 foi publicado em 2014, porém o programa de pós-graduação em Psicologia Social, da FUFSE, sofreu alteração na nomenclatura em 2021 para Psicologia.

⁷ O texto 3 foi publicado em 2013, porém programa de pós-graduação em Psicologia, da UTP, sofreu alteração na nomenclatura em 2022 para Psicologia Forense.

e Teoria Empiricamente Fundamentada ou Teoria Fundamentada nos Dados. Os demais trabalhos foram classificados segundo os constructos utilizados, o enfoque teórico e o caráter da pesquisa.

Com relação aos sujeitos das pesquisas (apêndice M), a maioria dos estudos foram realizados com adolescentes grávidas. Os textos 5, 9, 13, 18 e 19 são mistos, além das adolescentes gestantes apresentam combinações com mães adolescentes, adolescentes não gestantes, familiares e rede de convívio e apoio. Os textos 8, 14 e 15 possuem como sujeitos de pesquisa adolescentes que são ou foram mães na adolescência, o texto 6 mães de adolescentes gestantes e o texto 2 profissionais da saúde.

A respeito dos locais (apêndice M) onde foram realizadas as pesquisas, a maior parte dos estudos foram realizados em instituições públicas de saúde. Os textos 5, 8, 9, 14 e 19 foram realizados nos domicílios dos sujeitos de pesquisa, sendo que os textos 5 e 14 contaram com o auxílio e referência de instituições públicas de saúde. O texto 18 tem como local escolas públicas e Unidades Básicas de Saúde. Os textos 9, 11 e 15 foram realizados em programas/projetos sociais, Organizações não-governamentais (ONGs) e um Núcleo Espírita.

Sobre os métodos de coleta de dados (apêndice N), a maioria dos estudos utilizou como instrumentos entrevistas e questionários. Além desses, foram encontrados: Percepção de Suporte Familiar, Jogo de sentenças incompletas, Atividades grupais, Procedimentos de Desenho de Famílias com Estórias, Método da Conversação, Teste Desenho da Figura Humana, Teste do Desenho da Pessoa na Chuva, Genograma, Escala de Resiliência, Escala de Apego Materno-Fetal, Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e Inventário de Estilos Parentais.

Os dados referentes aos objetivos (apêndice M) não foram aqui detalhados devido a sua diversificação, porém, de maneira geral os estudos abordam a gravidez na adolescência. O mesmo critério para os dados referentes aos métodos de análise dos dados (apêndice N), eles são diversificados, variando entre as abordagens qualitativas e quantitativas. O detalhamento desses dados não foi realizado aqui, no entanto, estão disponíveis para consulta nos apêndices.

Os dados apresentados, referentes aos textos, também compuseram, como referência, o processo de inferência no momento da análise. A inferência

corresponde ao tratamento dos dados, que é a terceira etapa da aplicação do método Análise de Conteúdo (AC). Esse método de organização de dados foi escolhido neste trabalho para auxiliar na exploração dos materiais a serem analisados.

5.2 Exploração do material: segunda fase da Análise de Conteúdo

A leitura do material e a elaboração da planilha, realizadas na primeira etapa, tinham como propósito auxiliar nesta **exploração do material**, que é a segunda etapa da aplicação da Análise de Conteúdo categorial ou temática. Para auxiliar na execução dessa etapa, foi utilizado o *software* de acesso livre IRAMUTEQ (disponível em: <http://www.iramuteq.org/>).

De acordo com o Manual do Aplicativo Iramuteq (SALVIATI, 2017), para a submissão do trabalho, é necessária a organização dos materiais em *Corpus*, sendo este formado por um conjunto de textos que, nesta pesquisa, correspondem ao conteúdo presente na tese e nas dissertações selecionadas.

Para melhor visualização dos gráficos a serem analisados, foram selecionados como formas ativas apenas adjetivos (*adjectif - adj.*) e substantivos (*nom comum - nom*), tanto na análise estatística quanto na análise de similitude.

Na Análise Estatística, a descrição do corpus pelo software foi a seguinte: 19 textos, 539601 ocorrências (número total de palavras contidas no corpus), 122557 formas (que se repetem), 4400 *hapax* (apareceram apenas uma vez), e média de ocorrências por texto 28400,05.

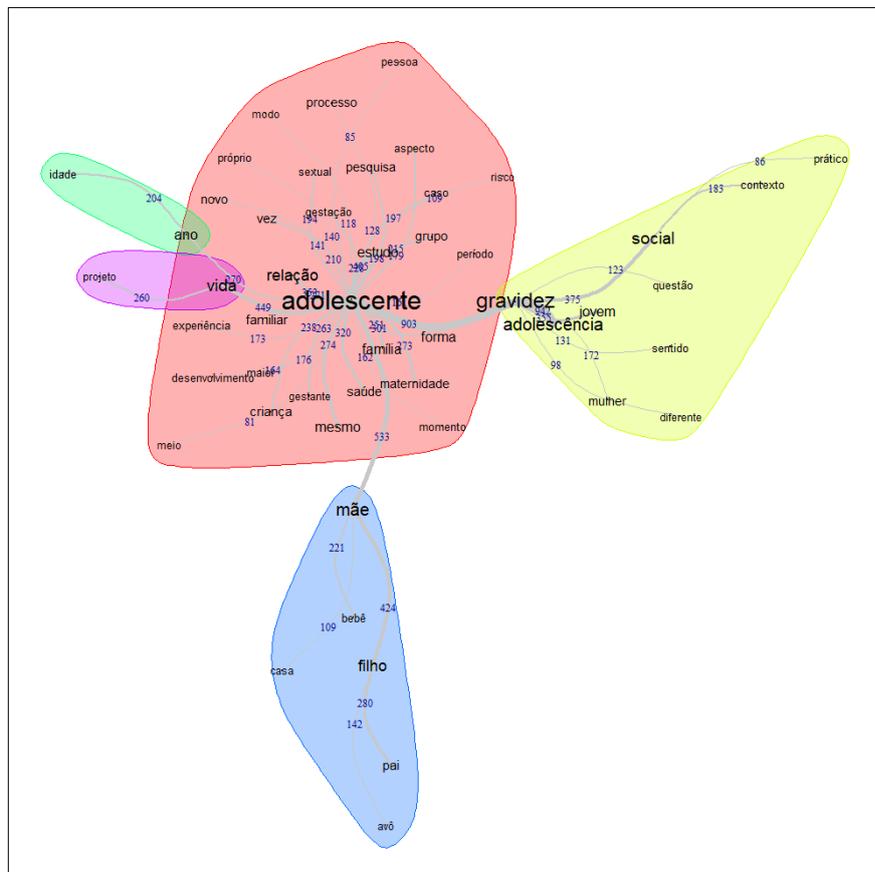
Com relação à frequência das formas ativas, incluindo formas associadas, as que possuem número de ocorrências superior a 1.400 são: Adolescente/s (adjetivo - 4.031); Gravidez/es (substantivo - 2.832); Mãe/s e mãezinha (substantivo - 2.118); Social/is (adjetivo - 1.915); Adolescência/s (substantivo - 1.891); Vida/s (substantivo - 1744); Filho/s, filha/s e filhinho/s (substantivo - 1731); Relação/ões (1629); Ano/s (substantivo - 1550); e Jovem/ns (adjetivo - 1433).

A forma de organização selecionada no software foi a Análise de Similitude, que tem como base a teoria dos grafos e, nos estudos das representações sociais, “possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz

indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação” (CAMARGO; JUSTOS, 2013, p. 6).

Para a rodagem foram selecionados apenas adjetivos (*adj*) e substantivos (*nom*) como formas ativas e foram selecionadas as 50 palavras com maior frequência. O resultado pode ser observado na árvore de coocorrências (figura 3), referente ao grafo gerado pelo Iramuteq na análise de similitude.

FIGURA 3: Árvore de similitude, com “escore na borda”, “comunidades” e “halo”



Fonte: Iramuteq

Na figura 3, observa-se que o núcleo consiste na forma ativa Adolescente/s e que o tronco principal liga as formas Adolescente/s e Gravidez/es. Foram destacadas cinco comunidades, representadas pelas formas Adolescente/s, Gravidez/es, Mãe/s, Vida/s e Ano/s. As quatro últimas comunidades e suas ramificações estão dispostas na parte oposta, parte inferior da árvore.

Na figura, evidenciou-se que estudar sobre gravidez na adolescência, antes de buscar sobre aspectos como gravidez, maternidade/ paternidade, projeto de vida e idade/ ano, é necessário partir das concepções e representações que a sociedade

de modo geral, incluindo a ciência, produzem a respeito do adolescer, e então compreender as concepções e representações sobre a gravidez na adolescência, que nelas se ancoram.

A partir das comunidades (figura 3 e apêndice O), incluindo suas ramificações, foram organizados: núcleo temático (a partir do núcleo central que organiza as comunidades), categorias, unidades de registro (tendo como referência as formas ativas presentes nas ramificações) e unidades de contexto (segmentos de texto disponibilizados por forma ativa).

Como foi mencionado anteriormente, a função do software é auxiliar no processo de análise, mais especificamente na organização dos dados coletados, para posterior o tratamento destes, o que corresponde à terceira etapa da Análise de Conteúdo.

5.3 Tratamento dos resultados: terceira fase da Análise de Conteúdo

Para a terceira fase da análise de conteúdo, foi considerada a imagem gerada pelo Iramuteq. Tomando como base o número elevado de segmentos de textos, optou-se por organizar os dados, para a análise, sobre os segmentos referentes à forma ativa Adolescente/s, apresentada como principal núcleo na Análise de Similitude.

Uma observação é que, para a análise, a escolha pelos segmentos de textos referentes à forma ativa Adolescente/s, não impediu a busca ativa e manual nos textos, nem a busca em segmentos complementares com outras formas apresentadas na Análise de Similitude, como Adolescência e Gravidez.

A partir dos segmentos relativos à forma Adolescente/s, foi elaborado o Núcleo Temático “Leituras sobre adolescer”, e deste foram organizadas seis categorias: Adolescência, Gravidez e Adolescência, Projetos de vida, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Temas transversais e Redes de Apoio.

Considerando o objetivo desta pesquisa, o núcleo e as categorias visam compreender as concepções e representações sobre a gravidez na adolescência, mas partindo de conceitos e representações sobre o adolescer, semelhante à organização feita pela Análise de Similitude (FIGURA 1).

Na sequência será apresentado o núcleo temático constituído pelos elementos encontrados nos textos selecionados para o estudo e suas respectivas categorias.

5.3.1 Núcleo temático: Leituras sobre adolescer

A constituição do núcleo Leituras sobre adolescer (apêndice P), tem como objetivo apresentar e discutir os diferentes conceitos produzidos sobre adolescência e como estes podem influenciar na concepção de gravidez na adolescência, e conseqüentemente, produzir ancoragens e objetivações que vão consolidar as representações sociais que mediam a comunicação e modos de ser nas redes de apoio, os comportamentos frente à sexualidade e contracepção, bem como a configuração de perspectivas futuras das pessoas jovens.

As categorias foram organizadas com base nas unidades de contextos referentes às escritas do/as pesquisador/as responsáveis pelos estudos aqui analisados. Ao final das categorias, com exceção da primeira, foram apresentadas unidades de contextos referentes às pessoas que foram entrevistadas nos mesmos textos, com o objetivo de estabelecer comparação entre conhecimentos produzidos de forma científica e não científica a respeito da gravidez na adolescência.

5.3.1.1 Categoria: Adolescência

A categoria “Adolescência” (apêndice Q) articula duas concepções, uma a define como fenômeno natural e universal, obrigatória a todas as pessoas e com características bem definidas, e a outra a define como um fenômeno histórico e socialmente definido, não obrigatório e atravessado por fatores socioeconômicos, subjetivos, espaciais, raciais e outros.

A primeira concepção, adolescência como **Fenômeno Natural**, é uma herança da definição apresentada por Stanley Hall em 1904. Como descreveu Grosmann (2010), para Hall, a adolescência é compreendida como um período de turbulência, que culminaria na vida adulta e demandaria proteção, por ser trabalhosa e perigosa.

Essa herança, torna a etapa ou fase da adolescência obrigatória e compreendida como universal, processo que reflete nas representações sociais elaboradas pelos demais setores da sociedade. No texto 12, a partir da teoria de Winnicott, foi apresentada uma compreensão da adolescência objetivada na imaturidade, cuja cura viria com a conquista da maturidade e a chegada à vida adulta, como pode ver visto na unidade abaixo.

[...] a cura para a adolescência é o amadurecimento, em que só a passagem do tempo e o crescimento irão dar conta dessa imaturidade, resultando no surgimento da pessoa adulta, mas esse processo não pode ser acelerado, [...] (TEXTO 12, p. 35).

A leitura do fenômeno da adolescência como natural e universal, com características generalizáveis a todas as pessoas consideradas adolescentes e materializado na imaturidade, independente das variáveis espaço e tempo, das condições socioeconômicas e subjetivas, perpetuando rótulos, poderão fazer parte das representações sociais elaboradas sobre o fenômeno.

Nos textos foram encontradas unidades de contexto que apresentam quais seriam as características próprias da adolescência, algumas dessas características podem ser observadas nas unidades abaixo.

O adolescente, um sujeito angustiado diante do embaraço de ter que inventar uma saída, pressionado na travessia do túnel, entre dois registros: [...] de um lado, o mundo, o lugar onde o real se comprime e, do outro lado, a cena do Outro, onde o homem como sujeito tem de se constituir, tem de assumir um lugar como portador da fala, mas só pode portá-la numa estrutura que, por mais verídica que se afirme, é uma estrutura de ficção. (LACAN, 1963, p. 130) (TEXTO 11, p. 38).

[...]. Porém isso também mostra a instabilidade da identidade adolescente, que ainda está reelaborando as etapas da evolução libidinal já passadas (Knobel, 1981). Todo esse processo é esperado que ocorra para que o adolescente alcance uma personalidade mais ou menos definida e assim chegar ao processo de individuação, que Knobel (1981), assim como Blos (1994, 1996), considera uma das funções essenciais da adolescência (TEXTO 13, p. 8-9).

Os adolescentes podem emitir comportamentos que são considerados de risco para a saúde em função de características da própria fase do desenvolvimento (maior instabilidade emocional, pensamento egocêntrico - dificuldades de relacionar causa e consequência dos comportamentos, dificuldades de projetar-se no futuro e crenças sobre a invulnerabilidade pessoal, principalmente)2,3,7 (TEXTO 18, p. 82).

O cuidado deve estar na atribuição de características próprias de uma fase ou regras. Como alertaram, Menandro, Trindade e Almeida (2003), é nesses conceitos

que as representações sociais sobre a adolescência se ancoram. Por isso, compreende-se que o fazer da Psicologia reflete na realidade da sociedade e é necessário acompanhar o seu movimento, suas superações.

No caminho das superações, percebeu-se nos textos alguns alertas, como o apresentado no texto 9, acerca a idealização da vida adulta, ao afirmar que como “[...], observa César (1998), as preocupações em relação ao desenvolvimento na adolescência tendem a não ter como foco o ‘adolescente’ em si, mas a constituição ideal do indivíduo adulto” (p. 99).

Essa centralização da pessoa adulta como ideal, faz sentido quando se recupera a história da adolescência, construída a partir da necessidade de maior preparo para o ingresso no mercado de trabalho, para a etapa economicamente produtiva e responsável.

Em algumas leituras, essa preparação aparece como moratória, que, de acordo com a definição apresentada no texto 8 (p. 53), “a moratória seria um período no qual o adolescente se prepara para exercer os papéis e responsabilidades do adulto. Momento em que ele deve e pode vivenciar diversos papéis em busca da própria personalidade (ERIKSON, 1987 apud GROPPPO, 2010)”.

Existem, no entanto, casos em que a adolescência, representada como imatura e irresponsável, não encontra espaços nem condições para vivenciar o ideal. Condições como as apresentadas no texto 15 (p.12):

O [a] adolescente precisa de tempo para descobrir o mundo e como ele funciona, tempo para estudar, namorar, viajar, passear, conhecer pessoas e tempo para se arriscar, viver seus sonhos, seus medos, suas ansiedades, suas realizações e seus conflitos.

Assim, surge um espaço para o alerta sobre a concepção da adolescência como um fenômeno natural e universal, com foi apresentado no texto 5 (p. 19) “quando se aceita a construção de uma ‘identidade adolescente’ se ditam jeitos legítimos de ser e de estar no mundo, uma natureza intrínseca a essa ‘fase do desenvolvimento humano’”.

Conforme a ideia apresentada na categoria em análise, se evidencia uma segunda subcategoria que demarca a adolescência como **Fenômeno Social**, que diz respeito a uma percepção em que o fenômeno da adolescência não é uma etapa existente em todas as culturas e tempos, como fenômeno obrigatório e universal.

Esse é um espaço para apresentar outra concepção encontrada nos textos e que corresponde a uma leitura da/s adolescência/s como fenômeno social, cujo conceito foi construído histórica e socialmente.

Conforme o exposto no texto 3, a adolescência deveria ser compreendida como “[...] uma representação social e psicológica de um conceito apreendido a partir de uma contextualização social e histórica” (TEXTO 3, p. 14), para além de uma normatização do que é e de como deve ser vivida.

Ainda numa perspectiva crítica, a respeito desta normatização, aqui se refere ao que foi apresentado no texto 9, “por ser considerada uma etapa ‘natural’ do desenvolvimento, muitos jovens são considerados e cobrados como adolescentes, sem ter tido todas as condições idealmente estabelecidas para a instituição da adolescência, [...]” (p. 266).

Como foi mencionado anteriormente, as produções científicas atravessam todos os demais setores da sociedade, incluindo a forma como o fenômeno da adolescência é vivenciado, atendendo ou não ao esperado. Esse alerta à ciência, apareceu nos trabalhos.

Primeiramente não se pode perder de vista o vínculo entre o desenvolvimento do homem e a sociedade. Além disso, existe uma necessidade de se despatologizar o entendimento sobre o desenvolvimento humano, especialmente a adolescência, reconstruindo seu entendimento e sua forma de se expressar em sociedade. [...], considerando a importância que as teorias do desenvolvimento têm para a compreensão e concepções atuais da adolescência, percebe-se que há inúmeras análises e estudos realizados sobre o tema, bem como diversas formas de entendê-las. Desta forma, não se trata de uma análise crítica sobre as mais diversas linhas de pensamentos e sim uma exposição a respeito da construção científica da adolescência (TEXTO 4, p. 20).

Apareceu nos textos também uma proposta de uso dos termos jovem/ns e juventude, numa tentativa de superar as concepções universalistas e biologizantes que permeiam a compreensão do que é ser adolescente.

[...], na tentativa de fugir aos universalismos presentes na compreensão do termo “adolescência”, [...]. O conceito de juventude também é entendido como uma construção social, mas hoje no imaginário coletivo ainda não está preso a expectativas de fases de desenvolvimento que auxiliam a manutenção de naturalizações normatizadoras, frequentemente presentes na noção de adolescência” (TEXTO 19, p. 16).

Para complementar a chamada de atenção à ciência, também apareceram críticas ao papel da mídia, que através de modelos, dita o que é ser adolescente, por

exemplo, ainda no texto 19, considerando que “[...] a adolescência não é vivida de maneira uniforme e atentou para o fato de que a chamada ‘subjetividade adolescente’ é perpassada fortemente pelas questões veiculadas socialmente, a exemplo daquelas transmitidas pela mídia” (p. 17).

Assim, fica aqui o contraste de conceitos sobre a adolescência, seja como um fenômeno natural ou social, o que se produz na ciência vai refletir nas sociedades, em suas diferentes representações e formas de vivenciar a realidade, como será discutido adiante. Então, como foi apresentado no texto 7, fica aqui uma reflexão sobre a reponsabilidade do/a pesquisador/a.

Assumir o compromisso de problematizar essa concepção de desenvolvimento, admitindo que a produção de qualquer conhecimento não deva estar desvinculada de sua dimensão histórica e mutável, significa abrir mão de tendências que naturalizam os aspectos do desenvolvimento humano. Isto significa olhar as mudanças para além dos enquadres que aprisionam os sujeitos dentro de um conjunto de expectativas definidas a priori, o que dificulta reavaliar o desenvolvimento humano no âmbito do complexo entrecruzamento da natureza com a cultura (TEXTO 7, p. 16).

Uma observação a ser feita, é que não houve uma divisão evidente entre os estudos que possuem uma leitura de adolescência apenas como fenômeno natural ou apenas como fenômeno social, apenas foi possível perceber uma o predomínio de uma ou outra leitura. Um exemplo seria o texto 16, onde é possível perceber uma tentativa de superação da adolescência como obrigatória, mas retoma uma leitura que busca estabelecer regras ao adolecer.

Vale destacar o caráter inter-relacional, pois todas essas mudanças e novas vivências experimentadas pelos adolescentes recebem influência das suas características próprias, da sociedade, da cultura, da classe social e da região demográfica em que vivem (Senna & Dessen, 2015) (TEXTO 16, p. 18).

[...], e diante dessas possibilidades fruto da circunscrição da adolescência num momento específico repleto de transformações, turbulências, tensões e conflitos, ela é considerada num período crítico ao desenvolvimento (Matheus, 2008) (TEXTO 16, p. 20).

As duas leituras têm grande relevância para a compreensão das próximas discussões, permeando as concepções e representações sobre a gravidez na adolescência como um problema social e de saúde coletiva ou com múltiplos contextos.

5.3.1.2 Categoria: Gravidez e adolescência

A categoria Gravidez e adolescência (apêndice R) segue a lógica apresentada na anterior. Durante a leitura dos textos e, posteriormente, com o grafo da Análise de similitude, percebeu-se que as concepções e representações que permeiam a adolescência estão ancoradas nos conceitos e representações acerca do que é ser adolescente.

A partir da leitura sobre os segmentos texto, aqui lidos como unidades de contexto, optou-se por apresentar nesta categoria a gravidez na adolescência sob duas subcategorias: a primeira seria como um problema, a partir da leitura da adolescência como um fenômeno natural e universal; e a segunda seria múltiplos contextos, sob uma leitura ancorada na compreensão da adolescência como um fenômeno social.

A respeito da subcategoria gravidez na adolescência como **Problema**, como foi mencionado no capítulo 3 deste trabalho, existem estudos que compreendem a gravidez na adolescência como um problema social ou para a saúde coletiva, por se ancorarem numa compreensão da adolescência como um fenômeno natural e universal do desenvolvimento humano.

As representações estão ancoradas na figura do “ser adolescente” e, dessa maneira, objetivada nos seguintes elementos: imaturidade, irresponsabilidade, falta de experiência e inconsequência. A gravidez é vista como complicada, como um ato de irresponsabilidade (TEXTO 2, p. 93).

A presente pesquisa faz referência à temática da gravidez na adolescência e do respectivo desenvolvimento da maternidade, entendendo que o fenômeno se desenvolve em um período de transição da etapa evolutiva da gestante, implicando na ruptura de hábitos e interesses egocêntricos, característicos do período adolescente (TEXTO 10, p. 40).

Porém, esse conceito não se limita ao saber científico, pois esse saber é disseminado nos demais setores da sociedade, seja pelos meios de comunicações ou pela práxis daqueles/as que baseiam o seu fazer nos saberes produzidos pela ciência e colaboram na sua produção.

À gravidez na adolescência é ainda considerada danosa à adolescente, ao filho, à família, ao companheiro e à sociedade. Observa ainda a autora que é comum, nestas publicações, que a gravidez na adolescência figure associada às ideias de “risco” e “epidemia” para enfatizar a necessidade de intervenções “preventivas” (TEXTO 9, p. 113).

A propagação desse conhecimento, exerce influência sobre a elaboração de representações sociais, interferindo na forma como diferentes grupos interpretam a própria realidade, gerando assim dados que fortalecem concepções que consideram a gravidez na adolescência como um problema, baseando-se apenas na concepção de adolescência naturalizada.

É necessário que haja um compromisso com a contextualização de cada caso, respeitando as diferentes vivências e motivações para a gravidez na adolescência.

A utilização de aspectos simbólicos culturais contribui para a construção da “gravidez na adolescência” como um problema social, uma vez que, a idéia de que mulheres jovens não estão preparadas para a maternidade está presente na literatura disponível sobre a temática e se sustenta em modelos ideais de estrutura familiar e trajetórias de vida das mulheres (Roland, 1994) (TEXTO 5, p. 70).

O reconhecimento da família como sinônimo de apoio, a “gravidez na adolescência” como evento inoportuno e sua ocorrência aliada a determinadas causas são sentidos socialmente construídos, e sua reprodução varia de acordo com os contextos nos quais as pessoas estão inseridas (TEXTO 5, p. 75).

Pensando na contextualização da gravidez na adolescência, com base nas dos segmentos de texto, elaborou-se a subcategoria: gravidez na adolescência e seus **Múltiplos contextos**.

Diante dessa multiplicidade de contextos e das leituras prévias que o/a pesquisador/a pode ter antes mesmo de ir a campo, que são inclusive reforçadas pela literatura científica, no texto 8 a autora se dispõe a fazer uma análise a respeito do choque sofrido quando entrou em contato com outras realidades, afirmando que:

Após a realização das entrevistas percebi que o encontrado foram mães adolescentes com um discurso articulado a respeito da gravidez juntamente com seus parceiros. Na busca da confirmação da minha hipótese, me deparei com respostas dadas pelas adolescentes que divergiam daquilo que esperava, respostas essas que tornavam a minha hipótese, da gravidez na adolescente como algo indesejado, insustentável (TEXTO 8, p. 29).

Como foi comentado, não são apenas as representações sociais dos/as pesquisadores/as que atravessam o olhar sobre as realidades estudadas, mas as verdades ditas pela literatura científica.

A literatura sobre essa temática é ampla, sendo que a maior parte dos estudos é descritiva, com delineamento transversal e quantitativo, e

comparam adolescentes com mulheres adultas, revelando uma vivência predominantemente negativa da gravidez e maternidade, nesta etapa da vida (Levandowski et al., 2008) (TEXTO 14, p. 18-19).

Uma das formas de propagação dessa visão é por meio dos meios de comunicação, por isso, essa visão sobre a gravidez na adolescência também reflete sobre o que é divulgado pela mídia.

Ocorre que ao mergulharmos no universo de sentidos atribuídos a gravidez pelas adolescentes que participaram da pesquisa encontramos algumas narrativas que diferem desta visão amplamente difundida tanto na literatura quanto nos meios de comunicação. Na contramão desta visão hegemônica, os discursos das adolescentes entrevistadas apontam para a possibilidade da gravidez como uma opção das jovens pela maternidade (TEXTO 7, p. 47).

A gravidez na adolescência não é sinônimo de problema, considerando, por exemplo, unidades que a apresentam não como um agente desestruturador de vida, mas que auxilia na sua organização. Para exemplificar, como foi apresentado no texto 16 (p. 22) “um estudo feito com 66 adolescentes em Kinshasa (Ndjukendi et al., 2017) verificou que a gravidez na adolescência pode configurar-se enquanto forma de enfrentamento a essas situações adversas. [...]”.

Existem, portanto, contradições quando se estuda a gravidez na adolescência, levando a considerar que generalizações podem não auxiliar e até gerar preconceitos que prejudiquem a inserção social.

A pesquisa de Neto et al (2007) destaca que a maior parte das adolescentes participantes do estudo relataram querer ter o filho, podendo afirmar que essa gravidez é “precoce” e não “indesejada”, e que ela pode estar relacionada a uma auto realização dessa adolescente, ou pode ser a solução conflitos e resolução de um futuro incerto (TEXTO 12, p. 36).

Acerca das tantas visões e entendimentos sobre a gravidez na adolescência, a revisão sistemática da literatura realizada por Pariz, Mengarda e Frizzo (2012) evidenciou que duas visões se destacaram por serem opostas: a dos adolescentes, que indicaram que nem sempre a gravidez na adolescência é um problema ou é indesejada e a de muitos pesquisadores, sanitaristas e políticos que tendem a entender o fato como problema de saúde pública e que se movimentam na direção da criação de programas e projetos que visam a prevenção da gravidez adolescente (TEXTO 13, p. 19).

Outro ponto abordado, foi a necessidade de olhar para além dos fatores biológicos envolvidos nas realidades das pessoas que vivenciam a gravidez na adolescência, para que o estudo sobre esse evento possa abranger diferentes vivências e assim gerar conhecimentos que colaborem com a ação profissional e

com a leituras dessas pessoas sobre a própria realidade, de forma mais ampla, complexa e contextualizada.

A conscientização de que a gravidez não é apenas um ato biológico-reprodutivo, mas um fenômeno social, torna necessária a compreensão da vida cotidiana das mães adolescentes (TEXTO 1, p. 40).

Deste modo, a adolescência depende da realidade concreta, em termos de lugar, tempo e condições sócio econômicas de cada jovem. Subordina-se a adolescência, portanto, às peculiares vicissitudes e possibilidades dos seus sujeitos concretos; sob essa perspectiva, e de acordo com as pesquisas apresentadas neste trabalho, pode-se concluir que a gravidez na adolescência é sobredeterminada por diversos fatores de ordem social, educacional e psicológica; assume-se que as adolescentes engravidam por razões que lhes são próprias. Tais razões, porém, precisam ser conhecidas e compreendidas em toda sua complexidade e não rotuladas como uma mera questão de opção (TEXTO 3, p. 14).

Já que a criança e o adolescente entram nessa série de objetos e estão mergulhados nesse novo discurso, é necessário verificar e questionar qual o lugar deles na atualidade e, principalmente, o lugar da gravidez na adolescência, tema de interesse deste trabalho. Lacadée e Miller apontam que, no séc. XXI, é necessário um novo modo de ver a adolescência, desfazendo-se dos referenciais anteriores e reconhecendo a parceria do discurso moderno com o discurso capitalista (TEXTO 11, p. 61).

Existe, portanto, a crítica a uma concepção de gravidez na adolescência como problema, ancorada numa leitura da adolescência como natural e universal, objetivada em comportamento de rebeldia, irresponsabilidade e imaturidade, com enfoque numa compreensão biologicista.

A gravidez na adolescência é exibida como um problema no andamento do adolescente e prende-se a um olhar de sobressalto e moralista. Porém, como já foi discutido anteriormente, ter filhos antes dos dezoito anos não designava uma questão de esfera e preocupação pública como ocorre na atualidade. Mas, o novo panorama sociocultural existente, que perpassa o trajeto para a vida adulta, torna-se “impróprio” para a maternidade da adolescente, pois ele é nutrido pelas diversas tecnologias de informação inovadoras, pela dispersão dos vínculos sociais, pela busca ao consumo, entre outros valores capitalistas (BRANDAO e HEILBORN, 2006; HEILBORN et al., 2006) (TEXTO 2, p. 29).

A respeito do nosso tema de trabalho, gravidez entre jovens, Menezes et al. (2012), acrescenta que a noção de adolescência esconde uma perspectiva protetiva e desenvolvimental que visa garantir direitos, mas por outro lado colabora com a visão negativada da gravidez, interpretada sob a ótica da precocidade, sobressaindo as idéias de irresponsabilidade comumente associada ao adolescente (TEXTO 19, p. 17).

O caminho até aqui percorrido, não visa apresentar a gravidez na adolescência apenas como deseja ou planejada, mas chamar a atenção para os múltiplos contextos que a mesma pode ocorrer.

Compreende-se aqui que também podem ocorrer gravidezes sucessivas sem planejamento e em contextos com ausências e violações de direitos, assim como as mudanças próprias da gravidez e maternidade, idealizadas na sociedade atual que atribui o cuidado à mulher.

As gestações sucessivas na adolescência parecem decorrer de inúmeros fatores que podem fazer parte do contexto de vida de uma adolescente, dentre os quais os relatados são: baixas condições socioeconômicas, início precoce da atividade sexual, baixa adesão aos métodos contraceptivos, viver em união estável ou casada e abandono dos estudos (Ferreira, Braga, Mata, Lemos & Maia, 2012) (TEXTO 4, p. 14).

A ocorrência da gravidez na adolescência pode ser determinada por diversos fatores sociais, históricos, educacionais e dinâmicas familiares, que se expressam de formas diferentes em cada meio familiar e social (Santos & Nogueira, 2009) (TEXTO 6, p. 41-42).

Nesta categoria também apareceram superações nos textos, alguns caminham mais para um lado que outros, porém todos buscam fazer pequenas superações nas leituras tradicionais da psicologia sobre o desenvolvimento humano.

Um exemplo seria as unidades abaixo, na primeira é apresentada uma leitura de sobre a maternidade e paternidade na adolescência (ainda na gestação, “futuros pais”) tendo como base uma adolescência como pré-determinada e, na segunda, destaca as diferentes vivências.

Os autores referiram que os futuros pais adolescentes pareciam tampouco conseguir pensar sobre o assunto, levantando também a hipótese de uma limitação cognitiva de vislumbrar o futuro, normal à fase de desenvolvimento (TEXTO 13, p. 35).

Dessa forma, pode-se entender que cada vivência e experiência de estar grávida na adolescência é muito particular para cada adolescente, condizendo com sua história familiar e com aspectos individuais do desenvolvimento (TEXTO 13, p. 41).

Entretanto, nas falas de pessoas que foram entrevistadas, também é possível estabelecer a relação adolescência como irresponsável e imatura. Abaixo estão exemplos de falas de adolescentes gestantes.

Tereza (17 anos): Mudou meu modo de pensar, eu amadureci bastante, ainda tenho que aprender, mas eu não sou aquela pessoa que eu era antes, eu era muito infantil, não ligava para nada e agora estou começando a ter responsabilidade, coisa que eu não tinha (TEXTO 7, p. 63).

"Ser mãe adolescente? Aí, ser mãe adolescente é diferente. Porque eu poderia sair né na hora que eu bem quisesse e agora não, agora é bem

diferente, tem que ter responsabilidade, não posso ficar saindo, sair eu posso né, mas não como eu saía" (participante 30, 16 anos, casada) (TEXTO 1, p. 69).

O mesmo vale para outras pessoas que fazem parte da que seria a rede de apoio dessas adolescentes grávidas. Abaixo estão exemplo de falas de mães de adolescentes gestantes e de profissionais que atendem a esse público.

[mãe de adolescente grávida] [...], fiquei feliz, por que pode ser que ela se tornando mãe ela cresça (Amarilis, 29 anos) [...]; agora tá na hora de ter juízo, vem uma criança, é uma responsabilidade (Angélica, 35 anos) (TEXTO 6, p. 52).

[fala de uma adolescente grávida sobre a reação da mãe] [...] "(...) ela até me surpreendeu até demais, pela responsabilidade que ela teve logo cedo de marido, de casa e filho, né" (TEXTO 5, p. 69).

[profissionais de saúde] "Eu acho falta de maturidade mesmo."; "É irresponsabilidade, imaturidade". "(...) Elas ainda não estão maduras, são irresponsáveis e acabam engravidando por descuido"; "(...) os adolescentes não medem as consequências das coisas e agem por impulso, namoram, mas não têm responsabilidade (...)" (TEXTO 2, p. 95).

No texto 19, em uma entrevista com a representante do Programa Mãe Coruja⁸, a pesquisadora obteve o seguinte diálogo: "Entrevistadora: E tu acha que é um problema? A gravidez na adolescência é um problema? Representante do 'Mãe Coruja': Eu acho, acho que a adolescência ela tem que ser vivida como adolescente e não como mãe" (TEXTO 19, p. 94).

De acordo com o apresentado no texto 19, a representante do mãe-coruja faz parte de uma instituição que deveria acolher as demandas dessa população, mas que possui uma leitura a respeito da gravidez na adolescência como indesejada e problemática.

É com essa última análise que esta discussão caminha para a próxima categoria, onde serão abordados os projetos de vidas de adolescentes, do esperado, que seria a formação escolar e profissional, à gravidez na adolescência.

5.3.1.3 Categoria: Projetos de Vida

Na categoria projetos de vida (apêndice S), foram encontradas diferenças entre os projetos destinados aos adolescentes e os casos que fogem à regra. Os

⁸ Mais informações sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana, disponíveis em: <https://maecoruja.pe.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/M%C3%A3e-Coruja-Vol-4.pdf>.

primeiros referentes aos projetos que envolvem qualificação profissional por meio do estudo e o ingresso no mercado de trabalho, e os segundos referentes aos projetos de envolvem a gravidez na adolescência ou onde a gravidez ocorre sem planejamento.

Como foi destacado por Ariès (1986), a adolescência surge inicialmente por uma demanda do novo sistema de produção econômica ocidental, mais especificamente na Europa, demandando maior preparo dos sujeitos para o mercado de trabalho. Assim, em sociedades burguesas capitalistas ocidentais, surge um período de latência entre a infância e a vida adulta, de preparo, quase obrigatório.

Nessa perspectiva, como foi descrito no texto 7, “a adolescência é atualmente concebida como um período de imaturidade, de instabilidade, em que a/o adolescente deve viver novas experiências e investir na sua formação pessoal e profissional” (p. 11). Essa regra passa a ser compactuada nos estudos científicos e a permear as representações elaboradas pelos demais setores da sociedade.

Nesse contexto, a gravidez na adolescência, seja ela planejada ou não, não deveria fazer parte da vida de pessoas “adolescentes”, pois por estar ancorada em conceitos e representações da adolescência como rebelde e imatura, se torna indesejável, inclusive um problema a ser combatido.

Em relação à adolescente, a gravidez e maternidade na adolescência tendem a ser associadas à impossibilidade de completar o desenvolvimento próprio à adolescência, o abandono da vida escolar, menor chance de qualificação profissional, dificuldade para rearticular a vida sexual e limitar a fecundidade, impossibilidade de estabelecer uma família com plena autonomia, autogestão e projeto de futuro, dependência financeira absoluta da família e do pai da criança, maior risco de instabilidade conjugal, abandono familiar da adolescente, vivência de preconceito, despreparo para lidar com o desenvolvimento do filho, maior risco de comprometimento da saúde emocional da mãe e da criança, entre outros (ESTEVES E MENANDRO, 2005) (TEXTO 9, p. 128).

O sentido da perda de etapas da vida está intimamente ligado às representações que os atores sociais possuem acerca da adolescência e, por conseguinte acerca do próprio adolescente, e dessa maneira, essas adolescentes estariam perdendo etapas de suas vidas na medida em que precisam assumir certas posturas e responsabilidades, além de terem que abandonar comportamentos e projetos de vida considerados característicos da adolescência (TEXTO 1, p. 72).

No entanto, foram encontrados também unidades nas quais se destaca a necessidade de estar atento às concepções que se formam acerca da gravidez

ancorada na adolescência como fenômeno natural e universal, que se dá de igual modo a todas as pessoas, independente do contexto.

Apesar de não haver uma significação única, acredita-se que o jovem é quem mais perde quando o desqualificamos, quando o consideramos um problema, sem ponderar sobre quais as condições de vida que o levam a ter a gravidez como projeto (TEXTO 5, p. 97).

Nesse estudo foi observado que as gestantes adolescentes possuem apenas opiniões positivas sobre a maternidade, elas diferentemente das não gestantes, desconsideram as limitações que a gestação pode trazer aos seus projetos de vida futuros (TEXTO 18, p. 100).

Conforme pesquisa desenvolvida por Hoga, Borges e Reberte (2010) [...] as adolescentes estudadas mostraram poucos planos e expectativas para suas vidas, faltando efetivamente um planejamento, sugerindo que a gravidez viesse preencher essa falta de perspectiva no futuro (TEXTO 4, p. 27-28).

Os modos inventados pelos adolescentes para fazer a travessia, muitas vezes, se confundem ou representam um “desamparo do jovem (adolescente) quanto ao seu futuro, [...] apresentando mais uma desilusão que um ideal” (MATTOS, 2005, p. 59) (TEXTO 11, p. 95).

Os projetos idealizados também atravessam os grupos sociais nos quais as/os adolescentes estão inseridos/as. Assim, é possível observar nos textos escritas sobre como os familiares reagem frente à notícia da gravidez na adolescência, quando esta não é aguardada por eles, por entenderem que a gravidez é sinônimo que evasão escolar e de não ingresso ou ingresso precário no mercado de trabalho:

Muitas vezes, as reações negativas das mães das adolescentes podem estar relacionadas ao fato de que mudanças ocorridas neste período não afetam somente as adolescentes, que podem modificar os seus planos de vida pela necessidade de assumir um novo papel, mas também, mobilizam toda a família, pois seus pais geralmente ficam surpresos e assustados com a descoberta da gravidez, questionam-se, e por vezes sentem-se culpados (Alves, Albino & Zampieri, 2011) (TEXTO 6, p. 58).

Por outro lado, a postura da família do pai adolescente corrobora na criação de um homem egoísta, muitas vezes infantilizado, que pode se tornar um eterno adolescente, que não se responsabiliza e nem assume as consequências de seus atos. As atitudes destes pais são de certa forma egoístas, pois a preocupação é com o futuro do seu adolescente. “E agora o que será da vida do meu filho, de seus estudos? Terá que trabalhar? Uma família para sustentar, neste momento? Essa menina tinha que se cuidar. Acho que ela engravidou de propósito, queria segurar meu filho...” (TEXTO 15, p. 21).

Como foi mencionado, a escolarização seria o ideal a ser atingindo como parte do projeto de vida, com vista ao ingresso no mercado de trabalho e a busca por melhores condições socioeconômicas de vida.

Porém, existem os casos em que a gravidez na adolescência pode interferir nesse projeto, a adolescente não encontra condições favoráveis ao retorno dos estudos, e/ou condições em que a gravidez se torna projeto, pois a escola já não se faz um agente transformador ou significativo na vida delas.

Apesar destas diretrizes não abordarem diretamente a questão da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, o foco na prevenção e no combate a vulnerabilidades sociais mostra-se estreitamente relacionado com a temática, como foi apontado no capítulo anterior, quando evidenciou-se que a violência, a falta de perspectivas e de oportunidades para estudar e trabalhar, podem levar os adolescentes a estabelecer a gravidez como projeto de vida (Hoga, 2008; Lima et al., 2004; Reis & Oliveira-Monteiro, 2007) (TEXTO 14, p. 50).

Não ter perspectivas de futuro é colocado como comum entre os adolescentes, não apenas pela falta de reconhecimento e oportunidade. É possível perceber a impressão de que há alguma característica da própria adolescência que justificaria esse descompromisso com os estudos (TEXTO 19, p. 96).

Nos estudos surgiram discussões que abordaram questões de gênero como motivadores para que a gravidez na adolescência se torne parte do projeto de vida. Essas discussões remetem às representações que existem sobre os papéis atribuídos à mulher na sociedade, com trabalhos voltados ao ambiente privado, ao cuidado.

Assim, a gravidez adolescente deveria acontecer sob planejamento em um período específico da vida da mulher, o que remete às configurações sociais que surgiram ao longo do tempo e trouxeram imagens da adolescência e da mulher, as quais estão vinculadas a demandas sociais e concepções que colocam o episódio da gravidez afastado do período da adolescência (TEXTO 2, p. 82).

A gestação e maternidade, nesse contexto, podem fazer parte de um “projeto de vida”, que possibilita a adolescente a inserção no mundo adulto, de maneira valorizada, através do papel de mãe.¹² Dadoorian⁷ considera que nos estratos sócios econômicos desfavorecidos, o papel e status feminino estão associados à maternidade (TEXTO 18, p. 24).

Existem também os movimentos de resistência dessas, considerando que não estão passivas ante às regras e que existem diferentes contextos e realidades. Existem, como foi mencionado no texto 5 (p. 62) “[...], as diferentes possibilidades de como os participantes significam a ‘gravidez na adolescência’”.

Planejada ou não, apareceu nos trabalhos, discussões a respeito da perda de direitos constitucionais, reforçados pelo ECA e pelo SUS, mas que ao serem negados ou não ofertados de forma a transformar a realidade dessas/es adolescentes, o advento da gravidez pode acentuar essas ausências.

Vale ressaltar que em muitos casos a gravidez na adolescência faz parte do projeto de vida dessas mulheres, ou mesmo é o único projeto que as interessa, como também pode haver falta de perspectivas educacionais e profissionais por parte das adolescentes (muitas vezes falta boa educação escolar, saúde, lazer, emprego) (TEXTO 1, p. 77).

Esses achados corroboram com autores, os quais consideram que, para algumas adolescentes que vivenciam contextos de extrema vulnerabilidade social, a gravidez pode constituir-se como um fator protetivo ao desenvolvimento e representar uma renovação das perspectivas futuras (Oliveira – Monteiro, Freitas & Farias, 2014) (TEXTO 16, p. 22-23).

Esses discursos vão permear também a leituras das adolescentes que vivenciam a gravidez na adolescência, com ênfase nos casos em que não há o planejamento, principalmente devido à dificuldade de acesso a bens e serviços que deveriam ser garantidos como direito e à responsabilização materna pelo cuidado.

Aqui estão alguns alertas e sugestões que os textos apresentaram para que as políticas públicas possam auxiliar na garantia de condições em que as/os adolescentes tenham autonomia e os direitos sexuais e reprodutivos assegurados, a partir da garantia de acesso aos direitos constitucionais.

[...]. Desse modo, o Estado deve oferecer possibilidades para que os adolescentes possam iniciar seus projetos pessoais e possam alcançar realizações em diversas esferas da vida profissional, acadêmica, desportiva e artística (Cabral & Brandão, 2020) (TEXTO 17, p. 32).

Contudo, foi apresentada a necessidade de auxílio e a apresentação de ferramentas que contribuam na elaboração de projetos de vida, superando a concepção de adolescência natural e universal.

Dentre esses exílios e ferramentas, foram mencionadas a presença do outro, de programas e espaços que proporcionem informações e suporte aos/as pessoas lidas socialmente como adolescentes, proporcionam condições necessárias para um projeto crítico e condizente com a realidade na qual está inserido/a.

Nessa direção, “sem espaços de reflexão e introdução de novos elementos na criação de seus projetos de vida, para as adolescentes, que se encontram na condição de supranumerários, a maternidade se converte em

um precário projeto construído [...]” (KULDLOWIEZ; KAFROUNI, 2014, p. 236) (TEXTO 10, p. 21-22).

A respeito da elaboração do projeto de vida, Liebesny e Ozella (2002), alertam sobre a necessidade de se construir espaços que proporcionem instrumentos que permitam a elaboração desse projeto de forma ativa, e questionam “[...], que condições estão sendo dadas para que o jovem construa qualquer projeto de vida diferente daquele no qual vive e sobrevive?” (p. 63).

A elaboração de projetos de vida deve ou deveria ser uma responsabilidade conjunta, que envolve indivíduo, sociedade (incluindo ciência e mídia) e Estado. Tendo como base a dinâmica que inclui a natureza do objeto e seus contextos.

Além disso, há que se oferecer mais aos jovens para que os mesmos disponibilizem de múltiplas possibilidades de escolha, ficando, dessa forma, a gravidez, como uma das opções, e não a opção possível de realização de um projeto de vida (TEXTO 7, p. 84).

Tal como aponta Dadoorian (2003), não se trata de falta de informação sexual, mas de formação, a fim de direcionar aos adolescentes políticas públicas que possibilitem o conhecimento a respeito da “complexidade do universo psicossocial” das adolescentes, ao particularizar a significação da gravidez a partir de seus diversos estratos sociais, bem como as implicações da gravidez na vida da adolescente e sua família. Logo, a falta de efetividade de diversos projetos de educação sexual está relacionada à desvalorização do discurso da adolescente sobre a sua própria gravidez (TEXTO 17, p. 34).

Nesta categoria, ainda considerando a contribuição do conhecimento científico na elaboração das representações sociais, recupera-se as discussões sobre conceitos e representações de adolescência.

“Falta de experiência, né? Não é por falta de experiência que a minha mãe sempre falou. Mas acho que ser adolescente, assim, fazer as coisas sem pensar, não pensar no que vai acontecer amanhã, né? Que os adolescentes fazem hoje e só começam a pensar amanhã. Pensam tudo depois” (Leila, 18 anos) (TEXTO 14, p. 104).

Três adolescentes disseram que não tinham planos para o futuro. “Antes da gravidez eu num tava nem aí pra vida...” (A.C.S.S., 14); “Ah! Eu nunca planejei... Nada assim... Ah! naturalmente...” (D.C., 17) “Nada... Não tinha planos...” (J.B.A., 14) (TEXTO 3, p. 27).

No texto 3, por exemplo, há uma unidade que diz “Desse modo, para que a adolescente construa o seu projeto de vida de forma crítica e realista é necessário que ela desnaturalize a forma como o senso comum interpreta a realidade” (p.39).

Nessa unidade de contexto, percebe-se a responsabilização do senso comum pela compreensão da gravidez na adolescência como problema. Mas, como se pode ver nas unidades abaixo, o conhecimento produzido pela ciência gera alterações na forma como os sujeitos representam o mundo, como lidam com a própria realidade.

Seria quase como perguntar quem veio primeiro “o ovo ou a galinha”, considerando a compreensão que foi apresentada anteriormente, a ciência estuda a sociedade na qual está inserida e o conhecimento que produz é divulgado aos demais setores da sociedade, seja pelo fazer profissional ou pela mídia.

“Não, isso a gente via na televisão (que existia remédio e camisinha). Televisão hoje em dia, a gente, adolescente, engravida porque quer, que a televisão aparece tudo” (Tatiana, 18 anos) (TEXTO 14, p. 84)

[Conhecimento sobre métodos contraceptivos] “Aprendi na escola, televisão e revista também” (S., engravidou aos 17 anos) “Na televisão, na escola, nos grupinhos, minhas amigas todas já tinham relação e às vezes a gente falava sobre isso” (A., engravidou aos 15 anos) (TEXTO 8, p. 64).

A ciência, aqui em especial a psicologia, pode contribuir na elaboração dos projetos de vida, na medida em que proporcione elementos que auxiliem na compreensão da relação do sujeito com o mundo e sua inserção, orientando no acesso à informação e à luta pela garantia dos seus direitos.

Sob a leitura da TRS, Jodelet (2009) vai dizer “que os sujeitos devem ser concebidos como atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição” (p. 696). Para abordar essa inscrição, a autora (JODELET, 2009), apresenta dois tipos de processos: o primeiro referente à natureza do objeto e o segundo referente aos contextos.

O primeiro tipo de processo é referente à triangulação, que já foi abordada neste estudo, o segundo diz respeito às esferas ou universos pertença social das RS. Esse último, a autora (JODELET, 2009) propõe para análise das RS e para definição de modalidades para uma ação transformadora, que são: Subjetivo, Intersubjetivo e Transubjetivo.

Esse movimento ajuda a compreender que pensar o projeto de vida vai além de uma ação passiva, reprodutora de expectativas sociais ou responsabilidade individual. A ideia é permitir que a pessoa considerada adolescente seja ativa no processo.

Essas últimas unidades, levam este trabalho a debater acerca dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, quanto aos direitos a serem garantidos, as ausências e o que tem sido discutido a respeito desses direitos.

5.3.1.4 Categoria: Direitos sexuais e reprodutivos

As categorias apresentadas até aqui estão articuladas entre si, o que já era esperado, nesta categoria não seria diferente. Pensar a gravidez na adolescência como um projeto de vida ou não, perpassa pelos Direitos sexuais e reprodutivos (apêndice T).

Como foi apresentado na plataforma de Pequim (ONU, 1995), refletir sobre os direitos sexuais e reprodutivos, neste caso voltados ao público lido como adolescentes, se refere a pensar uma rede que forneça instrumentos e condições para que esse direito seja assegurado, envolvendo esse público de forma ativa.

267. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento reconheceu, no parágrafo 7.3 do seu Programa de Ação, que “se deve prestar plena atenção à promoção de relações de respeito mútuo e igualdade entre mulheres e homens e particularmente às necessidades dos adolescentes em matéria de educação e serviços, a fim de habilitá-los a assumir sua sexualidade de modo positivo e responsável”, [...] (ONU, 1995).

A maior parte da literatura articula entre a liberdade sexual com segurança frente às infecções sexualmente transmissíveis e a concepção/contracepção, onde não caberia a gravidez como algo planejado e perpetuaria preconceitos, incluso onde não houve planejamento. Existem ainda as perspectivas que defendem a abstinência voluntária.

Tomando como referência as leituras realizadas e apresentadas neste estudo sobre sexualidade e contracepção no contexto da adolescência, analisando aqui o que foi discutido até então, sobre a sexualidade na adolescência estar desvinculada da reprodução e sobre leitura sobre a adolescência como imatura e irresponsável, foram separadas duas unidades de contexto contrastantes:

Conforme Lesourd (2004), em algumas comunidades, a adolescência podia ter uma função específica, existindo então uma educação distinta para o adolescente, que passava pelo ensino dos costumes e da sexualidade. Ele afirma que em algumas culturas e períodos da civilização, “a questão da gestão do prazer, a questão da ética sexual era sempre uma questão

adolescente, até mesmo uma questão confiada aos adolescentes, no quadro do laço social.” (LESOURD, 2004, p. 24) (TEXTO 11, p. 24).

Assim vemos que inúmeros fatores contribuem para a não utilização de contraceptivos. Além dos fatores já descritos, observamos que o amadurecimento orgânico do adolescente ocorre antes do amadurecimento emocional e cognitivo, podendo determinar a vivência da sexualidade de uma maneira imatura.4,9 (TEXTO 18, p. 21).

Nos estudos que se referem à sexualidade e contracepção no contexto da gravidez na adolescência, esta apareceu como socialmente associada à debates sobre contracepção e ISTs, foram separadas as seguintes unidades de contexto:

Leite (2009) constata em seu trabalho sobre “sexualidade adolescente como direito” que a temática da sexualidade não está na agenda dos projetos educacionais e assistenciais voltados a crianças e adolescentes, e quando o tema aparece, é numa perspectiva negativa, vinculada a supostos “problemas” como a gravidez (dita “indesejada”), às doenças sexualmente transmissíveis/Aids e à violência. Neste sentido, a autora argumenta: A maioria das experiências educacionais no campo da sexualidade voltadas a adolescentes baseia-se fundamentalmente no repasse de informações e mantém uma perspectiva controlista dos comportamentos sexuais e reprodutivos (p. 15) (TEXTO 7, p. 10).

Entre as cinco adolescentes que não fizeram uso de métodos contraceptivos, identificou-se o medo que a mãe descobrisse, a falta de reflexão e o desejo de engravidar, como principais razões para a não adoção de comportamentos preventivos com relação à gravidez, [...] (TEXTO 14, p. 86).

Os adolescentes buscam novas experiências e descobertas, apresentando, muitas vezes, comportamentos que podem colocá-los em vulnerabilidade e expô-los a situações de risco, como práticas sexuais desprotegidas e uso de álcool e outras drogas (Almeida, 2015) (TEXTO 16, p. 12).

Abaixo algumas unidades de contextos que exploram mais sobre a sexualidade na adolescência, em relação ao que é socialmente esperado e em comparação à sexualidade na vida adulta.

Assim, a sexualidade do adolescente está atrelada às práticas sociais e representações de uma dada cultura (MESQUITA, 2008; BOZON, 2004) (TEXTO 2, p. 27).

Conforme Aberastury e Knobel (2000) [...] o ato sexual na adolescência se constituía mais de um caráter exploratório do que um ato com intenções procriativas. Baseada nessas leituras acreditava que a gravidez nessa fase acaba acontecendo por descuido e que a intenção dos adolescentes não era essa (TEXTO 8, p. 55-56).

[...]. Mesmo com a permissão de sua cuidadora, a adolescente ansiava por mais, impulsivamente queria construir sua própria família, experienciar o casamento e a possibilidade de ter relações sexuais, ressaltando que “eu

nunca tive relações com ele quando morava na casa da minha avó, só quando fugi de lá” (sic) (TEXTO 10, p. 79).

[...]. Com esse corpo em constante transformação, vai despertando no adolescente a curiosidade com relação à sexualidade adulta e novas formas de lidar com seu corpo e com o corpo do outro (TEXTO 12, p. 29).

[...]. Também há a curiosidade da adolescente em testar se o seu corpo está pronto para a reprodução, o que é desencadeado pela atividade hormonal que ocorre nessa fase da vida e que acaba por levar ao ato sexual (Dadoorian, 2007), algo também explicado pela imaturidade cognitiva e pensamento mágico (Santos Júnior, 1999) (TEXTO 13, p. 28).

A sexualidade é um tema que precisa ser debatido, considerando que faz parte da vivência dos sujeitos e que direta ou indiretamente serão propagadas informações. Sendo necessária a construção de espaços seguros onde as trocas sejam possíveis, respeitando o desenvolvimento e a necessidade de cada pessoa ou grupo.

Mesmo em meio a informações obtidas sobre sexo, seja na escola, dentro de casa, ou através dos meios de comunicação, ainda faltam aos adolescentes uma boa educação sexual que lhes permita maturidade e responsabilidade suficientes para uma vivência sexual saudável, o que eleva os riscos de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis ou mesmo risco de gravidez não planejada (TEXTO 1, p. 30).

[...]. A este respeito, César (1998) observa que: Associada à ideia de puberdade, a ‘adolescência’ irrompeu em um universo discursivo fortemente impregnado pela imagem da sexualidade, devendo ser vigiada nos jogos, nas leituras, na saúde e, principalmente, na sua solidão. O “adolescente” do discurso médico apareceu como um (...) sujeito de uma sexualidade que lhe é negada, mas que, ao mesmo tempo, está estampada em seu rosto. (p. 72) (TEXTO 9, p. 107).

Nas unidades de contextos, observou-se uma cobrança direcionada ao poder público direcionada à construção desses espaços e chamando a atenção para os documentos legislativos voltados às pessoas consideradas adolescentes.

Como signatário do conjunto de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Brasil assumiu compromissos internacionais nessa matéria. Não por acaso, a Constituição da República, promulgada em 1988, prevê a necessidade de intervenções estatais no âmbito da saúde das crianças e adolescentes, estatuidos princípios e garantias relacionados ao planejamento familiar e aos direitos sexuais e reprodutivos (TEXTO 3, p. 64).

Essa mesma autora [Sales (2010)] ainda enaltece que a falta de uma menção expressa a respeito do direito à vivência da sexualidade adolescente no ECA gera, muitas vezes, dúvidas quanto ao direito de acesso às informações e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva do adolescente, prejudicando o planejamento e a efetivação de políticas a esse respeito (TEXTO 19, p. 31).

Ainda nas discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos, associado ao tema violência, o tema **aborto** trouxe reflexões sobre moral, ética, legislação, religião, violência, gênero e classe.

[...]. No início, a família tende a rejeitar a situação levando-os a tomar atitudes drásticas, como forçar ao aborto ou exigir o casamento, e posteriormente preocupa-se com o bem-estar físico da adolescente e se mobiliza através do cuidado e do oferecimento de suporte durante a gravidez, elaborando planos para o momento após o nascimento da criança (TEXTO 4, p. 15).

O estudo de Domingos, Merighi, Jesus e Oliveira (2013) realizado com três mulheres, com o objetivo de compreenderem suas experiências no aborto provocado na adolescência por imposição de suas mães, constatou que essas mulheres tiveram medo de enfrentar a gestação e temor da não aceitação materna deste evento, o que favoreceu a imposição à prática do aborto, sugerido por suas mães, sem considerar o desejo da filha em relação a este evento. Isso favoreceu o surgimento de culpa, ressentimento e arrependimento em não ter ido contra a decisão das suas mães (TEXTO 6, p. 59).

As novas condutas e responsabilidades necessárias para cuidar de uma criança e as demais renúncias impostas, levam muitas adolescentes a adotarem o aborto como medida de autoproteção, seja por medo do próprio futuro, por falta de apoio familiar e/ou do pai da criança e de recursos financeiros, pelos estudos inacabados, entre vários outros fatores (TEXTO 17, p. 50).

A possibilidade de provocar um aborto mostrou-se como uma opção diante da notícia da gravidez. Tal como o uso de métodos contraceptivos aparece como forma de planejamento familiar, o aborto traduz uma reflexão acerca da constituição dos papéis de mãe e pai permeada por valores socioculturais que tornariam tal prática aspecto digno de se considerar. A maternidade deixa de ser uma consequência “natural” da vida heterossexual ativa para ser uma escolha da mulher ou do casal (Moreira & Nardi, 2009) (TEXTO 5, p. 88).

A categoria **Direitos sexuais e reprodutivos** ajuda a trazer novos elementos para se refletir sobre o papel ativo dos/as adolescentes nos próprios projetos de vida. Dentre os múltiplos contextos, estão os casos em que a gravidez não foi planejada e a/o adolescente precisam reformular seus projetos.

Existem outros casos onde os projetos passaram por reformulações após a vivência da gravidez e maternidade, principalmente onde não fazia parte dos planos, como no caso da Miriam de 18 anos, “Mas eu não imaginava que podia ficar grávida já, porque eu era novinha. Pensava, né, que não podia engravidar já” (TEXTO 14, p. 94).

Um caso diferente, pode ser observado na unidade abaixo, que contém um diálogo entre a pesquisadora do texto 14 e sua entrevistada, uma adolescente

gestante (Janaína de 15 anos – nome fictício dado pela pesquisadora), no qual esta menciona sobre a gravidez como projeto de vida com um profissional da saúde.

Porque eu falei que queria engravidar, mas assim, só tava entre eu e ele, entendeu? Eu não contei pra ninguém que eu queria engravidar. Tanto que eu ia no médico, daí eu tinha vergonha de falar pra ele, que eu tinha 13 ainda, né? Tinha 13. Daí eu falei pra ele, eu tava querendo falar pra ele que eu queria engravidar, entendeu? Mas ele ia me dar... imagina o esporro que eu ia escutar dele, né? Daí eu falei assim: 'Será que eu não posso ter filho?' Daí ele assim, ele é um médico bem conhecido, bem legal, que é lá do J. (Unidade de Saúde), daí ele me pegou pequena, no médico. Daí ele assim: 'Ai, Janaína, tu deixa de ser louca, tu não vai engravidar menina. Tu vai tomar comprimido, tu vai usar camisinha, menina, tu não vai engravidar' 'Não, não vou'. E eu querendo, né? Daí ele assim e eu 'Será que não dá?' 'Não, tem pessoas que demoram, mas tu ta demorando porque não é pra ti engravidar ainda, porque tu não tem um útero adequado ainda pra engravidar' 'Tá bom, tá bom'. Mas eu fiquei menstruada com 9 anos, eu fiquei menstruada muito cedo. Daí ele falando, e eu 'Não, tá bom, tá bom' (TEXO 14, p. 88).

Esse é um ponto que merece atenção, principalmente quando se considera que no Brasil é crime de estupro de vulnerável ter relações sexuais com menores de 14 anos, mas vale refletir sobre a necessidade de uma rede que se dispusesse a pensar e instrumentalizar essa adolescente e sua parceiro acerca do seu planejamento sexual e reprodutivo, e do projeto de vida de forma mais ampla.

Alguns casos em que a gravidez foi planejada, foram de adolescentes que sofreram aborto espontâneo e viram a vivência de uma nova gravidez como a possibilidade de retomar os planos ou de “recuperar” o que se perdeu.

"Quando perdi o menino da primeira vez, aí minha família dizia 'vê se não vai engravidar de novo', só que eu já tinha conversado com meu marido". (V., engravidou aos 15 anos) (TEXTO 8, p. 71).

"Não, da Micheli eu nem precisei tentar. Eu tomei remédio um mês quando eu perdi, daí não tomei mais. (...) Daí fiquei cinco meses sem tomar remédio, daí eu engravidei dela. (...) É, eu já tava querendo com a perda do primeiro, reponhar o primeiro, né?" (Tatiane, 18 anos) (TEXTO 14, p. 87).

Aqui surge outro ponto a se refletir, nos casos em que o aborto é planejado, nesse surge uma questão que é a legalidade do aborto. O fato foi mencionado após uma das participantes de uma atividade em grupo, adolescente gestante, dizer que não poderia ser presa por não ter praticado aborto.

A adolescente, ao ser colocada como traficante pelas outras junto ao parceiro, como infratora e detentora das drogas, retira-se disso, dizendo: "Eu não! (não vou ser presa). Eu não fiz aborto!" Para esta adolescente, o

ato infracional ao qual caberia a ela responder seria um aborto, ato considerado ilegal no Brasil até o momento.¹⁶ (TEXTO 11, p. 72).

Nos trabalhos foram encontradas falas de adolescentes gestantes que pensaram na possibilidade de realização do aborto. Esses casos também ajudam a pensar a vivência da gravidez na adolescência como múltipla.

“[...] Na minha segunda gravidez, eu fiquei desesperada” Daí... a gente sempre foi contra o aborto, tanto ele quanto eu... a possibilidade passou pela cabeça, num momento de desespero” (A.S.J., 18) (TEXTO 3, p. 31).

Maria (18 anos, 2ª gravidez): [...] Eu descobri com quatro meses, tentei tirar, tomei remédio para abortar, não consegui vim parar aqui no hospital, fazer outra ultra pra ver como estava o neném, porque eu não queria aceitar de jeito nenhum (TEXTO 7, p. 57).

Assim como nos casos em que a própria adolescente menciona que cogitou o aborto, essa possibilidade também apareceu nas falas relacionadas à familiares, o que pode ser observado nas falas abaixo.

Uma das avós disse ter sugerido a realização do aborto a filha: pensei até em abortar, vamos dar um jeito!. A filha rejeitou a ideia da mãe (Bromélia, 36 anos) (TEXTO 6, p. 52).

Eu acabei falando que estava grávida com 4 meses se eu falasse que estava grávida desde que eu descobri que foi desde um mês, meu pai ia fazer eu tirar a criança. Porque com 4 meses quando ele descobriu ele queria que eu tirasse remédio para tirar, não, não vou tomar, que a criança já sabe até que é menino a criança já ta formada (TEXTO 15, p. 68).

No Brasil, de acordo com a Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848 de 1940, é crime sob pena o aborto provocado por terceiro e/ou pela própria gestante ou com seu consentimento, tendo respaldo legal apenas nos casos considerados pela lei como necessários ou resultante de estupro, que seriam:

Art. 128 – Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal” (BRASIL, 1940).

Sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos é necessário mencionar a Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha, vai especificar 5 formas de violência contra a mulher, no ambiente doméstico e familiar, sendo elas: física, psíquica, sexual, patrimonial e moral. Apesar de não ser possível uma divisão

exata, essa apresentação didática auxilia na compreensão de que a violência vai além da sua forma física, das marcas no corpo.

Um exemplo que pode auxiliar aqui na compreensão acerca do aborto mediante à gravidez na adolescência, é a definição dada à violência sexual, apresentada no artigo 7º da lei citada (BRASIL, 2006), que vai apresentar três temas que foram encontrados nos estudos, casos em que a gravidez foi um desejo apenas do companheiro, casos em que a família forçou o matrimônio ou quando tentaram ou induziram a adolescente ao aborto.

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006, p. 1).

Como foi destacado no Caderno de Atenção Básica (BRASIL, 2010, p. 66), “o aborto inseguro é uma causa importante de morte materna entre adolescentes e jovens, sobretudo entre aquelas em situação de pobreza”. Falar sobre a gravidez na adolescência é também falar sobre questões que atravessam as diferentes realidades brasileiras, como disse Caneiro (2019):

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o descartado mito da democracia racial latino-americano, que no Brasil chegou até as últimas consequências. A violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, [...] (CARNEIRO, 2019, p. 313).

Sob o tema **violência**, com o uso do termo ou unidade de registro, o que mais se evidenciou foi a violência sexual, de gênero e familiar. Porém, sem o uso do termo, foram observadas outras formas de violência, como institucional, econômica, racial, social e religiosa.

Compreendeu-se, então, que a violência atravessa todas as categoria e temas abordados neste estudo, considerando preconceitos, desigualdades, negação de direitos, abusos, ausências, abandono.

Júlia tem 15 anos e está grávida do segundo filho. Em uma Conversação, relata que as pessoas a nomeiam de “irresponsável” por ter engravidado pela segunda vez. O que as pessoas não sabem e o que ela nos conta é que a primeira gravidez foi com o padrasto “foi um estupro”. Ao relatar esse acontecimento, diz que não fez aborto porque o bebê não tinha culpa e que sua mãe não a responsabilizou, dizendo-lhe que a culpa não era dela. Além disso, afirma que seu primeiro filho é inocente e que o ama muito (TEXTO 11, p. 81).

Surge então a necessidade de conversar sobre temas que atravessam essas realidades, pensando que no caso da Júlia, existe uma série de violências, de direitos que lhe foram negados, e ainda precisa que alguém lhe afirme que não é culpada pelas violações que sofreu.

É com essa reflexão que se dá apresentação da próxima categoria, que é como título Temas transversais. Nessa serão apresentadas e discutidas, agora com maior destaque, unidades de contexto que se referem à gênero, raça, classe, religião e etnia/raça.

5.3.1.5 Categoria: Temas transversais

Nesta categoria (apêndice U) serão apresentados alguns temas que nos textos analisados atravessaram as discussões sobre a adolescência e a gravidez na adolescência, são eles: gênero, raça/etnia, classe e religião. Também são temas que atravessam todas as demais categorias, principalmente classe e gênero.

A necessidade de considerar o contexto no qual a pessoa compreendida “adolescente” está inserida, inclusive quando há o fenômeno da gravidez, apareceu nos textos, chamando a atenção para um olhar que supere uma leitura homogeneizada de adolescência.

Na linguagem da TRS, pode-se traduzir no fato de que as representações sociais não são homogêneas nem estanques, elas estão em constantes mudanças e conversam com a realidade na qual está inserida, e precisam desta para operar seus processos de ancoragem e objetivação.

Antes de iniciar a discussão sobre os temas de forma mais pontual, como exemplo desse olhar para os contextos, apresentados nos trabalhos analisados, foram separadas algumas unidades de contextos mais amplas, sobre a concepção de adolescência e de gravidez na adolescência, que ajudam a sinalizar essa preocupação na escrita acadêmica.

[...]. Desse modo, não se pode conferir características universais à adolescência, uma vez que ela é vivenciada de diferentes formas devido às diversidades das interações e contextos (sociais, históricos, políticos e econômicos) que permeiam as experiências do adolescente (TEXTO 2, p. 17).

Começando com o conceito de adolescência [...]. Pode-se afirmar que esse é um período da vida construído socialmente e não uma fase de desenvolvimento meramente natural. Além disso, dado que é fruto de contingência sociais, a fase da vida conhecida como adolescência não pode ser concebida como um fenômeno universal. Ao contrário, ela se diferencia de acordo com a classe social e com a cultura nas quais estão concretamente inseridas (TEXTO 3, p. 13).

Ao se pensar a “gravidez na adolescência”, apesar dessa ser um evento que ocorre no corpo das mulheres, suas significações são construídas embasadas na experiência social e cultural e variam conforme a classe social, a idade, o sexo, dentre outros fatores (Oliveira, 2008) (TEXTO 5, p. 20).

Assim, a partir do questionamento “Quais as repercussões da gravidez na vida de adolescentes, cuja concepção ocorreu entre 10 e 14 anos em contexto de vulnerabilidade social?”, pretendeu-se compreender a temática da gravidez em adolescentes numa perspectiva que envolveu a complexidade em torno do fenômeno, considerando-se na análise, portanto, aspectos sociais, biológicos, psicológicos, políticos, culturais, religiosos e econômicos (TEXTO 14, p. 4).

A Psicologia precisa estar compromissada com o combate às desigualdades sociais, e essas são travessadas por outras, como as desigualdades de gênero, raça e classe. Para que haja esse compromisso, como defendeu Silva (2003), também é necessário que ela esteja atenta às demandas sociais que a rodeiam.

De qualquer forma, estou convencido de que uma Psicologia ética somente será possível na medida em que ela se preocupe em investigar, conhecer, dominar o “ethos” social particular no qual tem a sua existência e se desenvolve enquanto ciência e profissão. Nesse sentido, torna-se imperativo que esta Psicologia se aproprie dos vários aspectos que constituem esse “lugar/sociedade” esse “lugar/morada”, no qual se desenvolve e faz acontecer (SILVA, 2003, p. 94-95).

Esta categoria também tem como objetivo denunciar desigualdade e ausência de direitos também como uma forma de violência. Barker e Castro (2002), ao abordarem argumentos utilizados para justificar a representação da gravidez na adolescência como um problema social ou de saúde pública, entre os argumentos encontra-se um relacionado à evasão escolar e ao ingresso no mercado de trabalho:

Recentemente, argumentos ligam a gravidez na adolescência à pobreza, vendo-a como um mecanismo que contribui para sua transmissão e também

como um fator perpetuador dessa situação dentro de um círculo vicioso. Assim, a gravidez é percebida como elemento que impossibilita a conclusão da escolarização, limitando por sua vez a obtenção de empregos com melhor remuneração, fato que conseqüentemente também limita o acesso dos filhos a recursos que permitam seu melhor desenvolvimento (BARKER; CASTRO, 2002, p. 79).

Esse tipo de argumento exclui outros aspectos socioeconômicos que envolvem a questão da perpetuação da pobreza e das desigualdades de classe, por exemplo, e como as autoras (BARKER; CASTRO, 2002) contra-argumentam, o foco deveria ser “para o aumento e a visibilidade da população adolescente, para a persistência das condições de pobreza da população e para a falta de oportunidade para as mulheres” (p. 80).

Essa categoria se torna mais interessante quando se considera os locais onde as pesquisas foram realizadas, sendo a maioria instituições públicas de saúde e ensino, comunidades e bairros pobres, projetos sociais e ONGs. O que diz sobre a condição socioeconômica das/os participantes, do olhar que se terá sobre a gravidez na adolescência e sobre a dificuldade de acesso a outras classes sociais.

Quando se opta por estudar o fenômeno da Gravidez na adolescência, precisa se ter em evidência de onde o/a pesquisador/a vem e onde o fenômeno está situado. Um dos temas que travessam os estudos é **classe social**. Como foi discutido anteriormente, a mudança no modo de produção capitalista gerou alterações na organização das sociedades, mas não de forma homogênea.

Ariès (1986) apresenta a emergência da demanda de maior preparo para o mercado de trabalho, mas especificamente para a burguesia. A ideia de que todos são iguais e que basta se esforçar para conquistar, merecer melhores condições de vida, terminaram por reproduzir e até aumentar os níveis de desigualdades sociais.

Então, padronizar a adolescência e pensar a gravidez na adolescência como um problema social, que influenciará na perpetuação da pobreza, é deixar de refletir sobre direitos negados e outros problemas estruturais.

A partir disso, no que diz respeito à articulação entre classes sociais e gravidez durante a juventude, a questão que surge é em que medida as condições materiais de existência estimulam ou não a gravidez, definem padrões de tomadas de decisão e qual o impacto do evento nos projetos desses jovens, discriminando-os por classe social e gênero (Heilborn et al., 2002) (TEXTO 5, p. 26).

Vale ressaltar que não foram identificadas pesquisas com adolescentes de classes socioeconômicas média e alta, inviabilizando qualquer conclusão

generalizada sobre a relação socioeconômica, mercado de trabalho, projeto de vida e gravidez na adolescência (TEXTO 10, p. 23).

[...]. Esses achados estão de acordo com a literatura sobre gravidez na adolescência, que aponta as meninas mais pobres, com baixa escolaridade e com iniciação sexual precoce, como mais susceptíveis a engravidar (Mendonça, Abreu, Silva & Andrade, 2012; Senna, & Dessen, 2015; Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2013) (TEXTO 16, p. 23).

Aqui cabe refletir sobre a perpetuação da violência, pensar a gravidez na adolescência como perpetuação da pobreza é ausentar o Estado em suas responsabilidades e reafirmar que o “vencer na vida”, ligado à escolarização, profissionalização e remuneração, é mérito de quem se dedicou para tal.

Outro atravessamento está relacionado ao tema **religião**, que foi apresentado nos textos tanto como ponto de apoio como fonte de julgamentos moralistas.

Devido à crença religiosa, a adolescente estabeleceu uma relação de salvação e esperança, o que auxilia no conformismo de sua condição atual (estar grávida, não fazer faculdade e sair pouco com as amigas), sendo a confiança em Deus, a solução para a problemática que vivencia (TEXTO 10, p. 54).

O sistema patriarcal foi característico da sociedade brasileira, antes a constituição da família brasileira, se dava quando os pais determinavam o casamento de suas filhas, que casavam muitas vezes na pré-adolescência, este era um fato natural para os costumes praticados na sociedade da época, a gravidez adolescente se dava com a permissão e anuência da sociedade, da religião e da família (TEXTO 15, p. 13).

Acerca do tema religião, na fala das pessoas que foram entrevistadas pelo/as pesquisador/as, percebeu-se que existem relações em que esta surge como suporte e em outros casos reforçam preconceitos frente à gravidez na adolescência. Nos dois casos, percebeu-se a influência que a religião exerce sobre a forma como esses sujeitos representam a própria realidade.

“Ele (o pai da adolescente) começou a falar que eu tinha o grupo (igreja) que ensinava a usar camisinha, anticoncepcional. Dizendo também que eu tinha feito trabalho sobre aborto e agora estava grávida” (A., engravidou aos 16 anos) (TEXTO 8, p. 72).

[Desenho de Famílias com Estórias] Figura 3: Sem Deus não somos nada. Estória: “As pessoas quando tão longe de Deus elas nunca, nunca... estão bem. E mesmo que elas demonstrem estar, mas elas nunca estão. Então, o melhor lugar para se estar, uma família quando se está bem, é perto de Deus, né...” (sic). [...]. Pesquisadora: “E o que faz a igreja ser esse lugar tão importante para você?”. Vitória: “Os planos de Deus, sempre tem um propósito, né?!” (TEXTO 10, p. 53-54).

No texto 9, foi apresentado um caso que demonstra violência religiosa, no que tange aos preconceitos no âmbito familiar. Essa violência foi agravada por uma segunda violência, a institucional, após um erro no diagnóstico, afetando também a relação da adolescente com os profissionais da saúde.

A pedido da mãe, o posto realiza o exame, confirma a gravidez e dá início ao pré-natal. A família da adolescente, que era evangélica, reage muito mal à gravidez da adolescente. A maneira como tudo tinha acontecido, havia a deixado muito constrangida e triste. Quando chegam os resultados da bateria de exames pedidos em uma das consultas de pré-natal, a adolescente é informada que ela era portadora de AIDS e que precisaria dar início a um tratamento e acompanhamento específico. Ela diz ter ficado desesperada e a família, que já havia reagido mal a notícia da gravidez, passou a recriminá-la ainda mais, dizendo que aquilo era castigo de Deus. Passado dois dias, ela conta que foi chamada de novo à Unidade de Saúde porque parece que havia um erro em seu exame. Quando ela chega à Unidade, descobre que o seu exame havia sido trocado e que seria preciso realizar outra coleta de material para realizar um segundo exame. Entre a coleta e o resultado, que deu negativo, se passaram duas semanas (TEXTO 9, p. 154).

O tema **raça** é complementar e fundamental para qualquer discussão no Brasil, considerando a diversidade racial e étnica, assim como a origem escravagista e a herança dos 400 anos de escravização de pessoas. É preciso descolonizar as teorias brasileiras, incluindo os estudos de gênero, sair do ideário onde o país passa por um processo de branqueamento e homogeneização dos sujeitos, negando suas histórias.

Neste estudo, por perspectiva decolonial, adotou-se a definição de Lugones (2019, p. 363), segundo sua leitura “decolonizar os gêneros é necessariamente uma práxis. Trata-se de transformar uma crítica da opressão de gênero – racializada, colonial, capitalista e heterossexista – em uma mudança viva da sociedade; [...]”.

Como defende Lélia Gonzalez (2019) o Brasil é um país ladino-amefricano, pela mestiçagem do seu povo e pela influência africana e indígena sobre a cultura brasileira. Pensando como Sueli Carneiro (2019), é preciso “enegrecer o feminismo”.

Consoante o alerta de Carneiro (2019), “alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero (p. 320), ou mesmo idade, e lutar “pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (p. 320).

Nos textos analisados, não houve um destaque específico para raça, cor e etnia, estudos com recortes raciais, mas o tema apareceu nos levantamentos socioeconômicos e nos referenciais teóricos, quando se visava afirmar a necessidade de contextualização da adolescência e da gravidez na adolescência.

Como afirmam Silva e Lopes (2009) o desafio das políticas públicas é fornecer uma agenda que esteja voltada para os adolescentes como um todo, independente da classe social ou raça, e que possibilite uma participação dos adolescentes neste processo (TEXTO 1, p. 37).

Apesar dessa diminuição, a taxa de natalidade de adolescentes no país ainda é considerada alta pela UNFPA (2013), sendo observado um viés de renda, raça/cor e escolaridade como características significativas na prevalência da gravidez precoce (TEXTO 12, p. 32).

Essa e outras reflexões sobre a história de direitos das mulheres e de igualdade racial e de gênero, perpassam o fenômeno da gravidez na adolescência, assim como as representações sociais e as teorias e leis elaboradas sobre ele. Seria necessária uma articulação entre as teorias da psicologia e as teorias de gênero, compreendendo a formação de sujeitos, inseridos numa realidade histórica e social.

O tema Raça/etnia/cor pode ser evidenciado no levantamento de dados socioeconômicos realizado no Texto 4. Neste estudo, o item cor obteve os seguintes resultados: Branca (14 ou 16, 67%), Preta (11 ou 13,1%) e Parda (59 ou 70,23%).

No texto 19, no quadro “localidade de moradia urbana”, no item população por cor ou por raça, o resultado foi: branca (35, 58%), preta (8,97%), parda (53,96%), amarela (0,95%) e indígena (0,54%).

No tocante a etnia, a maioria delas se consideram pardas (49,4%). Em menor frequência estão as brancas (26%), pretas (10,4%), amarelas (7,8%) e outras (6,5%). Tais dados são semelhantes ao verificado na pesquisa de E. M. Vieira et al (2017), nos quais 41,5% eram pardas, 36,5% brancas, 16% pretas e 6% outras (TEXTO 16, p. 40).

Realizando um levantamento de no DataSUS (apêndice X), considerando o número de nascimentos segundo a idade da mãe e cor/raça, observou-se um resultado semelhante ao apresentado nos trabalhos, o predomínio de pessoas que se autodeclararam pardas.

Sobre a cor parda, Sueli Carneiro (2011) vai dizer que a miscigenação racial no Brasil tem cunho político e ideológico, pois articula questões como os estupros sofridos no período colonial e funciona como um instrumento de embranquecimento

do país. Apesar da miscigenação contribuir para a perda da identidade étnica e racial, as condições socioeconômicas não se diferem. Por esse motivo, para o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[...], pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, razão pela qual se define hoje, política e sociologicamente, a categoria negra como o somatório daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos (CARNEIRO, 2011, p. 62).

Davis (2016) escreveu sobre o movimento de controle de natalidade por mulheres feministas brancas de classe média e burguesas dos Estados Unidos da América, pelo direito à “maternidade voluntária” e em 1970 sobre o direito ao aborto legal.

Nessa escrita, Davis (2016) apresenta o caso das irmãs Relf de Montgomery, Alabama. Duas jovens pobres e negras, Minnie Lee de 12 anos e Mary Alice de 14 anos que passaram pelo procedimento de esterilização cirúrgica sem o consentimento delas ou da mãe. O caso permitiu que outros casos semelhantes fossem denunciados.

No Brasil não foi muito diferente, Sueli Carneiro (2019) em seu artigo, publicado originalmente em 2003, vai citar o Projeto de Lei nº 209 de 1991, como uma conquista que se deu pela parceria entre ativistas feministas e parlamentares, estabelecendo normas ao processo de esterilização no Brasil, a ser ofertado pelo SUS, fiscalizando o procedimento, respeitando os direitos que dizem da saúde reprodutiva e realizando apenas de forma voluntária, em pessoas com mais de 30 anos. Sobre o contexto que o gerou:

A esterilização ocupou lugar privilegiado durante anos na agenda política das mulheres negras que produziram campanhas contra esta prática em função dos altos índices que o fenômeno adquiriu no Brasil, fundamentalmente entre mulheres de baixa renda (a maioria das mulheres que são esterilizadas o fazem porque não encontra no sistema de saúde a oferta e a diversidade dos métodos contraceptivos reversíveis que lhes permitem não ter de fazer a opção radical de não poder mais ter filhos) (CARNEIRO, 2019, p. 280).

Como disse Lélia Gonzalez (2020), a afirmação de que todos são iguais perante a lei, reforça a estrutura do racismo latino-americano, mantido pela ideologia do embranquecimento, tornando-se “suficientemente sofisticado para manter negros

e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas” (p. 43-44). Esses casos e reflexões auxiliam na compreensão dos atravessamentos que precisam ser considerados nos estudos sobre a gravidez na adolescência.

No que diz respeito ao tema **gênero**, pode-se pensar inicialmente sobre o foco nos estudos sobre a adolescente gestante e não sobre o pai adolescente. Como foi discutido no texto 5:

Mais uma vez, cabe a relativização da questão, pois para os diferentes contextos há diferentes significações, e aí cabe se perguntar de que lugar que estamos falando, quais as condições culturais, econômicas e relações de poder de gênero que “governam” nossa realidade e que levam a produção dos sentidos acerca da “gravidez na adolescência” e sua repetição (p. 96).

Isso significa dizer que em qualquer estudo, principalmente sob a perspectiva psicossocial, além do olhar sobre as desigualdades de classe, se faz necessário o olhar sobre as desigualdades de gênero. Uma unidade que aborda a articulação gênero e classe, é a apresentada pelo texto 11.

Em uma Conversação, estavam presentes: uma advogada, uma fisioterapeuta, a secretária da ONG, uma psicanalista e 10 adolescentes, entre grávidas, mães e acompanhantes das adolescentes. Surgiram temas sobre o aborto, o tráfico, até começarem a dizer que ter menina era muito melhor que ter menino. Ao questionarmos esta fala, elas nos responderam que ter menina era muito melhor porque para o menino tem o tráfico, as drogas, e que as meninas não têm isso. Nesse momento, perguntamos: “Se os meninos vão para o tráfico, o que as meninas fazem?”. Após um instante de silêncio, uma delas responde e as outras concordam: “A gente engravida” (p. 20).

Percebe-se, então, que os/as pesquisadores/as devem estar atentos/as aos atravessamentos de gênero nos estudos sobre a gravidez na adolescência. O que também pode ser observado na unidade de contexto abaixo.

[...]. Significa, então, tratar a “gravidez na adolescência” como inserida em um campo analítico mais amplo, o da sexualidade, gênero e juventude, sempre especificados a partir das distinções de classe. O compromisso em socializar o tema expressa-se ainda no intuito de contextualizar, relativizar e ressaltar a heterogeneidade acerca da experiência da “gravidez na adolescência” (TEXTO 5, p. 29).

As desigualdades de gêneros são percebidas na responsabilização da adolescente sobre o cuidado da prole e da casa, e do pai (adolescente ou não) o

sustento financeiro da casa. Houve preconceito inclusive com relação a aceitação paterna em relação a gravidez e a apresentação de um maior suporte materno.

Podemos notar uma diferença de gênero na recepção da notícia. Os pais das adolescentes tendem a resistir mais ao anúncio da gravidez, o que possivelmente pode ter relação com o desconforto em ver a sexualidade da filha se tornar pública a partir deste momento (TEXTO 7, p. 52).

Um estudo realizado por Shlomo, Ben-Ari, Findler, Sivan e Dolizki (2010), com 102 mulheres israelenses com idade entre 42 e 62 anos cujas filhas eram primíparas, constatou que o tornar-se avó tem recebido pouca atenção nas pesquisas e pode representar em um importante processo de transição na vida de uma mulher (TEXTO 6, p. 42).

A gravidez revela a mudança de status, a adolescente passa a ser vista como mulher e mãe, que necessitariam de responsabilidade, mas que nasceram com um “suporte biológico” que as ajudariam no exercício do cuidado, atribuído à maternidade.

A adolescente se alterna entre o desenvolvimento do desempenho dos papéis de mulher e mãe. Esse fato influencia diretamente na dinâmica familiar, sendo que, para o desenvolvimento saudável desta gestação, o apoio e a participação da família são determinantes na superação da crise situacional (Braga et al., 2010) (TEXTO 4, p. 27).

É preciso estar consciente de que os discursos alarmistas da gravidez na adolescência, enquanto problema, não surtem resultado na parcela da população que mais interessa – os jovens e suas famílias –, pois para ela a gravidez não é vista de forma problemática – ser mãe, criança, mulher, adolescente terá um significado social específico (ALMEIDA, 2006) (TEXTO 8, p. 82).

Um dos avanços em relação à responsabilização materna pelo cuidado, no âmbito jurídico, se encontra na contribuição da Carta aos Constituintes, foi a sanção da Lei nº 9.263 de 1996, considerando o parágrafo 7 do artigo 226 da Constituição, que dispõe sobre o planejamento familiar, fundado nos princípios da paternidade responsável e da dignidade humana, cabendo ao Estado promover as condições necessária à sua garantia (BRASIL, 1988).

Essa lei apresenta o Planejamento familiar como “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (BRASIL, 1996), sendo proibida a utilização dessas ações como instrumento de controle demográfico.

Porém, ainda a respeito da paternidade, incluindo a responsabilidade no cuidado e no uso de preservativos, foram selecionadas as unidades abaixo como

forma de ajudar a repensar a distribuição desigual de papéis na responsabilidade tanto nas relações sexuais quanto no cuidado durante e após a gestação, na divisão de responsabilidades.

Portanto, a gravidez na adolescência pode implicar para a vida da jovem novas responsabilidades e renúncias ainda maiores do que em relação ao pai da criança, pois geralmente será a adolescente que irá oferecer os cuidados necessários ao filho, mesmo aquelas que não tiveram uma estrutura familiar adequada ou não dispõem de apoio familiar (TEXTO 17, p. 50).

Considera-se ainda que há uma ambigüidade nos valores sociais referentes ao corpo, sexualidade e gênero que são transmitidos aos adolescentes estão associados ao exercício da sexualidade sem a adoção de métodos contraceptivos (TEXTO 18, p. 22).

As desigualdades de classe e raça, assim como a própria religião, também atravessam as discussões de gênero e são necessárias quando o assunto é a luta pelo acesso equitativo aos direitos necessários à vida, conforme cada realidade social e considerando que não existem modelos universais e naturais de homem e mulher.

Entretanto, como apresentou Butler (2019, p. 217) “o gênero é uma construção que regularmente esconde sua gênese”. De acordo com Narvaz e Koller (2006), por exemplo, existiram formas de organização social anteriores ao patriarcado e posteriores, como o patriarcado moderno que apresenta nova configuração, porém mantendo as premissas do tradicional que regem as relações como se fossem naturais.

Mesmo que não estejam explícitas nos discursos políticos e ideológicos, as premissas são “1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 50).

Aqui surge um espaço para discutir outro ponto que apareceu nos textos, nas falas das pessoas que foram entrevistadas, a presença ou ausência paterna no contexto da gravidez na adolescência, para exemplificar, serão apresentados dois casos.

Porque, uma que ele nunca teve interesse pelo menino, eu acho que pra mim. Pra mim eu não ia forçar um relacionamento. Sendo que ele é pai ele sabe as obrigações dele, então não quer registrar não quer assumir, paciência. Meu filho sabe quem é conhece o pai dele tem contato com a família dele tudo, ai não o vê como pai, aí não pedi pensão pedi nada a

gente também não quer. O dia que ele quiser reconhecer o filho dele, ajudar e tudo mais, ele sabe onde encontrar e até hoje ele nunca teve interesse, [...] (TEXTO 15, p. 69).

[...]. Com relação ao pai da criança, a jovem não tem notícias, nunca mais o viu e ele não sabe da gravidez, pois não eram namorados, só “ficavam” (sic). Fala que se pudesse mudar alguma coisa, gostaria de voltar no tempo, mas como não pode “agora é daqui pra frente” (sic) e que se sente mal diante da gravidez por não ter o pai do filho ao seu lado, mas pensa positivamente em estar com o filho, mesmo tendo que ser “pai e mãe” (sic) (TEXTO 12, p. 83).

Nos estudos, os pais não são necessariamente adolescentes, mas pensando no contexto da gravidez na adolescência, também é importante incluí-los os adolescentes nos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, principalmente no que diz respeito à corresponsabilidade no cuidado.

Sobre o tema da paternidade na adolescência, apesar de não ser uma regra o pai ser adolescente no contexto da gravidez na adolescência, no estudo de NOGUEIRA, M. J. *et. al* (2014) sobre a paternidade adolescente, os autores destacam que existe uma posição de maior evidência sobre a gestante adolescente:

Os adolescentes participantes do grupo focal apontaram a paternidade adolescente como um tema silenciado e pouco evidenciado, contribuindo para a invisibilidade do jovem pai, seja nas ações educativas realizadas no contexto das políticas públicas, quanto nas suas vivências cotidianas e familiares. Para eles, enquanto as meninas desde a descoberta da gestação são cercadas por um cuidado especial, os rapazes quase sempre são desconsiderados ou, quando evidenciados, parecem assumir uma posição de coadjuvantes deste processo (NOGUEIRA, M. J. *et. al*, 2014, p. 84).

Ainda a respeito da paternidade, em 2008, a *Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem* (BRASIL, 2008), sobre os direitos sexuais e reprodutivos na adolescência, incluindo o “direito do homem a participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los, bem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da educação da criança” (p. 16).

Esse direito deve ser garantido sem preconceito ou discriminação, considerando que a paternidade neste período “não deve ser vista apenas como algo a ser evitado. Os adolescentes e jovens adultos devem ser assistidos diante de suas necessidades e projetos de vida, e não apenas segundo a percepção do profissional de saúde” (BRASIL, 2008, p. 16).

O Plano de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, no Cairo da ONU (1994), que destaca a necessidade de

programas de assistência à saúde reprodutiva e planejamento familiar, incluindo mulheres, mulheres adolescentes, homens e homens adolescentes.

Esse documento ressalta a necessidade de corresponsabilidade e parceria na vida pública e privada, e a maior vulnerabilidade da população adolescente, por falta de acesso a informações e serviços, e deixando sob a responsabilidade dos países em tomar providências que visem a eliminação de “toda forma de exploração, abuso, assédio e violência contra a mulher, adolescentes e crianças” (ONU, 1994, p. 51).

Nessa perspectiva, os estudos de gênero podem contribuir com a compreensão da adolescência e da gravidez nesse “período”, pois, esses estudos surgiram de uma demanda social e política, fruto das transformações no modo de produção, mas que visam explicar a formação dos sujeitos, inicialmente numa perspectiva de adaptação e, posteriormente, de contextualização, considerando gênero como uma construção social.

Com essa reflexão sobre as responsabilidades, principalmente no contexto da gravidez na adolescência, a próxima categoria tem como objetivo apresentar leituras presentes nos textos e refletir sobre a importância da rede de apoio.

5.3.1.6 Categoria: Redes de Apoio

Nesta categoria (apêndice V), foram analisados alguns elementos das redes de apoio, ou das que deveriam ou poderiam ser, no contexto da adolescência e da gravidez na adolescência. Aqui serão destacados os pais/responsáveis, companheiros, amigos/as, comunidade, profissionais de saúde e educação/ Estado e de ONGs.

Considera-se as redes de apoio necessárias em todos os contextos, e aqui em especial destaque, na gravidez, seja em mulheres adultas ou adolescentes. O questionamento se dá ao tipo de apoio recebido pelas redes, considerando principalmente a leitura que possuem sobre o fenômeno da gravidez na adolescência e sobre a experiência do adolescer.

Pensando na presença e ausência de apoio, momentos em que pode haver inclusive casos de violência, pensou-se a escrita desta categoria articulando o apoio da comunidade, da família, do companheiro/pai da criança e dos amigos, e o apoio

das políticas educacionais e de saúde, e outras instituições que visam atender às demandas de adolescentes e adolescentes gestantes de forma complementar.

A respeito da rede de apoio proporcionada pela família, comunidade e amigos à pessoa considerada adolescente, os textos apresentam pais ou responsáveis legais como principais responsáveis pelo desenvolvimento e comportamento dos sujeitos, no momento da vida compreendido como adolescência.

Esse é um período marcado pela separação dos pais que, segundo Winnicott (1961/2011) têm uma relação fundamental no crescimento do adolescente, quando conseguem se interessar por ele e continuar existindo, possibilitando ao jovem a flutuação entre a independência rebelde e a dependência regressiva (TEXTO 12, p. 25).

Escola e família, ao mesmo tempo em que eram percebidos como as principais instituições capazes de prevenir os “maus” comportamentos adolescentes, também seriam as principais responsáveis pelos desvios de conduta daquele grupo. Para os que não se adequavam ao modelo vigente da época, recorria-se a instituições isoladas socialmente, com o objetivo de se obter controle e disciplina (TEXTO 1, p. 19).

Aqueles adolescentes que pertencem a uma família que não possui uma boa condição financeira também desejam e procuram formas de identificação, pois existem características desejadas para estar em cada grupo, em cada “Tribo” de adolescentes, cada “tribo” é identificada por seus trajes, pelos lugares que frequentam, sua forma de consumo, as músicas que ouvem e cantam, lembrando que muitas vezes a transgressão faz parte da identificação grupal (TEXTO 15, p. 37).

Como foi mencionado na categoria projeto de vida, as pessoas adultas seriam inclusive responsáveis pelo auxílio na elaboração dos planos para o futuro, de forma que atendam ao socialmente esperado. Alguns textos citaram a monitoria parental ao abordarem esse controle realizado pelos familiares, como pode ser visto na seguinte unidade:

No que se refere à supervisão ou monitoria parental os autores destacam que existe uma correlação negativa entre essas práticas e comportamentos de risco, ou seja, quanto maior a supervisão, menor a frequência de comportamento sexual e menor o número de parceiros sexuais que os adolescentes possuem. Nesse sentido, a monitoria parental é considerada como um fator de proteção para o desenvolvimento de comportamentos sexuais de risco em adolescentes (Kotchick, et al. 2001) (TEXTO 18, p. 36).

Nesse sentido, optou-se por trazer nesta categoria algumas unidades de contexto, que demonstrem a leitura dos textos estudados sobre as redes de apoio formadas por instituições públicas e privadas, de atendimento a pessoa

“adolescente”. Como pode ser observado nas unidades abaixo, as redes vão para além dos grupos familiares e comunitários.

Família, escola e amigos são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento das características pessoais e sociais necessárias para o adolescente. Uma vez que o meio social, cultural e econômico influencia de forma fundamental nesse desenvolvimento, não se pode deixar de mencionar mais uma vez que, justamente por acontecerem em culturas e contextos históricos diferentes, essa vivência não é igual para todos (TEXTO 1, p. 27).

Além da família, a adolescente possui uma Rede de Apoio (RA) que definiremos como toda rede de auxílio utilizada pelo indivíduo e que pode ser composta por instituições, grupos, entre outros, que integra sua rede de relacionamentos afetivos ou não, a quem a adolescente recorre nos momentos em que necessita de auxílio (TEXTO 15, p. 20).

Com relação ao atendimento ao público adolescente, apareceram desde questionamentos aos serviços ofertados até sugestões que possam aprimorar o serviço, relembrando o papel dessas instituições e a importância do papel ativos das populações atendidas:

Sugere-se também o desenvolvimento de projetos e programas de proteção que cuidem dos adolescentes, realizados junto à comunidade, escolas e famílias, pensando em prevenção e intervenção que vá além da informação e possa promover a proteção e o cuidado que merecem e precisam (TEXTO 12, p. 99).

Na descrição específica do serviço de proteção social básica, voltado para crianças de 6 a 15 anos, percebe-se a ênfase na convivência e exercício da cidadania, com atividades lúdicas, culturais e esportivas, que possibilitem o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia. Já o serviço voltado a adolescentes de 15 a 17 anos, prevê o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para o retorno ou permanência destes na escola. As atividades devem abordar questões relevantes para a juventude, que possibilitem novos conhecimentos e a formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. Também destaca-se o desenvolvimento de habilidades que possam orientar os jovens em suas escolhas profissionais (Resolução 109, de 2009) (TEXTO 14, p. 50).

Agora no que diz respeito à rede de apoio da família e comunidade no contexto da gravidez adolescente, apareceram menções à diferentes realidades. Realidades onde a família não representava fonte de apoio, mas de violência, onde o matrimônio já estava constituído antes da gravidez, onde houve e onde não houve a aceitação da gravidez, assim como realidades onde a família rejeitou inicialmente, mas passou a aceitar no decorrer do tempo.

No início, a família tende a rejeitar a situação levando-os a tomar atitudes drásticas, como forçar ao aborto ou exigir o casamento, e posteriormente preocupa-se com o bem-estar físico da adolescente e se mobiliza através do cuidado e do oferecimento de suporte durante a gravidez, elaborando planos para o momento após o nascimento da criança (TEXTO 4, p. 15).

As expectativas em torno da adolescência, da mulher e da família ostentam demandas sociais e político-econômicas que reforçam o olhar negativo sobre a maternidade adolescente para a sociedade de modo geral e para as próprias mães (TEXTO 2, p. 18).

Como foi apresentado no texto 8, “com isso, percebe-se que a gravidez gera um impacto na vida e nas relações familiares e, portanto, a gravidez parece ser não só da adolescente, mas também da família de tão envolvida que essa fica” (TEXTO 8, p. 82). Outra unidade que reforça essa ideia é a apresentada no texto 10.

As adolescentes que relataram ter tido apoio da família, principalmente da mãe, ou do parceiro durante a gravidez, ou de amigos, revelaram uma maternidade mais segura, mais confiante, em que elas, mesmo não tendo planejado a gravidez, se mostraram desejosas de ter a criança e com motivação para cuidar dela. (SANTOS, 2015, p.58) (TEXTO 10, p. 24-25).

Quanto ao atendimento às adolescentes gestantes, houve críticas à relação que os serviços, principalmente políticas públicas de saúde e educação estabelecem com as/os adolescentes, antes e após a gravidez na adolescência.

Considerando que alguns/algumas adolescentes já não frequentavam a escola antes da gravidez e que muitas só acessam os serviços de saúde durante a gravidez e o puerpério. Mesmo assim, esse e outros serviços foram reforçados como necessários ao desenvolvimento e apoio desses sujeitos, desde que haja uma maior compreensão dessas realidades.

Dessa forma, refletir sobre esta relação implica enfatizar alguns aspectos que são compartilhados pelos profissionais de saúde, dentre eles a concepção vigente de que a gravidez na adolescência é um problema para vida da adolescente, assim como é considerada um “problema social” e “problema de saúde pública (TEXTO 2, p. 85).

Esse dado pode ser importante para pensarmos qual o significado da escola na vida desses adolescentes, mesmo antes do evento da gravidez e como a própria escola tem construído esse significado na vida dos seus estudantes (TEXTO 19, p. 26).

A “gravidez na adolescência” e sua repetição são consideradas eventos de grande importância para as políticas públicas, reconhecidas por terem repercussões em diferentes âmbitos para os jovens (TEXTO 5, p. 38).

Cabral e Brandão (2020) ressaltam que um estado democrático deve assegurar o cumprimento dos direitos humanos, baseados em evidências científicas, ao preservar a laicidade do Estado. As autoras focalizam a

importância de políticas públicas direcionadas às ações conscientes a respeito da sexualidade dos adolescentes e ao combate à desigualdade de gênero (TEXTO 17, p. 32).

Antes de finalizar esta análise, é pertinente destacar um tema que foi abordado de modo menos frequente, mas significativo, a transgeracionalidade da gravidez na adolescência. Além da preocupação com a possibilidade da repetição gestacional na adolescência, alguns dos textos focaram na possível relação existente entre casos com e sem a transgeracionalidade da gravidez na adolescência.

Outro aspecto da gravidez adolescente que também é conhecido pela sociedade e que é, de certa forma visto de forma preconceituosa, é o fato de haver em uma mesma família avó, mãe e filhas que engravidaram na adolescência. Esse aspecto é representado pelos ditos populares “filho de peixe, peixinho é” ou “a fruta não cai longe do pé” (TEXTO 13, p. 21).

No tocante a repetição da história familiar de gravidez adolescente entre gerações diferentes (transgeracionalidade) ou entre a mesma geração, a literatura tem apresentado que os filhos tendem a repetir a história reprodutiva de sua família (mães, irmãs, tias, primas, avós e pessoas próximas) (Patias et al., 2013) (TEXTO 16, p. 53).

Na categoria **Redes de apoio** é possível pensar mais sobre os múltiplos contextos que podem envolver a gravidez na adolescência. Alguns exemplos podem ajudar a compreender como as pessoas que foram entrevistadas, como profissionais de saúde e adolescentes gestantes, representam suas redes de apoio, quando a possuem.

[Falas de profissionais de saúde] “Algumas mães (avós) ficam, né! Deixam de trabalhar porque vão cuidar do filho (neto), pra (sua) filha poder estudar (...)”; “Às vezes sobrecarrega um pouquinho, né (...) a mãe (avó), às vezes uma tia (...)”; “(...) Tem alguns que ficam felizes pela chegada do bebê e tem uns que ficam decepcionados (...)”; “Muitas vezes ficam invadidos (...) eles se sentem assim: ninguém perguntou a mim se eu queria essa situação (...)”; “Impotentes. Eles se sentem impotentes (...)”; “Inicialmente ficam meio revoltados, mas depois aceitam apoiam (...)”; “Eles vão estar de olho, e tão com cuidado, porque, como já diz, ela é uma adolescente (...) ela não tem aquela experiência com o bebê e eles acabam ajudando a cuidar (...)”; “(...) Vai entrar um novo integrante na família, né (...), é mais responsabilidade pra eles, então assim já muda socialmente o convívio com as outras pessoas lá fora (...)” (TEXTO 2, p. 108).

“Minha família gostou né, só assim quem não gostou muito foi a minha avó, porque ela disse que eu era uma menina muito fraca, que eu acho que ela achava que eu não podia ter filho. Que ela diz que às vezes tem mulher que sofre muito na hora do parto.” (participante 07, 16 anos, casada) (TEXTO 1, p. 83).

Sobre a transgeracionalidade, a ocorrência da gravidez na adolescência em gerações que antecederam, como exemplo pode-se apresentar os relatos dos textos 15 e 6, que ajudam a compreender a complexidades do fenômeno da gravidez na adolescência, entendendo que não existe uma resposta única ou uma fórmula mágica de “resolução”.

[Diálogo – entrevistadora e entrevistada, que vivenciou a gravidez na adolescência] Riso - minha mãe sim, minha mãe era safadinha... risos. Com que idade sua mãe engravidou? Engravidou com 16 anos casou com 17anos. Sim, o bebê nasceu com 17. O povo é meio maluco, riso. Na família da minha mãe, “viche” tenho umas 20 primas, tudo sapeca, tudo antes dos 20 (TEXTO 15, p. 58).

Dentre as participantes, inclui-se oito mulheres que foram mães durante a adolescência (...). As avós Camélia (29 anos) e Azaleia (36 anos) relacionaram a gravidez das filhas a sua história de vida. Camélia (29 anos) relatou ter se assustado e ter pensamentos ruins em relação a gravidez da filha, pois *passou um filme de desde de que tive ela, eu espero que ela seja uma boa mãe, que nem eu fui pra ela* (TEXTO 6, p. 53).

No texto 9, foi relatada da história de M. e suas duas irmãs, todas possuem filhos e inclusive M. está grávida no momento da pesquisa. O relato desse caso demonstra falhas nas redes de apoio, tanto em relação à família, quanto em relação ao Estado.

A família de M. já era atendida no serviço que nos fez o encaminhamento por muitos anos. M. era uma das três irmãs atendidas no serviço e, quando a conhecemos, tinha 19 anos e estava grávida de seu terceiro filho. M. morava com as irmãs em uma pequena casa de madeira, à beira de um córrego da região. Todas as suas irmãs de M. também tinham filhos. Moram, assim, naquela pequena casa, doze pessoas: M., suas duas irmãs mais velhas e mais nove crianças (TEXTO 9, p. 260).

O relato ainda apresenta o fato de nenhuma ter um emprego fixo, por não conseguirem entrar num acordo entre elas e por já terem sido denunciadas ao Conselho Tutelar, e a forma como o caso chegou ao programa apresentado pelo autor do texto 9, era um pedido de ajuda para justificar o desligamento das mesmas de um programa de seria desligado.

Após aproximadamente três encontros, uma profissional do serviço que havia realizado o encaminhamento, chama uns dos responsáveis do programa para dizer que estava pensando em encaminhar M. para o Amparo Maternal, onde daria a luz e ficaria morando com o filho recém-nascido por alguns meses, tendo assim tempo tanto para ela como suas irmãs reorganizarem suas vidas. Como os outros dois filhos de M. não poderiam ficar lá com ela, havia pensado em encaminhá-los para um abrigo.

Aparentemente, o que aquela profissional procurava era que o programa apoiasse sua idéia e a ajudasse a justificar tanto para o Ampara Maternal como para o Conselho Tutelar tal necessidade (TEXTO 9, p. 261).

É preciso considerar as multiplicidades de contextos que existem e assim buscar assegurar direitos constitucionais, que proporcionem segurança a esses sujeitos e a participação ativa destes nos próprios projetos de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido neste estudo, algumas considerações precisam ser compartilhadas a respeito da análise dos conceitos e representações sociais sobre a gravidez na adolescência, presentes em teses e dissertações na área da Psicologia brasileira e publicadas no período de 2010 a 2020.

Os estudos sobre a gravidez na adolescência são atravessados pela leitura sobre o adolecer, como se pode perceber na árvore da Análise de Similitude e nos segmentos de texto da forma ativa Adolescente/s, usados como unidades de contexto na Análise de Conteúdo Temática.

Em algumas escritas teóricas ou relatos de entrevistados/as, percebeu-se que antes de pensar no contexto, é a leitura acerca da adolescência que permite pensar a gravidez na adolescência, tendo-a como base para o processo de ancoragem e objetivação, processos próprios da produção de representações sociais.

A partir da leitura sobre a adolescência como um fenômeno natural, objetivada na rebeldia, imaturidade e irresponsabilidade, seguiam de leituras sobre a gravidez na adolescência como um problema social e de saúde coletiva.

Já a leitura que visa superar o olhar que foca no biológico e estabelece padrões para se vivenciar a adolescência, compreendida como obrigatória, esses buscavam encontrar elementos sociais, psicológicos, econômicos, históricos e outros elementos que permitissem ver o fenômeno sobre uma perspectiva que respeitasse a subjetividade das pessoas que a vivenciam.

Nos trabalhos foi possível visualizar certa relação entre os conhecimentos produzidos pela ciência, que refletem na leitura dos/as pesquisadores/as, e o conhecimento das pessoas que foram entrevistadas por esse/as pesquisador/as.

Existe uma troca dialética, a sociedade é o campo de pesquisa, que pode ou não reforçar o que já vem sendo produzido, ao mesmo tempo, a produção científica reflete nos saberes produzidos pelos demais setores da sociedade, seja pela divulgação e atuação dos/as profissionais e pesquisadores, seja pelos conteúdos produzidos e divulgados pela mídia.

Quando foi apresentada a pergunta que fundamenta este estudo, foi utilizada como referência a relação ciência e senso comum. Considerando que pesquisador/a e pesquisado/a estão inseridos em um contexto maior, que é a sociedade.

Essa relação precisa ser considerada no momento da pesquisa. Pode ser difícil identificar elementos das próprias representações, que poderão compor a escrita do relatório, mas se entender como parte integrante do processo é parte do caminho.

Outra questão que embasa a pergunta de pesquisa, é a compreensão do potencial que a escrita científica tem de influência sobre a constituição dos sujeitos e o modo de vida de seus grupos. Existe uma relação dialética.

O saber produzido pela ciência será apropriado e ressignificado pela sociedade, aqui passando pelos processos de objetivação e ancoragem, na elaboração das representações sociais. Essas representações sociais constituem a realidades dos grupos sociais, a forma como as pessoas compreendem o mundo e se relacionam com o outro (Eu-Outro-Objeto).

O/a cientista não está isolado/a no mundo, são igualmente integrantes de grupos sociais, em certas áreas do saber, também são sábios amadores e precisam das representações sociais para significar o mundo e se relacionar com o outro.

Nesse sentido, é importante compreender que a ciência é feita por pessoas, é produzida em determinados tempos e contextos, sob diferentes demandas, culturas e modos de produção da economia. Como foi observado no capítulo 3, o próprio conceito de adolescência, na ciência, surge em um determinado local e tempo.

A pergunta foi então elaborada pensando nessa questão, mesmo com a sistematicidade da ciência, os princípios da objetividade e da neutralidade, ficou certa preocupação com o que a ciência vem produzindo e como essa produção pode se tornar representação social.

Essa preocupação foi apresentada nos textos, com leituras diferentes, como se pode observar na unidade a seguir. No texto 19, a autora apresenta uma das preocupações que teve durante a pesquisa ao afirmar que “atentar para as realidades de experiências de vida que emanam do campo de pesquisa fez parte do nosso exercício como pesquisadoras” (p. 11), buscando abster-se de perspectivas universalizantes.

A partir deste exercício, complementa: “esperamos, pois, nos aproximarmos da realidade de vida dessas mulheres e, talvez assim, até contestar os discursos que se afirmam como legítimos sobre suas experiências” (TEXTO 19, p. 11).

Superar esse desafio, deve ser um exercício no fazer ciência. É sobre essa perspectiva que nesta discussão se propõe a estabelecer correlações entre as categorias e alguns casos que foram apresentados nos próprios textos. Buscando respeitar a escrita de cada autor e autora, assim como o seu momento, física, social e historicamente situado.

Recuperando a pergunta: Quais são os conceitos e as representações sociais de gravidez na adolescência presentes nas teses e dissertações, da psicologia, sobre gravidez nesse período da vida?

Algo que se observou nos trabalhos, foram as contradições. Elas já são esperadas, mas é interessante observar esse movimento. Não há uma divisão dicotômica explícita nos trabalhos, entre as leituras naturalistas e universalistas de sujeito e de outro lado as leituras da adolescência como um fenômeno cujo conceito foi construído social e historicamente.

Assim como não foram encontrados textos que veem a gravidez unicamente como problema ou como fenômeno social, mas foi possível identificar leituras com maior ou menor aproximação em relação à superação da adolescência como natural e universal e da gravidez como problema, independente de outros fatores.

O caminho percorrido até aqui ajuda refletir sobre os múltiplos contextos nos quais a gravidez na adolescência pode ocorrer. Considerar esses contextos é um dos caminhos para um fazer ético. Como descreveu Guareschi (2008), é uma questão ética considerar o contexto no qual a pessoa está inserida e ter uma práxis que tenha como objetivo assegurar os seus direitos.

Em carácter complementar, como dispõe o terceiro princípio fundamental do Código de Ética do/a psicólogo/a: “O [/a] psicólogo[/a] atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005, p. 7).

Com esse trabalho, foi possível resgatar as multiplicidades de vivências da gravidez na adolescência, assim como conceitos e representações que as atravessam. Abrir espaço para repensar temas como violência, aborto, desigualdades de gênero, raça e classe, e o papel da religião na constituição dos sujeitos.

Refletir e estudar sobre a gravidez na adolescência, se torna um fazer ético na medida em que se compromete a entender as diferentes subjetividades e

contextos nos quais pode ocorrer, e assim lutar pela garantia dos direitos que possibilitaram que a gravidez seja uma escolha que não comprometa a vida da adolescente, da criança a ser gerada. Demandando do Estado um ambiente saudável onde a família e a sociedade se sintam corresponsáveis na formação das redes de apoio.

A questão da gravidez na adolescência, tem relação com os condicionantes e determinantes de saúde, com os direitos constitucionais reafirmados pelo ECA. Os direitos o acesso a bens e serviços necessários à vida devem ser assegurados às/aos adolescentes, para que a decisão pela gravidez na adolescência seja tomada com todo o suporte da sociedade/comunidade, família e Estado, sem que prejudique a saúde e bem-estar da família, da/o adolescente e da criança.

Sugere-se que sejam desenvolvidas novas pesquisas, com o objetivo de buscar repensar a relação e o compromisso da psicologia com o adolescer e com a gravidez na adolescência. Entendendo que o conhecimento produzido gera conteúdos que se integram, como materiais disponíveis para o processo de elaboração de representações individuais e sociais, que refletem na forma como os sujeitos leem e interagem com o mundo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 201-220.

AMÂNCIO, L. O Gênero no discurso das Ciências Sociais. **Análise Social**, vol. 38, n. 168, p. 687–714, 2003. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

AMARAL, C. P. **Curso de Direito da Infância e da Adolescência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

AMORIM, I. T. **Representações Sociais da gravidez na adolescência para mães adolescentes**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Acesso em 21 de setembro, 2021, em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10128/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Isabelle%20Tavares%20Amorim.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARRUDA, A. As representações sociais: desafios de pesquisa. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: UFSC, Especial Temática, p.09-23, 2002a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/25810/22597>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ARRUDA, A. Feminismo, gênero e representações sociais. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 335-355.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, pp. 127-147, nov. 2002b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/T4NRbmqpmw7ky3sWhc7NYVb/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª Reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARKER, S. L.; CASTRO, D. M. F. de. Gravidez na adolescência: dando sentido ao acontecimento. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: CFP, 2002, p. 78-84. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). Pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996: relatório da pesquisa. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr77/fr77.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2007, vol. 11, n. 1, p. 63-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkZzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/?lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1-32, 05 de out. 1988. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 135, p. 13563-13577, 16 de jul. 1990a. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/07/1990&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=80>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 151, p. 1-4, 8 de ago. 2006. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/08/2006&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=56>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 151, p. 1-2, 10 de ago. 2009. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/08/2009&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=96>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 46, p. 1-4, 9 de mar. 2016. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/03/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=256>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 13.798 de 3 de janeiro de 2019. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 3, p. 3, 4 de jan. 2019. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=3&data=04/01/2019>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Legislativo. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 180, p. 18055-18059, 20 de set. 1990b. Seção 1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1196309/pg-1-sec-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-09-1990>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Campanha visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Nota à imprensa**. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/janeiro/nota-a-imprensa>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência é celebrada com ações de conscientização**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/semana-nacional-de-prevencao-a-gravidez-na-adolescencia-e-celebrada-com-acoes-de-conscientizacao>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica: Saúde Sexual e Reprodutiva**. Brasília, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcdad26.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco Teórico Referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens: versão preliminar**. Brasília, 2007. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde**

do Homem: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_home_m.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Ministério de Saúde. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica.** 2ª ed. Brasília, 2018. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL Supremo Tribunal Federal. **Súmula 593.** O crime de estupro de vulnerável configura-se com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente. Brasília, DF: Núcleo de Análise de Acórdãos e Divulgação de Jurisprudência - NADJUR, 2017. Disponível em:
<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/decisoes-em-evidencia/26-10-2017-2013-sumula-593-do-stj>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e a teoria feminista. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 213-230.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2013. Disponível em:
<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 22 out. 2022.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 271-289.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Resolução n.º 10/05. Brasília: CFP, 2005. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

CURADO, J. C.; JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de gênero na psicologia (1980-2016): Aproximações e distanciamentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 41, p. 1-16, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/5RkKbzYZDDxh5QHGspbwJp/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Eduardo Lúcio Nogueira. 9ª ed. Editorial Presença: Lisboa, 2004.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

GUARESCHI, P. A. Ética e paradigmas. In: PLONER, K. S. *et al.* (org.). **Ética e paradigmas na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 18-38. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/gfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

GROSSMAN, E. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência & Saúde**, vol, 7, n. 3, p. 47-51, 2010. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v7n3a07.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das Representações Sociais**. Trad. Lucelena Ferreira. Sociedade e Estado, vol. 24, n. 3, p. 679-712, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

JODELET, D. O encontro dos saberes. In: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 59-77.

KAHHALE, E. M. S. P. Gravidez na Adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, S. (org.). **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003., p. .91-101

KAHHALE, E. M. P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 221-238.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 38-51.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 237-256.

LIEBESNY, B.; OZELLA, S. Projeto de vida na promoção de saúde. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: CFP, 2002, p. 62-67. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. Tese (Doutorado em Psicologia) –Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São

Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156430. Acesso em: 08 set. 2021.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo deolonial. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 357-377.

MARTINS, P. O.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. O Ter e o Ser: Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 16, n. 3, p. 555-568, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/YQ8v3FqPDqPykCXRm4XTR8N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2021.

MARCOVÁ, I. A fabricação da Teoria das Representações Sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 358-375, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3VdRjVMytzZqPRjWPkPNKTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2021.

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 55, n. 1, p. 42-55, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672003000100006. Acesso em: 06 out. 2021.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Trad. de Pedrinho A. Guarechi, 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. **A invenção da sociedade: sociologia e psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, vol. 18, n.1, p. 49-55, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2021.

NOGUEIRA, M. J. *et al.* "Qualé, papai! Um outro olhar sobre a paternidade adolescente": O uso da fotografia no campo da Saúde Coletiva. **Tempus: actas de saúde coletiva**, Brasília, vol. 8, n. 4, p. 77-93, 2014. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1585/1352>. Acesso em: 27 set 2022.

OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 14, n.3, p. 272, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/Lm8BZWqLdHCyCzSKJJLYzHG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento. **Plataforma de Cairo**. Cairo: ONU, 1994. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); FUNDO DAS NAÇÕES PARA A INFÂNCIA (UNICEF); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (FNUAP). **Saúde reprodutiva de adolescentes: uma estratégia para ação**. OMS: Genebra, 1989. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_11.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SAÚDE (OMS). **Problemas de salud de la adolescência**: informe de un comité de expertos de la OMS. OMS: Genebra, 1965. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/38485/WHO_TRS_308_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 dez. 2020.

OZELLA, S. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, S. (org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17-40.

OZELLA, S. A adolescência: uma perspectiva crítica. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: CFP, 2002, p. 16-24. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Adolescentes saúde sexual saúde reprodutiva: dossiê**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2004. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/314_1915_dossieadolescentes.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

REY, F. G. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)**: compilação, organização e notas de Maria Elisabeth Salviati. Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 03 set. 2022.

SANTOS, B. R.; MAGALHÃES, D. R.; MORA, G. G.; CUNHA, A. (Coord.). **Gravidez na adolescência no Brasil: vozes de meninas e especialistas**. Brasília: INDICA,

2017. Disponível em:

http://unfpa.org.br/Arquivos/br_gravidez_adolescencia_2017.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

SANTOS, M. F.; NETO, M. L. A.; SOUZA, Y. S. O. Adolescência em revistas: um estudo sobre representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 13, n. 2, p. 103-113, 2011. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n2/v13n2a08.pdf>. Acesso: 28 fev. 2022.

SÃO PAULO. Projeto de Lei 813/2019 de 27/11/2019. Altera a lei nº 14.485 de 19 de julho de 2007 para incluir no calendário da cidade de São Paulo a "Semana Escolhi Esperar" prevenção e conscientização sobre gravidez precoce e dá outras providências. São Paulo, SP: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?plD=193833>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. R. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, H. (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 49-80.

SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. **Revista Projeto História**, n. 45, p. 327-351, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SENA FILHA, V. L. M. **Representações Sociais da gravidez na adolescência para profissionais de Unidades de Saúde da Família**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10272/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Vera%20L%C3%BAcia%20de%20Moura%20Sena%20Filha.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

SENA FILHA, V. L. M.; CASTANHA, A. R. (2014). Profissionais de unidades de saúde e a gravidez na adolescência. **Psicologia & Sociedade**, vol. 26, n. spe., 2014, p. 79-88. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sx4YsPf8mSgL6RbLwKr9PNq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A.

(org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2ª ed. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 101-122. Disponível em:
<http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/TRS50anos2aEdRevDez19r.pdf>.
Acesso em: 14 jul. 2020.

APÊNDICE A - Nascimento por ocorrência segundo Idade da mãe, com base nos dados do DataSUS

| Idade da mãe | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| TOTAL | 2.861.868 | 2.913.160 | 2.905.789 | 2.904.027 | 2.979.259 | 3.017.668 | 2.857.800 | 2.923.535 | 2.944.932 | 2.849.146 | 2.730.145 |
| Menor de 10 anos | | 1 | 2 | | 1 | 1 | 4 | | | 3 | |
| 10 a 14 anos | 27.049 | 27.785 | 28.236 | 27.989 | 28.244 | 26.700 | 24.135 | 22.146 | 21.172 | 19.330 | 17.579 |
| 15 a 19 anos | 525.581 | 533.103 | 531.909 | 532.002 | 534.364 | 520.864 | 477.246 | 458.777 | 434.956 | 399.922 | 364.074 |
| 20 a 24 anos | 791.812 | 779.269 | 756.996 | 738.935 | 745.007 | 751.669 | 721.301 | 730.118 | 723.352 | 697.478 | 670.389 |
| 25 a 29 anos | 718.435 | 727.931 | 713.126 | 703.863 | 722.174 | 728.404 | 680.476 | 696.863 | 696.559 | 674.427 | 657.405 |
| 30 a 34 anos | 499.425 | 527.466 | 547.775 | 563.005 | 584.970 | 601.650 | 570.091 | 593.766 | 611.715 | 597.119 | 569.316 |
| 35 a 39 anos | 235.051 | 250.906 | 259.334 | 268.537 | 290.901 | 311.036 | 307.406 | 338.102 | 365.814 | 364.105 | 352.885 |
| 40 a 44 anos | 59.940 | 62.086 | 63.897 | 65.196 | 68.876 | 72.391 | 72.437 | 78.731 | 85.978 | 90.968 | 92.745 |
| 45 a 49 anos | 4.093 | 4.173 | 4.142 | 4.137 | 4.234 | 4.489 | 4.321 | 4.669 | 4.920 | 5.310 | 5.262 |
| 50 a 54 anos | 245 | 279 | 270 | 258 | 318 | 299 | 258 | 263 | 323 | 347 | 373 |
| 55 a 59 anos | 39 | 40 | 29 | 50 | 60 | 49 | 47 | 37 | 50 | 45 | 34 |
| 60 a 64 anos | 2 | 16 | 19 | 12 | 15 | 17 | 26 | 18 | 21 | 18 | 30 |
| 65 a 69 anos | 2 | 8 | 4 | 2 | 1 | 2 | 1 | | 3 | 2 | 3 |
| Idade ignorada | 194 | 97 | 50 | 41 | 94 | 97 | 51 | 45 | 69 | 72 | 50 |

Fonte: Dados disponibilizados pelo MS/ Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/ Departamento de Análise da Situação de Saúde (DASIS) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC na plataforma do DataSUS (2022): <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>.

APÊNDICE B - Descritor "Gravidez na adolescência"

| | BDTD | CAPES | TOTAL |
|---------------|------|-------|-------|
| Total | 348 | 681 | 1029 |
| 2010-2020 | 220 | 407 | 627 |
| CH-Psicologia | 11 | 43 | 54 |

Fontes: BDTD (2021), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE C- Palavras-chave "adolescência" AND "gravidez" AND "psicologia"

| | BDTD | CAPES | TOTAL |
|---------------|------|-------|-------|
| Total | 120 | 134 | 254 |
| 2010-2020 | 81 | 65 | 146 |
| CH-Psicologia | 19 | 48 | 65 |

Fontes: BDTD (2021), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE D - Organização inicial dos trabalhos pelos dados diretos, disponibilizados pela plataforma

| | BDTD | CAPES | TOTAL |
|--|------|-------|-------|
| Dados diretos da plataforma, com os filtros (ano de publicação e área de conhecimento) | 30 | 91 | 121 |
| Eliminando trabalhos repetidos, por plataforma | 19 | 54 | 73 |
| Eliminando trabalhos repetidos (total final) | | | 62 |

Fontes: BDTD (2021), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE E - Nova organização dos trabalhos, manual, sobre os dados disponibilizados pela plataforma

| | BDTD | CAPES | TOTAL |
|---|------|-------|-------|
| Após inserir programas não apresentados nos dados disponibilizados pela plataforma e incluir, na seleção, trabalhos com programas selecionados na busca (nova), pelo termo "Psicologia", na planilha com dados de 2010-2020 | 66 | 107 | 173 |
| Eliminando trabalhos repetidos, por plataforma | 40 | 65 | 105 |
| Eliminando trabalhos repetidos (total final) | | | 73 |

Fontes: BDTD (2021), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

**APÊNDICE F - Primeira exclusão de títulos: trabalhos que não se referem à
“gravidez na adolescência” (ou similar)**

| |
|---|
| A gestão de cuidados no cotidiano de um serviço de atenção à saúde do homem. |
| A política de saúde no enfrentamento ao trabalho precoce. |
| Configurações familiares contemporâneas: significações de famílias monoparentais masculinas. |
| Constituição do eu e a transmissão vertical do HIV: um estudo psicanalítico com adolescentes soropositivos. |
| A sexualidade de mulheres vivendo com AIDS: contribuições da psicanálise (Não Disponível). |
| Educação para saúde e sexualidade: retratos de estudantes universitários. |
| Obesidade em crianças e adolescentes: temperamento, estresse, coping e risco psicossocial familiar. |
| Produções discursivas sobre saúde e masculinidades em um serviço público de atenção à saúde dos homens. |
| Revelação secundária e estigmatização: a trajetória de jovens órfãos soronegativos cujos pais morreram de AIDS. |
| A produção de paternidade em procurando Nemo: performatividade em redes heterogêneas. |
| Masculinidades no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher: performances em cena. |
| Significações sobre adolescência e promoção da saúde entre os participantes de um grupo educativo. |
| Violência de gênero e educação: nas malhas e tramas discursivas de documentos de domínio público'. |
| Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack. |
| Entre os muros da escola: posicionamentos de estudantes sobre sexualidade e gênero. |
| Estratégia de saúde da família e o atendimento aos adolescentes. |
| Juventudes e políticas em debate: representando a violência. |
| Exploração sexual no contexto amazônico de grandes obras: uma análise do papel da escola. |
| Filhos/as de Suape: sexualidade e reprodução entre jovens mulheres evangélicas residentes em Cabo de Santo Agostinho/PE. |
| Nós escutamos: as histórias de vida das adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto. |
| Percepções e sentimentos de adolescentes criados por avós. |
| Avós de uma comunidade de baixa renda: percepções e vivências sobre a criação dos netos. |
| Confiança como Fator de Risco e Vulnerabilidades em Parcerias Afetivo-Sexuais de Adolescentes. |
| Comportamento sexual de risco em adolescentes escolares. |
| A sensibilização ao cuidado parental modifica a percepção de imprevisibilidade e o início da vida reprodutiva de adolescentes? (Não Disponível). |
| Representações sociais do aleitamento materno na perspectiva de mães acompanhadas em um Distrito Sanitário da cidade do Recife. |
| Ressonâncias psíquicas maternas na psicose do filho: uma leitura psicanalítica. |
| Caracterização das relações entre depressão pós-parto, modelos culturais de self, etnoteorias e práticas maternas em uma amostra paulistana atendida pelo sistema público de saúde. |
| “Por medo de ter que casar”: namoro, virgindade e gravidez nas narrativas de jovens mulheres da microrregião de Suape/PE. |
| A experiência da maternidade na gravidez múltipla concebida com o auxílio de técnicas de |

| |
|-----------------------|
| reprodução assistida. |
|-----------------------|

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela BDTD (2021) e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE G- Segunda exclusão de títulos: trabalhos referentes à maternidade, paternidade e aborto na adolescência

| |
|---|
| |
| “Foi a melhor coisa que eu fiz”: aborto induzido entre adolescentes de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro. |
| A constituição da paternidade na maternidade adolescente. |
| Dimensões subjetivas de mães adolescentes em contexto de vulnerabilidade social. |
| Paternidade e maternidade na adolescência: produção de saberes e sentidos compartilhados por adolescentes. |
| Representações sociais da maternidade por mulheres adolescentes. |
| Tornar-se avó e a transmissão transgeracional no contexto da maternidade na adolescência. |
| Necessidades e conflitos emocionais de adolescentes mães abrigadas nos períodos pré e pós-nascimento, sob o olhar da teoria de D.W.Winnicott. |
| Um estudo psicanalítico sobre a maternidade na adolescência: histórias de abandono, violência e esperança na trajetória de três jovens mães. |
| Um olhar sobre a paternidade adolescente: especificidades de uma vivência. |
| Paternidade adolescente e os projetos de vida na gestação do primeiro filho. |
| O envolvimento paterno de adolescentes com o bebê. |
| Adolescentes mães em contexto de vulnerabilidade social: uma perspectiva winnicottiana dos cuidados maternos e o ato de alimentar (Não Disponível). |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela BDTD (2021) e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE H - Terceira exclusão de títulos: trabalhos que ainda se distanciam da proposta desta pesquisa, não estão disponíveis ou não correspondem aos critérios de inclusão

| |
|---|
| Trabalhos que abordam a gravidez ou gestação na adolescência, porém o primeiro a apresenta como item na avaliação de comportamentos de risco à saúde em adolescentes, o segundo e o terceiro não possuem os arquivos (PDFs) disponíveis, e o quarto e o quinto apresentam nos arquivos (PDFs) data anterior a 2010, apesar de constarem como publicados em 2010 nos bancos de dados |
| Adolescência e sexualidade: vulnerabilidade às DSTs, HIV/AIDS e a gravidez em adolescentes paraibanos. |
| From pregnancy to motherhood among adolescents: a longitudinal study on factors associated with mother-infant interaction in brazil (Não Disponível). |
| Estrutura e Dinâmica de Funcionamento das Famílias de Origem de Adolescentes com Gestação em Curso (Não Disponível). |
| Retração precoce do bebê e humor de gestantes adolescentes de baixa renda (2009). |
| gravidez na adolescência: como se configura no Brasil e em Portugal? (2009). |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pela BDTD (2021) e pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE I - Título dos 19 trabalhos selecionados para a Análise de Conteúdo

| Texto | Autoria | Trabalhos referentes à “gravidez na adolescência” (ou gestação na adolescência) |
|-------|---|---|
| 1 | AMORIM, Isabelle Tavares | Representações sociais da gravidez na adolescência para mães adolescentes. |
| 2 | SENA FILHA, Vera Lúcia de Moura | Representações Sociais da gravidez na adolescência para profissionais de Unidades de Saúde da Família. |
| 3 | KUDLOWIEZ, Sara | Programa de atendimento à adolescentes grávidas e a construção de um projeto de vida. |
| 4 | ALMEIDA, Denise Soares de | Percepção do suporte familiar em adolescentes com repetição gestacional. |
| 5 | INACIO, Ana Luiza Rodrigues | Relações familiares frente à repetição da "gravidez na adolescência". |
| 6 | DEUS, Meiridiane Domingues de | Tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. |
| 7 | SILVA, Elisângela Ribeiro da | Mosaico de experiências: construindo sentidos sobre a gravidez na adolescência. |
| 8 | ALCÂNTARA, Kayse Luiza Oliveira De Carvalho | Tensões discursivas em uma trajetória de estudos sobre a gravidez na adolescência. |
| 9 | ALVES, Renato | O processo de desenvolvimento de um programa de visitação domiciliar para adolescentes gestantes e mães. |
| 10 | COSTA, Gline Cavalcante | A maternidade sob o olhar de adolescentes grávidas. |
| 11 | MENDONÇA, Renata Lucindo Ferreira | Gravidez na adolescência: Uma resposta ao Outro? |
| 12 | FERREIRA, Loraine Seixas | Técnicas projetivas gráficas em adolescentes gestantes: estudo compreensivo. |
| 13 | MARTINS, Letícia Wilke Franco | Aspectos transgeracionais e desenvolvimentais nos modelos de mãe em gestantes adolescentes. |
| 14 | FARIAS, Rejane de | Gravidez entre 12 e 14 anos: repercussões na vida de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social. |
| 15 | GARBO, Magda Guerato | Gravidez na adolescência, reflexo na conjugalidade - acalentando sonhos. |
| 16 | RÊGO, Maria Helena de Medeiros | Resiliência e apego materno-fetal em gestantes adolescentes. |
| 17 | CARVALHO, Ana Claudia Barbosa de Araújo | Estudos sobre a gravidez na adolescência: um olhar psicossocial (Estudo sobre o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) em adolescentes grávidas). |
| 18 | PATIAS, Naiana Dapieve | Gravidez na adolescência: fatores que tornam adolescentes vulneráveis ao fenômeno. |
| 19 | ARCOVERDE, Lílian Rocha | Gravidez e juventude no meio urbano e rural: significados e aproximações. |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, BDTD (2021), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

APÊNDICE J - Os 19 trabalhos organizados conforme os dados referentes aos programas, segundo a Plataforma Sucupira – CAPES

| Texto | Nome do Programa | Código do Programa | Sigla da IES | UF | ME | DO |
|-------|--|--------------------|--------------|----|----|----|
| 1 | Psicologia | 25001019066P1 | UFPE | PE | 4 | 4 |
| 2 | Psicologia | 25001019066P1 | UFPE | PE | 4 | 4 |
| 3 | Psicologia Forense | 40020010004P6 | UTP | PR | 3 | - |
| 4 | Psicologia | 23001011025P8 | UFRN | RN | 5 | 5 |
| 5 | Psicologia | 32006012021P0 | UFU | MG | 4 | - |
| 6 | Psicologia | 42002010046P9 | UFSM | RS | 4 | 4 |
| 7 | Psicologia (Psicologia Clínica) | 31005012009P0 | PUC-RIO | RJ | 5 | 5 |
| 8 | Psicologia | 27001016022P0 | FUFSE | SE | 4 | 4 |
| 9 | Psicologia Escolar E Do Desenvolvimento Humano | 33002010038P7 | USP | SP | 4 | 4 |
| 10 | Psicologia | 26001012032P2 | UFAL | AL | 3 | - |
| 11 | Psicologia | 32008015012P3 | PUC/MG | MG | 5 | 5 |
| 12 | Psicologia Clínica | 33002010039P3 | USP | SP | 5 | 5 |
| 13 | Psicologia | 42001013047P5 | UFRGS | RS | 7 | 7 |
| 14 | Psicologia | 41001010036P4 | UFSC | SC | 5 | 5 |
| 15 | Psicologia (Psicologia Clínica) | 33005010014P3 | PUC/SP | SP | 4 | 4 |
| 16 | Psicologia | 23001011025P8 | UFRN | RN | 5 | 5 |
| 17 | Psicologia | 52001016071P1 | UFG | GO | 3 | - |
| 18 | Psicologia | 42002010046P9 | UFSM | RS | 4 | 4 |
| 19 | Psicologia | 25001019066P1 | UFPE | PE | 4 | 4 |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Plataforma Sucupira – CAPES (2022): <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>.

Notas: IES (Instituição de Ensino Superior), UF (Unidade Federativa), ME (Mestrado Acadêmico) e DO (Doutorado Acadêmico).

APÊNDICE K - Dados referentes ao número de nascimentos por ocorrência, considerando Regiões do país e Idade da mãe (>20 anos) no período de 2010-2020

| Idade da mãe | < 10 anos | 10 a 14 anos | 15 a 19 anos | Total |
|---------------------|-----------|--------------|--------------|-----------|
| Região Nordeste | 5 | 102.971 | 1.762.957 | 1.865.933 |
| Região Sudeste | 3 | 69.523 | 1.726.385 | 1.795.911 |
| Região Norte | 2 | 51.870 | 799.060 | 850.932 |
| Região Sul | 1 | 24.866 | 602.859 | 627.726 |
| Região Centro-Oeste | 1 | 21.135 | 421.537 | 442.673 |
| Total | 12 | 270.365 | 5.312.798 | 5.583.175 |

Fonte: Dados disponibilizados pelo MS/SVS/DASIS - SINASC, na plataforma do DataSUS (2022): <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>.

APÊNDICE L - Os 19 trabalhos organizados conforme a orientação/ enfoque teórico

| | ORIENTAÇÃO/ ENFOQUE TEÓRICO |
|----------|--|
| Texto 01 | Teoria das Representações Sociais. |
| Texto 02 | Teoria das Representações Sociais. |
| Texto 03 | Psicologia Sócio-histórica. |
| Texto 04 | Pesquisa de desenho transversal e analítico. Faz uso do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF). |
| Texto 05 | Construcionista Social. |
| Texto 06 | Construcionismo Social como perspectiva epistemológica e Teoria Fundamentada nos Dados -TFD (<i>Grounded Theory</i> – Barney Glaser e Anselm Strauss) para organização e análise dos dados. |
| Texto 07 | Dialoga com a perspectiva Construtivista da Sexualidade e da Reprodução na Adolescência. |
| Texto 08 | Leitura de M. Foucault (noções de discurso, formações discursivas, modos de subjetivação, poder/resistência). |
| Texto 09 | Leitura de M. Foucault – governabilidade e biopoder, biopolítica, noção de risco (incluindo risco à vulnerabilidade e vulnerabilidade social). |
| Texto 10 | Psicanálise de Winnicott. |
| Texto 11 | Psicanálise (conceitos: adolescência, maternidade, <i>acting out</i> e passagem ao ato). |
| Texto 12 | Teoria psicanalítica. |
| Texto 13 | Teoria psicanalítica (conceito de transgeracionalidade e modelos de mãe). |
| Texto 14 | Estudo descritivo- exploratório, de método qualitativo. Teoria Fundamentada Empiricamente (<i>Grounded Theory</i> - Anselm Strauss e Juliet Corbin) para análise dos dados e, na fundamentação teórica usa a Teoria do Ciclo Vital (citando Carter e McGoldrick, Cerveny, Erik Erickson, Winnicott e Aberastury). |
| Texto 15 | Teoria do Ciclo Vital - Cerveny (ciclo vital das famílias). |
| Texto 16 | Estudo quantitativo, correlacional e de corte transversal. Trabalha com os constructos Resiliência (Escala de Resiliência) e Apego (Escala de Apego Materno-Fetal). |
| Texto 17 | Estudo de caráter descritivo e inferencial, com metodologia quantitativa e qualitativa. Faz uso do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e é atravessado pelos Estudos de gênero. |
| Texto 18 | Abordagem psicossociais e interacionista, inserido na área de estudos da Psicologia Social sobre Adolescência/Juventude e Sexualidade, e faz uso do Inventário de Estilos Parentais. |
| Texto 19 | Estudo antropológico, de abordagem qualitativa, tendo como base epistemológica os estudos interacionistas e críticos da sociedade, e os Estudos de gênero. |

Fonte: Textos selecionados neste estudo.

APÊNDICE M - Local de pesquisa, sujeitos da pesquisa/população e objetivo geral dos 19 textos selecionados neste estudo

| TEXTO | LOCAL DA PESQUISA | SUJEITOS DA PESQUISA/ POPULAÇÃO | OBJETIVO GERAL |
|--------------|---|--|---|
| 01 | Unidades de Saúde da Família (USF) da Mesorregião metropolitana do Recife e da Zona da Mata Pernambucana. | 50 adolescentes do sexo feminino na faixa etária entre 14 e 19 anos, que estavam passando pela experiência de gravidez ou tinham passado a menos de um ano. | Investigar as RS sobre a gravidez na adolescência para mães adolescentes. |
| 02 | Unidade de Saúde da Família (USF) da Mesorregião Metropolitana de Recife e da Mesorregião da Mata Pernambucana. | 61 profissionais da USF. | Apreender as representações sociais de gravidez na adolescência para os profissionais de saúde das USF. |
| 03 | Sala de serviço de psicologia, contigua a do atendimento obstétrico, na maternidade do SUS, referência no atendimento a gestantes adolescentes, da cidade de Curitiba-PR. | 16 adolescentes grávidas, faixa compreendida entre 13 e 19 anos, provenientes de Curitiba-PR, atendidas no ambulatório de pré-natal, em maternidade do SUS. Em sua maioria, pertencente a classes sociais economicamente desfavorecidas, estudaram ou estudaram em escola pública e todas participaram do Programa Adolescente Saudável. | Compreender o projeto de vida de adolescentes grávidas (Artigo 01); Investigar a avaliação que adolescentes grávidas atendidas em uma maternidade pública do município de Curitiba-PR fazem do Programa Adolescente Saudável no que diz respeito à prevenção da gravidez na adolescência, tendo como referência a satisfação com a atividade, a clareza das informações, a eficácia do programa e a necessidade de novas informações (Artigo 02). |
| 04 | Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB), na cidade Santa Cruz, RN. | 84 adolescentes puérperas multigestas (11-19 anos). | Averiguar relações entre a percepção de suporte familiar em adolescentes com reincidência gestacional e os aspectos sociodemográficos, obstétrico, psicossociais |
| 05 | Domicílio das pessoas entrevistadas (núcleos familiares). | Três núcleos familiares (incluindo a que é/foi gestante na “adolescência”), de famílias cadastradas e que recebiam atendimento em uma UAPSF (Unidade de Atenção Primária em Saúde da Família) do município de Uberlândia – MG – 6 participantes ao todo. | Compreender os sentidos produzidos nas relações familiares frente à repetição gestacional da “gravidez na adolescência”. |
| 06 | Unidades Básicas de Saúde em um município do Interior do Rio Grande do Sul. | Participaram da pesquisa 12 mulheres na faixa etária dos 29 a 55 anos, com filhas adolescentes gestantes com idades entre 13 e 19 anos. | Conhecer como ocorreu o processo de tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. |
| 07 | Instituições de saúde pública (Hospital | 32 adolescentes grávidas, com idade entre 13 | Refletir sobre a temática da gravidez na |

| | | | |
|----|---|---|--|
| | Maternidade Oswaldo Nazareth -9- e Maternidade Escola da UFRJ -21). | e 18 anos. | adolescência, por meio do discurso de adolescentes grávidas na cidade do RJ. |
| 08 | Tem como campo o material produzido no Trabalho da Conclusão de Curso (TCC – graduação) e este foi realizado no bairro da Várzea. | 10 jovens do sexo feminino entre 16 e 21 anos, residentes no bairro da Várzea da cidade de Recife (TCC). | (Desta pesquisa) Apresentar conflitos da gravidez na adolescência como lugar de formulações discursivas a partir de um percurso de sentidos sobre uma trajetória de pesquisa. |
| 09 | 1ª fase (entrevistas individuais ou grupais com 29 adolescentes - 12 gestantes e 17 mães adolescentes de 14 a 19 anos - cobrindo 5 regiões da cidade de SP - por intermédio de projetos sociais), 2ª fase (55 encontros em grupo em Heliópolis SP/SP, com 4 mães adolescentes entre 15 e 19 anos - para testar o guia elaborada pela coord. do programa - 3 psicólogos, 1 enfermeiro e 1 advogada - e verificar a viabilidade de acompanhamento semanal às adolescentes e seus filhos), 3ª fase (Jardim Ângela -testar a viabilidade das visitadas domiciliares às adolescentes mães e gestantes entre 15 e 20 anos - contando com a ajuda de outros projetos da prefeitura de SP), e Estudo Piloto (Jardim Ângela estendendo à outra região desta, que é a Cidade Ipava - visitas domiciliares e grupos mensais atendendo ao total de 71 mães e gestantes adolescentes de 13-20 anos - equipes compostas por visitadoras, supervisores e coordenação). | Adolescentes mães e gestantes entre 15 e 20 anos. | Relatar o processo de desenvolvimento de um programa de visita domiciliar para adolescentes gestantes e mães, implementado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). |
| 10 | Na casa de uma das participantes, em uma Unidade Básica de Saúde, e no setor da maternidade no Hospital Universitário de Alagoas. | 4 adolescentes grávidas (idades: 18, 16, 18 e 15 anos). | Compreender e analisar o processo de desenvolvimento da maternidade junto as adolescentes grávidas. |
| 11 | ONGs (Manjedoura e Coméia), de BH, que acolhem mulheres gestantes e mães- uma apenas acolhe e outra abriga. | Gestantes "garotas" entre 13 e 17 anos, com características sociais e econômicas semelhantes, embora o tempo e a condição da gestação fossem distintos - atendidas em duas instituições - uma apenas acolhe e outra | Tentar responder sobre o sentido da gravidez na adolescência na atualidade. |

| | | | |
|----|---|--|--|
| | | abriga, duas ONGs que acolhem gestantes e mães. | |
| 12 | Hospital Escola de São Paulo/SP (USP) e escola regular de São Paulo - SP. | 44 adolescentes gestantes, sem relato de grave violência, por exemplo, sexual ou abandono familiar real (grupo clínico) e 42 adolescentes não gestantes e sem relatos de violência (grupo controle) - todas tinham até 18 anos de idade. | Compreender os aspectos psicológicos de adolescentes Gestantes, através da identificação de seus mecanismos de Defesa e demais projeções, obtidas por meio das técnicas Expressivas gráficas Desenho da Figura Humana (DHF) e Teste do Desenho da Pessoa na Chuva. |
| 13 | Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – Secretaria Municipal De Saúde – Porto Alegre. Onde ocorre o projeto GRADO. Sobre o projeto: "Todas são participantes do projeto "Aspectos Biopsicossociais da Gravidez Adolescente: Estudo Longitudinal da Gestação ao Segundo Ano de Vida da Criança" – GRADO. Este estudo multicêntrico acompanhou 180 gestantes adolescentes, residentes em Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande". | Participaram do estudo 54 adolescentes com idades entre 13 e 18 anos que estavam no terceiro trimestre de gravidez. Foi utilizado um delineamento de grupos contrastantes, sendo o primeiro grupo constituído por 26 adolescentes que possuíam histórico materno de gravidez na adolescência e o segundo, por 28 que não o possuíam. | Investigar os aspectos transgeracionais e desenvolvimentais presentes nos modelos de mãe em adolescentes grávidas, ao comparar tais modelos entre as adolescentes com histórico materno de gravidez na adolescência e as que não possuíam tal histórico. |
| 14 | Região de abrangência de UBSs de dois municípios da Região da Grande Florianópolis - SC. | 10 adolescentes que engravidaram com no máximo 14 anos e que estavam com o/a primeiro/a filho/a entre 1 e 3 anos (selecionadas e identificadas com o auxílio das equipes de saúde). | Caracterizar as repercussões da gravidez em adolescentes, cuja concepção ocorreu no período de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social. |
| 15 | Sala cedida pelo Núcleo espírita da periferia de São Paulo. | 3 mulheres (15-30 anos, em situação de vulnerabilidade e participante do curso de gestante em instituição -filantrópica -na periferia da Zona Norte de SP) que engravidaram na adolescência e tiveram conjugalidade na época. | Entender como é construído o relacionamento na adolescência que resultam da gravidez adolescente. |
| 16 | UBS do Distrito Sul de Natal - RN (diferentes realidades socioeconômicas). | 77 adolescentes gestantes que realizavam pré-natal nas UBS do Distrito Sul de Natal - RN (diferentes realidades socioeconômicas). | Averiguar a correlação entre resiliência e apego materno-fetal em adolescentes gestantes. |
| 17 | Um projeto social da cidade de Goiânia, Goiás, em dois grupos de participantes, que se reuniram semanalmente. Programa "Meninas de Luz", realizado no Centro Social | Adolescentes grávidas atendidas por uma organização social da cidade de Goiânia, Goiás, Brasil. | Identificar os aspectos psicossociais da gravidez na adolescência. |

| | | | |
|----|--|--|---|
| | Dona Gercina Borges Teixeira, criado em 1999 e presta serviço de assistência social às adolescentes grávidas em estado de vulnerabilidade social- oferecido pela Organização das Voluntárias de Goiás – OVG. A instituição, durante os encontros, cedeu um momento para que a pesquisa pudesse ser realizada com as participantes. | | |
| 18 | Duas escolas públicas do município de Santa Maria -RS (não gestantes) e duas Unidades Básicas de Saúde de uma cidade do interior do RS (gestantes). | 50 adolescentes gestantes primíparas no 3º trimestre (UBS) e não gestantes (escola) com idades de 13 a 19 anos. | Comparar as práticas educativas parentais vividas por adolescentes gestantes e não gestantes com idades de 13 a 19 anos (Artigo 02). Comparar as opiniões sobre maternidade de adolescentes grávidas e não grávidas, que frequentavam Unidades Básicas de Saúde e escolas públicas em uma cidade do interior do RS, Brasil (Artigo 03). Comparar essas variáveis com a ocorrência da gestação na adolescência em dois grupos (50 grávidas e 50 não grávidas) (Artigo 04). |
| 19 | Duas regiões de Pernambuco (contexto urbano e rural). | Uma jovem grávida (18anos) do contexto urbano, uma jovem mãe de dois filhos (15 anos) do contexto rural, e suas respectivas redes de convívio e apoio. | Analisar, a partir da experiência da gravidez, as trajetórias afetivo-sexuais de duas jovens e seus parceiros sexuais, em duas regiões de Pernambuco (contexto urbano e rural), à luz das questões de gênero. |

Fonte: Textos selecionados neste estudo.

APÊNDICE N - Métodos de coleta de dados e métodos de análise de dados dos 19 textos selecionados neste estudo

| TEXTO | MÉTODOS DE COLETA DE DADOS | MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS |
|-------|--|---|
| 01 | Questionário sociodemográfico; Questionário de vivência da sexualidade, práticas preventivas e de caracterização da gravidez; e Entrevista semiestruturada. | Software SPSS, Estatística descritiva e Análise de Conteúdo (temática)- Bardin. |
| 02 | Questionário sociodemográfico, Questionário de Associação Livre de Palavras (TALP) e Entrevista semiestruturada. | Software EVOC e Análise Conteúdo (temática) - Bardin. |
| 03 | Entrevistas semiestruturadas. | Análise Conteúdo (Análise Qualitativa de Conteúdo – Flick) e abordagem da Psicologia Sócio-histórica. |
| 04 | Questionário estruturado com aspectos sociodemográficos, obstétricos e psicossociais, e Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF). | Software de processamento de dados (SPSS), estatística descritiva, crivo de correção do IFSF, testes de Correlação de Pearson, teste do X ² (qui-quadrado), Teste T de Student e ANOVA. |
| 05 | Entrevistas individuais semiestruturadas (seis entrevistas – 3 famílias). | Categorias de análise, perspectiva construcionista social e construção de sentidos |
| 06 | Ficha de Dados socioeconômicos, Entrevistas semiestruturadas (uma sobre a relação entre mãe-filha e percepções sobre a gravidez da filha e uma sobre o processo de tornar-se avó) e Jogo de sentenças incompletas. | "As análises das informações basearam-se no modelo teórico da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD)" - método da Grounded Theory (DFT). |
| 07 | Entrevista ("entrefalas"). | Perspectiva Construtivista da Sexualidade e da Reprodução na Adolescência. |
| 08 | Documento do período da graduação da própria autora- TCC (neste utilizou entrevistas e método bola de neve – snowball sampling). | Tem como base a etnografia e noções de discurso de Foucault. |
| 09 | Entrevistas, grupos e visitas domiciliares (descrição das ações do projeto). | Utiliza a leitura de Michel Foucault. |
| 10 | Formulário do perfil socioeconômico e de produção e reprodução social; entrevista semiestruturada (com as temáticas: história de vida e projeto de vida antes da gestação; sua história escolar e de amizade; o processo gravídico e o bebê imaginado e desejado; relações familiares e relações como pai do bebê; após o nascimento do bebê, quais os projetos de vida); e Procedimentos de Desenho de Famílias com Estórias. | Análise de Conteúdo (entrevistas) e referencial de Hammer + Teoria psicanalítica de Winnicott e as recomendações de Trinca e Tardivo(nas descrições dos desenhos - aspectos gráficos de cada produção). |
| 11 | (Método da Conversação) - método psicanalítico (inconsciente como objeto de análise, apoiado na escuta clínica, vinculado a conceitos como transferência e associação livre). Em síntese, foram realizados encontros individuais e da Conversação em duas instituições, duas ONGs que acolhem gestantes e mães. | Método psicanalítico. |

| | | |
|----|---|---|
| 12 | Entrevista individual semiestruturada (com adolescentes gestantes) e testes expressivos gráficos - Teste Desenho da Figura Humana e Teste do Desenho da Pessoa na Chuva (grupo clínico e controle). | Teste de Qui-quadrado e Teste U de Mann-Whitney (testes expressivos) - foi adotado o nível de significância 0,05. |
| 13 | Entrevista semiestruturada sobre a gravidez adolescente, aplicadas individualmente, com dois instrumentos: Entrevista de Dados Sociodemográficos e Entrevista sobre a Gravidez Adolescente – Terceiro trimestre de gestação. | Análise de Conteúdo (Bardin) qualitativa + software Nvivo10 + 3 juízes. |
| 14 | Entrevista semiestruturada e Mapa de redes. | Elaboração de categorias, com base na Teoria Empiricamente Fundamentada. |
| 15 | Entrevista semiestruturada e Genograma (Cervený). | Organização do Genograma e de categorias e subcategorias. |
| 16 | Entrevista estruturadas individuais onde respondiam ao Questionário com dados sociodemográficos e gestacionais (clínico gestacional), Escala de Resiliência, Escala de Apego Materno-Fetal. | Estatística descritiva e inferencial - utilizando um software/ programa de processamento de dados estatísticos para ciências sociais IBM SPSS (versão 25) + para inferência teste de Kolmogorov-Smirnow _ coeficiente de Spearman + Para comparação das médias: AMF (teste-t Student e análise de variância ANOVA + resiliência (teste de Mann-Whitney). |
| 17 | Entrevista semiestruturadas e Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) - três fatores: afetivo-consciente, adaptação familiar e autonomia. | Qualitativo - Os dados foram categorizados (Análise de Conteúdo - Bardin) em aspectos sociodemográficos, psicossociais e percepção de suporte familiar. Em seguida, foi realizada uma verificação dos aspectos psicossociais e a comparação dos resultados obtidos no IPSF, cujos itens foram avaliados de forma dicotômica. Quantitativo - O software utilizado para as análises foi o Statistical Package for Social Sciences – SPSS, versão 22.0 _ teste de correlação teu de Kendall. |
| 18 | Ficha de dados sociodemográficos (questionário versão adolescente não gestante e outro para adolescente gestante) e o Inventário de Estilos Parentais - não gestantes (aplicação coletiva) e gestantes (aplicação individual, e foram realizadas entrevistas) (Artigo 02). Fichas de dados sociodemográficos e questionário adaptado que avaliava as opiniões sobre a maternidade em dois grupos de adolescentes (Artigo 03). Questionário especialmente desenvolvido para o estudo que investigou as variáveis em questão (Artigo 04). | Manual do IEP; para ficha de dados sociodemográficos foi utilizado o programa estatístico Statistical Package for de Social Sciences (SPSS), versão 13.0; teste t de Student para amostras independentes; e calculou-se o tamanho do efeito (d de Cohen) a fim de analisar se os dados possuíam muita variância em torno da média (ATIGO 02). Para análise dos dados foi utilizado o programa estatístico Statistical Package for de Social Sciences (SPSS) versão 13.0. Para comparar as opiniões sobre maternidade nos grupos de gestantes e não gestantes foram realizados testes t de student ou Mann-Withney para amostras independentes. (Artigo 03). Programa estatístico Statistical Package for de Social Sciences (SPSS) versão 13.0 (Artigo 04). |
| 19 | Entrevistas semiestruturadas. | Análise temática (Blanchet e Gotman). |

Fonte: Textos selecionados neste estudo.

APÊNDICE O - Comunidade e ramificações presentes no resultado da Análise de Similitude, após a submissão do material de análise no *software* IRAMUTEQ

| COMUNIDADES | | |
|---------------------------|----------------|---|
| Ramificações | | |
| Adolescente/s (núcleo) | Adolescente/s | <u>Superiores</u> : Estudo/s e grupo/s grupinho, Caso/s e risco/s, Aspecto/s, Pesquisa/s, Processo/s, Gestaçã/o/es, Modo/s, Pessoa/s, Próprio(a)/s, Vez/es, Novo(a)/s novinha(o), Sexual/is |
| | | <u>Inferiores/opostos</u> : Relaçã/o/es, Ano/s, Vida/s, Familiar/es, Experiência/s, Criança/s criancinha, Gestante/s, Maior/es, Desenvolvimento/s, Meio/s meia, Mesmo(a)/s, Saúde/s, Momento/s, Mãe/s maezinha, Forma/s, Família/s, Maternidade/s, Gravidez/es, Período/s |
| | Gravidez/es | <u>Superior</u> : Questã/o/es, Social/is – contexto/s, prático(a)/s |
| | | <u>Inferior/oposto</u> : Adolescência/s, Jovem/ns, Mulher/es mulherzinha, Sentido(a)/s, Diferente/s |
| | Mãe/s maezinha | Filho(a)/s/ filhinho/s - pai/s, avô(ó)/s Bebê/s bebezinho Casa/s casinha |
| | Vida/s | Projeto/s |
| Ano/s | Idade/s | |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE P - Núcleo temático Leituras sobre adolescer

| Núcleo temático LEITURAS SOBRE ADOLESCER | |
|---|---|
| Unidades de registro/ formas ativas do Iramuteq | Adolescência, Adolescente, Jovem, Período, Desenvolvimento, Gravidez, Gestaçã/o, Gestante, Mãe, Pai, Avó, Família, Relaçã/o, Grupos, Sexualidade, Sexuais, Projeto, Vida, Contracepçã/o, Escola, Profissional, Adulto, Classe, Raça, Gênero, Religiã/o, Violência, Aborto |
| Descrição | Elementos presentes nos textos que destacam as concepções e representações sobre adolescência e gravidez na adolescência, assim como temas que as atravessam |
| Categorias | Adolescência; Gravidez e Adolescência; Projetos de vida; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Temas transversais; Redes de Apoio |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE Q - Categoria Adolescência e Subcategorias Fenômeno Natural e Fenômeno Social

| Categoria Adolescência | |
|---------------------------|---|
| Subcategorias | Unidades de Contexto |
| Fenômeno Natural | <p>Para Winnicott (1961/2013), a oscilação entre condutas de dependência e rebeldia, mesclando traços típicos de imaturidade e impulsividade, exige do ambiente a estabilidade necessária para o acolhimento dessas inconstantes demandas, fazendo com que esse adolescente se sinta amparado física e socialmente (TEXTO 10, p. 15).</p> <p>Essa etapa em que o adolescente passa constantes desequilíbrios e instabilidades presente na “síndrome de adolescência normal” é um movimento comum no processo do desenvolvimento e a intensidade e gravidade do conflito será resultado da qualidade de amadurecimento e do crescimento nos primeiros anos de vida, a estabilidade dos afetos, a</p> |

| | |
|-----------------|--|
| | soma das gratificações e frustrações e a adaptação gradativa às exigências ambientais (ABERASTURY, 1983) (TEXTO 12, p. 21-22). |
| Fenômeno Social | <p>Criando uma nova forma de pensar a adolescência, a Antropologia Social enfatizou que as características do desenvolvimento psicossocial humano não precisariam ser universais, e que nem todos os adolescentes passariam, necessariamente, por um período turbulento e problemático (MARTINS E TRINDADE, 2003) (TEXTO 1, p. 25).</p> <p>Diante do exposto, a adolescência não deve estar limitada à visão de um conjunto de fenômenos universais implicados no crescimento e desenvolvimento somático-mental, uma vez que as transformações pelas quais passam os adolescentes também resultam de processos inerentes aos contextos sociais (históricos, políticos e econômicos) nos quais esses indivíduos estão imersos (FERREIRA et al., 2007) (TEXTO 2, p. 25).</p> |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE R - Categoria Gravidez e adolescência e Subcategorias Problema e Múltiplos contextos

| Categoria Gravidez e adolescência | |
|--------------------------------------|---|
| Subcategorias | Unidades de Contexto |
| Problema | <p>Os relatos sobre os motivos que levaram à gravidez, de um modo geral, evidenciam por um lado a imaturidade própria da fase adolescente (Winnicott, 1969), aliada a comportamentos descuidados com relação à contracepção, mas por outro levantam o que foi apontado por Santos e Carvalho (2006), mostrando que a possibilidade de ter um filho pode ter se transformado em um projeto de vida para as adolescentes (TEXTO 14, p. 105).</p> <p>A gravidez na adolescência é um fenômeno desestabilizador. (LIMA; SUTER, 2010). Segundo Motta, adolescente vive um período de desenvolvimento e imaturidade, e ser pai e mãe nesse momento termina sendo um grande desafio (TEXTO 15, p. 45).</p> |
| Múltiplos contextos | <p>Diversos autores conceituam a adolescência enquanto “adolescências”, considerando-se que cada indivíduo é um ser único e assim, vivencia a adolescência da sua maneira, no seu tempo, com as suas experiências e possibilidades, no entanto, é importante ampliar o entendimento da gravidez na adolescência para “as gravidezes adolescentes”, por não existir um motivo, um único significado ou um papel social que as contemplem – são inúmeras histórias e individualidade (TEXTO 17, p. 77).</p> <p>Percebe-se nesse trabalho, como em outros estudos desenvolvidos (DADOORIAN, 2003; DIAS; TEIXEIRA, 2010; XIMENES NETO, et al. 2007), que a gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, resultado de inúmeros fatores (sociais, culturais, econômicos, individuais e familiares), que juntos tornam as adolescentes mais vulneráveis ou não a gestação (TEXTO 18, p. 99).</p> |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE S - Categoria Projeto de vida

| Categoria |
|--|
| Projetos de vida |
| Unidades de Contexto |
| <p>Desse modo, para que a adolescente construa o seu projeto de vida de forma crítica e realista é necessário que ela desnaturalize a forma como o senso comum interpreta a realidade. Desnaturalização, essa, entendida como a revelação das contradições impostas a determinados fatos e relações por interesses sociais e políticos que limitam a capacidade de compreensão e de superação da situação presente negativa ou limitante (Montero, 2008, p.261) (TEXTO 3, p. 39-40).</p> <p>Deparei-me com um discurso estranho ao entrevistar as adolescentes e busquei outros textos condizentes com o estranhamento – leituras baseadas na ideia do desejo, da ascensão ao status de mulher e gravidez como um projeto de vida dessas mães adolescentes. Entretanto, essas referências e pontos de vista dispersos não pareciam alterar o discurso dominante da gravidez como um problema (TEXTO 8, p. 29).</p> |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE T - Categoria Direitos Sexuais e Reprodutivos

| Categoria |
|---|
| Direitos Sexuais e Reprodutivos |
| Unidades de Contexto |
| <p>A vivência deste período de alterações e as descobertas sexuais deixam o adolescente vulnerável à exposição de situações de risco. Dentre as quais o início precoce da atividade sexual, relações sexuais desprotegidas, o que conseqüentemente aumenta o risco de uma gravidez não planejada e/ou desejada (Almeida, Medeiros, Souza, Maia & Maia, 2014) (TEXTO 4, p. 13).</p> <p>Entendendo-se essa significação múltipla que a experiência da gravidez quando jovem pode ganhar de acordo com aspectos culturais e sociais, amplia-se a compreensão do que seria o “planejamento familiar”, e de como esse poderia estar presente na realidade dos jovens entrevistados. A reflexão acerca da adesão aos métodos contraceptivos e a prática abortiva demonstra uma conscientização, a possibilidade de decisão, que levam à construção dos sentidos de como viver a sexualidade (TEXTO 5, p. 85).</p> |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE U - Categoria Temas transversais

| Categoria |
|---|
| Temas transversais |
| Unidades de Contexto |
| <p>Em Ozella e Aguiar (2008), diante dos dados de pesquisa realizada com 856 pessoas do Ensino Médio de São Paulo, com idades entre 14 e 21 anos, de ambos os sexos, das classes econômicas de A a E, dentre brancos, negros e orientais, foram identificados fatores diferenciadores das experiências adolescentes, dentre eles: gênero, classe, cultura e idade. Esse estudo confirmou a perspectiva de que a adolescência não é vivida de maneira uniforme e atentou para o fato de que a chamada “subjetividade adolescente” é perpassada fortemente pelas questões veiculadas socialmente, a exemplo daquelas transmitidas pela mídia (TEXTO 19, p. 15).</p> <p>[Instrumentos] Entrevista de Dados Sócio demográficos (NUDIF, 2008b adaptada de PAIGA-HMIPV): Tal entrevista tem como objetivo obter informações sócio demográficas adicionais, como configuração de moradia, religião, situação profissional e etnia do casal (TEXTO 13, p. 31).</p> <p>Quando ocorreu a gestação, 85% dos pais já eram maiores de 18 anos. Em relação às mães, apenas 16,7% tinham 18 anos ou mais. Para a maioria dos casos acompanhados (87,3%) a gravidez se deu entre um rapaz maior de 18 anos e uma garota menor de idade. Esta situação, que observávamos desde as fases iniciais de elaboração do programa, parece sugerir que, entre as camadas populares, a gravidez na adolescência nem sempre envolve dois adolescentes: a mãe</p> |

geralmente é adolescente, mas o pai não (TEXTO 9, p. 253).

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE V - Categoria Redes Sociais

| Categoria Redes de apoio |
|---|
| Unidades de Contexto |
| <p>Sobre esta discussão, Stern e Garcia (1999), ressaltam que uma parte significativa das investigações sobre o tema, na área de saúde pública, parte do pressuposto equivocado de que a adolescência é uma etapa universal do desenvolvimento humano, atribuindo aos adolescentes características que se supõem generalizáveis para todos deste grupo específico. Para os autores, estes estudos desconsideram as diferenças sociais que marcam as etapas da vida e as diversas implicações que o evento tem sobre as trajetórias das jovens bem como sobre suas redes sociais (TEXTO 7, p. 23).</p> <p>Destaca-se a necessidade de estudos que contemple suas funções no meio familiar, bem como sua interação com seus filhos, genros e noras, e implicações para sua saúde física e mental. No contexto da gravidez adolescente, destaca-se a necessidade estudos que contemplem as funções das avós e avôs, bem como suas reações e percepções sobre esse evento (TEXTO 6, p. 33).</p> <p>Na Conversação com os alunos, os possíveis responsáveis pelos “atentados”, perguntamos o que estava acontecendo na escola, por que a escola estava sofrendo esses ataques explosivos? Um deles ri muito dessa pergunta e diz: “eles não nos querem aqui”. Sem lugar, os adolescentes passaram a agir, explodindo para se fazerem escutar: “não queremos ser tratados como crianças” (TEXTO 11, p. 67).</p> <p>No tocante a repetição da história familiar de gravidez adolescente entre gerações diferentes (transgeracionalidade) ou entre a mesma geração, a literatura tem apresentado que os filhos tendem a repetir a história reprodutiva de sua família (mães, irmãs, tias, primas, avós e pessoas próximas) (Patias et al., 2013) (TEXTO 16, p. 53).</p> |

Fontes: Textos selecionados neste estudo, Iramuteq.

APÊNDICE W - Dados referentes ao número de nascimentos por ocorrência, considerando Cor/raça e Idade da mãe (>20 anos) no período de 2010-2020

| Idade da mãe | Menor de 10 anos | 10 a 14 anos | 15 a 19 anos | TOTAL |
|--------------|------------------|--------------|--------------|------------|
| Branca | 2 | 58.323 | 1.454.323 | 11.700.134 |
| Preta | - | 12.062 | 251.215 | 1.603.373 |
| Amarela | - | 612 | 14.857 | 119.209 |
| Parda | 9 | 180.914 | 3.341.350 | 17.014.744 |
| Indígena | 1 | 8.915 | 64.117 | 251.422 |
| Ignorado | - | 9.539 | 186.936 | 1.198.447 |
| Total | 12 | 270.365 | 5.312.798 | 31.887.329 |

Fonte: Dados disponibilizados pelo MS/SVS/DASIS – SINASC, na plataforma do DataSUS (2022): <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>.